

Larissa Hannah Gregório Kerber Macedo

**EMERGÊNCIA DE NOVAS LEGENDAS NO SISTEMA
PARTIDÁRIO BRASILEIRO: os casos do PSD, SD e NOVO em
perspectiva comparada**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Tiago Daher Padovezi Borges

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Macedo, Larissa Hannah Gregório Kerber
Emergência de novas legendas no sistema
partidário brasileiro : os casos do PSD, SD e NOVO
em perspectiva comparada / Larissa Hannah Gregório
Kerber Macedo ; orientador, Tiago Daher Padovezi
Borges, 2019.

132 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Partidos políticos. 3.
Novos partidos. 4. Sistema partidário. I. Borges,
Tiago Daher Padovezi. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsopol@contato.ufsc.br

**“Emergência de novas legendas no sistema partidário brasileiro:
os casos do PSD, SD e NOVO em perspectiva comparada”**

Larissa Hannah Gregório Kerber Macedo

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Handwritten signature of Tiago Daher Padovezi Borges

Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges
(PPGSP/UFSC)
Presidente/Orientador

Handwritten signature of Prof. Dr. Dr. Julian Borba

Prof. Dr. Dr. Julian Borba
(PPGSP/UFSC)

Handwritten signature of Prof. Dr. Maria do Socorro Sousa Braga

Prof. Dr. Maria do Socorro Sousa Braga
(PPGPol/UFSCar)
- via Skype

Handwritten signature of Prof. Dr. Ernesto Seidl

Prof. Dr. Ernesto Seidl
(Coordenador PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Ernesto Seidl
Coordenador PG em Sociologia Política
Portaria 1105-GR 2018
PPGSP/UFSC

FLORIANÓPOLIS, (SC), FEVEREIRO de 2019.

*Dedico aos meus sonhadores pais
e ao meu esposo, meu aconchêgo.*

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o surgimento de novos partidos no sistema partidário brasileiro, apoiado no estudo dos casos do Partido Social Democrático (PSD), do Solidariedade (SD) e do Partido Novo (NOVO). Sabe-se que o processo de redemocratização na década de 1980, no Brasil, é marcado por legendas formadas a partir da mobilização das elites políticas, as quais se reorganizaram no sistema partidário que então se estabelecia; em contrapartida, partidos que surgiram da mobilização com origem na sociedade civil – exógenos às elites políticas – são considerados exceção à regra. Atualmente, com uma Câmara Federal apresentando altos índices de fragmentação partidária, muitos partidos são vistos como fisiológicos, pouco diferenciáveis entre si e marcados pela baixa representatividade. Isso posto, a emergência de novos partidos ainda segue um diagnóstico de formação de “cima para baixo”, endógena às elites políticas? Com base em um estudo comparado entre os casos, objetiva-se analisar o processo de formação das três legendas; analisar o perfil das bancadas destas na Câmara dos Deputados; e fazer uma análise estatística descritiva dos filiados, dos candidatos e a força eleitoral de cada partido, a fim de se responder o problema de pesquisa proposto.

Palavras-chave: Partidos políticos. Novos partidos. Sistema partidário.

ABSTRACT

This paper aims to analyse the emergence of new political parties in the Brazilian political party system, supported by the case studies of the Partido Social Democrático (PSD), Solidariedade (SD) and Partido Novo (NOVO). It is known that the process of redemocratization in the 1980s, in Brazil, is marked by parties formed from the mobilization of political elites, which were reorganized in the political party system that was then established; on the other hand, political parties that emerged from the mobilization originating in civil society – exogenous to political elites – are considered exception to the rule. Nowadays, with a federal chamber showing high rates of political party fragmentation, many parties are seen as physiological, not very distinguishable from one another and marked by low representativeness. That said, does the emergence of new parties still follow a diagnosis of “top-down” formation, endogenous to political elites? Based on a comparative study between the cases, it is aimed to analyze the process of formation of the three parties; analyze the profile of their seats at Câmara dos Deputados; and to make a descriptive statistical analysis of the affiliates, the candidates and the electoral strength of each political party, in order to answer the proposed research problem.

Keywords: Political parties. New parties. Party system.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVANTE	Avante
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
FEFC	Fundo Especial para Financiamento de Campanha
FEMACO	Federação dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação Ambiental, Urbana e Áreas Verdes no Estado de São Paulo
FENASCON	Federação dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NOVO	Partido Novo
PATRI	Patriota
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PODE	Podemos
PP	Progressistas
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTR	Partido Trabalhista Renovador
REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Solidariedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UGT	União Geral dos Trabalhadores

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Histórico de migrações parlamentares e presença na Câmara dos Deputados de filiados do PSD (55ª legislatura).....	62
Tabela 2 - Histórico de migrações parlamentares e presença na Câmara dos Deputados de filiados do Solidariedade (55ª legislatura).....	72
Tabela 3 - Perfil dos eleitos pelo Partido Novo para a Câmara Federal dos Deputados (pleito 2018).....	79
Tabela 4 - Distribuição por região de filiados por partido (%).....	96
Tabela 5 - Distribuição por região de filiados e eleitores no Brasil (%).....	97
Tabela 6 - Distribuição por região de votos por partido – Eleições proporcionais federais 2018 (%).....	98
Tabela 7 - Distribuição da bancada de cada partido na Câmara em sua primeira eleição proporcional (%).....	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição nacional de filiados.....	86
Gráfico 2 – Distribuição nacional de eleitores.....	87
Gráfico 3 – Filiados ao PSD	88
Gráfico 4 – Filiados ao SD	89
Gráfico 5 – Filiados ao NOVO	91
Gráfico 6 – Distribuição de votos para deputado federal (PSD).....	93
Gráfico 7 – Distribuição de votos para deputado federal (SD).....	94
Gráfico 8 – Distribuição de votos para deputado federal (NOVO).....	95
Gráfico 9 – Candidatos(as) do PSD por gênero.....	102
Gráfico 10 – Candidatos(as) do PSD por cor.....	103
Gráfico 11 – Candidatos(as) do PSD por escolaridade.....	104
Gráfico 12 – Candidatos(as) do SD por gênero.....	105
Gráfico 13 – Candidatos(as) do SD por cor.....	106
Gráfico 14 – Candidatos(as) do SD por escolaridade.....	107
Gráfico 15 – Candidatos(as) do NOVO por gênero.....	109
Gráfico 16 – Candidatos(as) do NOVO por cor.....	110
Gráfico 17 – Candidatos(as) do NOVO por escolaridade.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
PARTIDOS POLÍTICOS MODERNOS: O DEBATE DA LITERATURA SOBRE SUA EMERGÊNCIA E TIPOLOGIAS	23
1.1. Introdução.....	23
1.2. Dos partidos parlamentaristas aos partidos políticos modernos.....	24
1.3. A origem societal de sistemas partidários: a abordagem das clivagens sociais.....	29
1.4. A teoria neoinstitucional: “as instituições importam”.....	32
1.5. Sistemas eleitoral e partidário: constrangimentos e estímulos.....	38
1.6. O debate brasileiro: a formação dos partidos no cenário pós-ditadura militar e seu caráter de “cima para baixo”.....	43
1.7. Considerações Finais	49
CAPÍTULO 2	
O ESTUDO DOS CASOS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS LEGENDAS E O PERFIL DAS RESPECTIVAS BANCADAS	51
2.1. Introdução e recorte de pesquisa.....	51
2.2. A Formação do Partido Social Democrático (PSD).....	58
2.2.1. A bancada do PSD na câmara.....	61
2.3. A formação do Solidariedade (SD)	68
2.3.1. A bancada do SD na câmara.....	71
2.4. A formação do Partido Novo (NOVO)	74
2.4.1. A bancada do NOVO na Câmara.....	77
2.5. Considerações Finais	80
CAPÍTULO 3	
ANÁLISE ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS CASOS: O PERFIL DOS FILIADOS E DOS CANDIDATOS E A DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS PARA CADA PARTIDO	83
3.1. Introdução.....	83
3.2. Filiados: distribuição nacional de cada um dos partidos.....	85
3.2.1. Os filiados do PSD.....	87
3.2.2. Os filiados do SD.....	89
3.2.3. Os filiados do NOVO.....	90

3.3. A distribuição de votos: as eleições proporcionais de 2018 para o cargo de deputado federal	92
3.3.1. Os votos para o PSD	92
3.3.2. Os votos para o SD	94
3.3.3. Os votos para o NOVO	95
3.4. O perfil dos candidatos ao cargo de deputado federal nas eleições 2018	99
3.4.1. Os candidatos do PSD	101
3.4.2. Os candidatos do SD	104
3.4.3. Os candidatos do NOVO	107
3.5. Considerações finais	112
CONCLUSÃO: NOVOS VELHOS PARTIDOS?	115
Referências	119
Anexo 1	129
Anexo 2	130

INTRODUÇÃO

Em um texto de 20 de julho de 2018, o jornal *O Estado de São Paulo* afirma que os partidos do “centrão” se mobilizam “sempre que existe a oportunidade de aumentar seus ganhos em barganhas que, de tempos em tempos, lhes são oferecidas (...). Nada ali lembra nem remotamente a política como deve ser”. Essa afirmação é posta em contraste com o que se diz dos partidos políticos brasileiros tradicionais, os quais reuniriam candidatos “com compromissos mais sólidos com seus eleitores”. Complementa-se, ainda, que a denominação de “centrão” para tais partidos fisiológicos serve como “um rótulo para vários partidos nanicos, pequenos e médios”, os quais orbitam em torno do poder “para auferir benefícios políticos”¹. Em outra matéria anterior, de 2017, colocou-se o que Jairo Nicolau afirmara sobre o sistema partidário brasileiro: “se a fragmentação partidária continuar nas próximas eleições [eleições 2018], dificilmente um partido político consiga conquistar mais de 10% de cadeiras no Congresso”².

Esse diagnóstico sobre os partidos políticos e sobre o sistema partidário no Brasil se tornou frequente. Há uma ênfase no caráter pouco indiferenciável dos partidos, no voto personalista dos eleitores e na constatação de que o sistema partidário é altamente fragmentado. Partidos tradicionais são vistos como mais estáveis, mas ainda assim, marcados pela sua origem nas elites políticas. Novas legendas são incorporadas a esse diagnóstico mesmo com o número escasso de estudos sobre formação de novos partidos políticos brasileiros. De fato, o nível de fragmentação partidária é expressivo no legislativo. E mesmo com uma câmara federal acentuadamente fragmentada, novos partidos continuam surgindo. Nota-se, por exemplo, que entre os anos de 2011 e 2015, oito partidos são criados. PSD, PPL, PATRI, PROS, SD, NOVO, REDE e PMB surgiram em um sistema partidário que, no presente, soma 35 partidos nominais registrados no Tribunal Superior Eleitoral (2018e). O porquê do surgimento desses partidos é uma explicação que se mostra ainda nebulosa. Quais pressões e demandas impulsionam os projetos de novas legendas no país?

Os partidos políticos são engrenagem fundamental no funcionamento dos regimes democráticos modernos; são essenciais

¹ *O Estado de São Paulo*. 20/06/2018. Disponível em: <<https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-jogo-do-centrao,70002408305>>.

² *O Estado de São Paulo*. 20/04/2017. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,jairo-nicolau-defende-reducao-de-fragmentacao-partidaria-e-nova-lei-de-financiamento-para-2018,70001754336>>.

devido à sua funcionalidade, pois estruturam a competição eleitoral, agregam interesses, além de exercerem governo e funções legislativas. Os partidos apresentam um papel importante tanto na arena eleitoral quanto na decisória, são participantes legítimos do poder e atores fundamentais no processo representativo. Kinzo (2004) afirma que é o fato de os partidos serem apoiados pelo voto popular que torna possível se falar em partidos como canais de expressão e representação de interesses, considerando-se o vínculo – mesmo que frágil – desses atores com a sociedade. Há, portanto, um esforço teórico expressivo para classificar, atribuir determinadas características, definir tipologias, e assim por diante, tanto em relação aos partidos como em relação aos sistemas partidários (AMARAL, 2013).

Ao se deparar com a origem dos partidos políticos modernos, a literatura internacional apresenta, em termos gerais, abordagens que enfatizam a gênese dos partidos como externa às instituições ou de origem interna às instituições políticas. No que tange à literatura específica sobre o caso brasileiro, houve uma grande produção teórica em torno da formação de partidos contextualizada nas condições políticas existentes no processo de redemocratização pós-regime militar. Há uma análise predominantemente institucional, a qual fundamenta suas assunções na estrutura institucional, no conjunto de normas estabelecidas, na trajetória histórica dessas instituições, entre outras variáveis.

O que se vê, atualmente, é uma lacuna de produção no que tange à emergência de novos partidos no caso brasileiro. Partidos como o PT foram exaustivamente estudados, sendo este considerado uma exceção ao processo de formação partidária brasileiro, o qual é ligado fortemente ao Estado e às elites políticas. Em suma, os trabalhos sobre o sistema partidário atual priorizam partidos consolidados na década de 1980-1990, enfatizando, em graus diferentes, a origem endógena dos partidos às elites políticas e a pouca diferenciação entre tais legendas. Essa leitura sobre a formação de partidos – ou sobre as condições institucionais que viabilizam esse fenômeno – permanece na interpretação das legendas mais recentes, apesar das poucas análises que levantam esforços para entender a criação destes de forma comparada e mais aprofundada. Assume-se, frequentemente, o que Kinzo (2001, 2004) afirma: que o que se percebe é a fragilidade dos partidos em manter seus membros, diferenças estruturais não muito expressivas entre essas instituições e posicionamentos ideológicos flexíveis em demasia.

Haja vista, então, o tema sobre emergência de novos partidos, a presente pesquisa objetiva analisar os casos do Partido Social Democrático (PSD), do Solidariedade (SD) e do Partido Novo (NOVO). Essas três

instituições são registradas pelo TSE, respectivamente, em 2011, 2013 e 2015, e situadas em uma conjuntura política na qual oito partidos são criados em cinco anos (2011-2015). Posto isso, os três casos serão analisados com base no seguinte problema: a emergência de novos partidos no sistema partidário brasileiro obedece ao diagnóstico que apresenta os partidos como indiferenciáveis entre si, essencialmente formados por “pressões de cima”, endógenos às elites políticas?

Para tanto, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo busca delinear o debate (internacional e nacional) em torno da formação de partidos, ressaltando que a literatura coloca tal questão (muitas vezes, de modo não explícito) dentro de temas sobre formação de sistemas partidários ou a partir de estudos sobre transformações organizacionais dos partidos modernos. O segundo capítulo passa a tratar do objeto empírico da pesquisa, analisando tanto o processo de formação das três legendas como também o perfil da bancada das mesmas na atual legislatura (2015-2018) e na legislatura que se inicia em 2019 na Câmara Federal. O terceiro e último capítulo busca o alinhamento com os argumentos do capítulo anterior a partir da análise estatística descritiva de dados agregados, os quais foram disponibilizados pela Justiça Eleitoral; os dados selecionados englobam informações sobre a distribuição nacional de filiados e votos nas eleições 2018, e sobre candidatos ao cargo de deputado federal em 2018, tendo em vista três variáveis categóricas (gênero, cor e escolaridade). O que se busca destacar, assim, na pesquisa, é o fato de que novos partidos podem surgir a partir de mobilizações que ora podem ser endógenas, ora exógenas, ora combinadas entre si. Além disso, ressaltar-se-á que partidos novos não trazem consigo, necessariamente, um perfil novo em relação a legendas mais tradicionais.

Frisa-se o caráter exploratório-descritivo da pesquisa. Já que muito da teoria sobre formação de partidos políticos e/ou sistemas partidários é circunscrito, principalmente, aos casos dos Estados Unidos e da Europa ocidental. Ou seja, tais casos não explicam com êxito os casos brasileiros. Reconhece-se, assim, que devido aos poucos estudos sobre novos partidos no Brasil, um trabalho de cunho exploratório, sem o intuito de desenvolver formulações teóricas gerais, é mais adequado para o momento. Desse modo, a metodologia é pautada em um desenho de pesquisa que apresenta um número pequeno de casos (*small-N*). Como reitera Porta (2008), ao lidar com um *small-N*, o método comparativo é uma estratégia analítica recomendável para investigar instituições e fenômenos políticos. Uma abordagem qualitativa de análise comparada sobre cada partido é adequada por apresentar uma lógica que explora a

diversidade no aprofundamento dos casos, sem a ênfase na busca por generalizações. Diferentemente de uma análise que busque uma configuração causal de influência, a pesquisa em questão visa apontar, portanto, fatores que resultam na emergência de novas legendas, com objetivos que somam positivamente aos diferentes estudos sobre partidos no caso brasileiro (quantitativos e qualitativos).

CAPÍTULO 1

PARTIDOS POLÍTICOS MODERNOS: O DEBATE DA LITERATURA SOBRE SUA EMERGÊNCIA E TIPOLOGIAS

1.1. Introdução

No que se refere ao tema que engloba o objeto e o problema da pesquisa, há trabalhos canônicos que estabeleceram abordagens basilares, durante o século XX, sobre a formação de sistemas partidários/partidos políticos e suas tipologias. Sistematizando o debate internacional em torno da literatura de partidos, primeiramente, (a) busca-se abordar o tema sobre origem dos partidos modernos e as análises que lidam com o problema de transformação dos partidos políticos ao longo do século XX; posteriormente, duas seções são reservadas para apresentar duas abordagens com metodologias e enfoques divergentes (grosso modo), isto é, uma seção será reservada para uma (b) análise sociológica sobre a formação de sistemas partidários (origem exógena dos partidos) e, outra, apresentará o (c) estudo sobre a criação de partidos sob um viés neoinstitucional (origem endógena dos partidos devido ao escopo institucional e à ação estratégica de elites políticas); uma quarta parte traz o (d) debate sobre instituições no que tange à relação entre sistema partidário e sistema eleitoral, tema que apresenta um espaço expressivo nas análises sobre partidos e a viabilidade de sua emergência; por último, no caso específico brasileiro, (e) os principais trabalhos sobre sistema partidário e/ou partidos serão apresentados, concluindo com o que a literatura brasileira vem abordando sobre formação de partidos no sistema partidário estabelecido após o declínio do regime militar. Busca-se trazer, na bibliografia pertinente ao sistema partidário brasileiro, o debate teórico que conduzirá a leitura à hipótese de que os partidos brasileiros, em sua maioria, são “mais do mesmo”, indiferenciáveis e marcados por sua origem elitista.

O primeiro capítulo é necessário, primeiro, para introduzir o debate clássico sobre formação de partidos, tema que está localizado, principalmente – e, muitas vezes, secundariamente – na literatura da ciência política que aborda a formação de sistemas partidários. Segundo, para delinear o debate sobre os partidos como produto de mobilizações exógenas ao ambiente institucional e às elites políticas, situadas na sociedade civil; e, por outro lado, como produto endógeno, dentro de um contexto de regras/instituições políticas, e endógeno, também, no sentido de ser fruto da ação estratégica de agentes políticos. Finalmente, com esse

debate teórico delineado, o objetivo é trazer à luz o caso brasileiro, como se dá a formação do sistema partidário pós-redemocratização e como a literatura caracteriza os partidos formados nessa época, para, em seguida, delinear, em termos gerais, como os partidos são vistos na democracia contemporânea brasileira. Deve-se ter em mente, portanto, que se busca apresentar uma literatura sobre partidos que, muitas vezes, não se propõe, necessariamente, a falar especificamente sobre esse tema (processo de criação de partidos políticos). O debate em torno de como se dá a emergência de partidos é encontrado, muitas vezes, em algumas linhas, não sendo enfatizado pelos próprios autores, os quais buscam tratar sobre transformações mais sistêmicas ou sobre elementos organizacionais partidários. O processo de criação de uma legenda, as especificidades de sua origem e seu perfil, são, assim, em muitas análises, elementos importantes, mas secundários em comparação a outras questões abordadas.

1.2. Dos partidos parlamentaristas aos partidos políticos modernos

A origem dos partidos modernos é estudada pelos teóricos devido à sua importância para os regimes democráticos. Pasquino (2009) afirma que a democracia moderna é pensada a partir da consideração de que os partidos são elemento central para sua própria existência. Sartori (1982, p. 48) reitera que

(...) os partidos que são partes (no plural) encontraram sua razão de ser essencial e seu papel insubstituível na implementação do governo representativo e sensível³. Os partidos tornaram-se os meios de expressão juntamente com a processo de democratização da política. Ao mesmo tempo, o governo responsável tornou-se “sensível” precisamente porque os partidos ofereceram os canais para articulação, comunicação e implementação das demandas dos governados. Foi, então, a progressão cumulativa e autossustentada da facção para o partido, do governo responsável

³ Para Sartori, o governo responsável antecede o governo partidário, seu nome advém da responsabilidade que os ministros desse governo apresentam junto ao parlamento; ou seja, de forma muito vaga, seria um sistema que se baseia no apoio parlamentar do governo. O governo responsável perante a elite política, com o avanço do sufrágio, passa a ser responsável perante o povo e, portanto, sensível às demandas populares. O governo sensível seria, então, o governo atento à voz popular e influenciado por ela.

para o governo sensível, e do partido parlamentar para o partido eleitoral, que estabeleceu a função fundamental, o papel funcional e a situação sistemática dos partidos.

Nesse sentido, quanto à gênese dos partidos no sentido moderno, Duverger (1980) afirma que esse fenômeno pode ter sido alavancado no interior da estrutura parlamentar da Europa do século XIX, com deputados mobilizados em grupos organizados no contexto dos colégios eleitorais; e, em contrapartida, com grupos externos ao parlamento, os quais se organizaram fora dessa estrutura e em defesa de interesses outros que não os da elite política parlamentar.

De acordo com Duverger (1980), os partidos políticos, como são conhecidos no século XX, têm origem apenas em meados do século XIX. Anteriormente, o que se notava era somente uma determinada tendência de opinião, ou grupos populares e parlamentares, mas nada além disso. A origem dos partidos, portanto, está relacionada com o desenvolvimento da democracia e do sufrágio popular. E é nesse processo que ocorre a diferenciação entre partidos criados no interior da estrutura institucional política e entre os partidos criados externamente a ela. Os primeiros surgem de grupos organizados no âmbito parlamentar ou dos primeiros comitês eleitorais que se estabelecem em meio à extensão do sufrágio; os segundos se formam a partir de instituições pré-existentes, cujas atividades situam-se fora do limite institucional parlamentar e eleitoral (sindicatos, associações estudantis, igrejas, agrupamentos outrora clandestinos, entre outros).

Os partidos modernos surgem de modo a incorporar as massas no sistema político. A ampliação do sufrágio, portanto, é fator essencial para entendimento do surgimento de partidos políticos exógenos ao parlamento de “notáveis”. A universalização do voto abre espaço para a ascensão de legendas com base operária: os partidos de massa.

Tendo em vista tal conjuntura sócio-política, Duverger (1980) desenvolve uma tipologia de partidos que se divide em dois tipos: o que se vê nos sistemas representativos no início do século XX é o estabelecimento de partidos de massa (origem exógena) em detrimento dos partidos de quadro (origem endógena)⁴. Os partidos de massa apresentavam uma organização interna rígida, a partir de uma gênese

⁴ Duverger (1980) afirma, no entanto, que a distinção entre partidos de criação externa e interna não é rigorosa. Essa tipologia procura definir características que sinalizam tendências gerais do que tipos estritamente definidos e reais. Isso, segundo o autor, dificulta, muitas vezes, a aplicação prática dos conceitos.

extraparlamentar, com forte doutrinário e subordinação alta por parte dos seus membros; já os partidos de quadro se originaram dentro de um contexto parlamentar, com estrutura nacional descentralizada e com ausência de critérios de adesão que fossem claros.

Essa tipologia de Duverger (1980) faz referência, sobretudo, a uma trajetória histórica ocidental europeia. É enfatizado, ao fim da introdução de *Os Partidos Políticos*, que em novas democracias (tendo em vista o contexto geopolítico internacional da primeira metade do século XX) “o desenvolvimento de partidos está em harmonia com o primeiro tipo descrito [partidos de origem endógena]” (Ibid., p. 33). Nessa perspectiva teórica, partidos de massa seriam o modelo partidário que caracterizava o perfil do partido moderno do início do século XX em países do ocidente europeu.

Sobre essa transformação político-social, Sartori (1982) sistematiza uma sequência de mudanças estruturais institucionais, as quais foram os principais motores para criação dos partidos políticos modernos. Sartori afirma que tais mudanças podem ser esquematizadas como se segue: (1) O que havia anteriormente era um governo responsável, caracterizado pela estrutura parlamentar e orientado internamente, o qual, devido ao (2) sufrágio, passa a ser cada vez mais marcado pela (3) formação de partidos eleitorais (granjeadores de votos). À medida que esse processo se torna mais expressivo, o governo, que era responsável, torna-se (4) sensível, e, com o advento da (5) solidificação de um sistema partidário, o (6) governo passa, também, a ser partidário⁵. Por último, (7) o voto se torna generalizado com a expansão do sufrágio, o que incentivou a (8) formação de partidos de massa (orientados externamente) (Ibid., p. 41). O autor adverte, todavia, que os elos que se criaram para tomar forma de partido não foram previstos ou compreendidos na época da forma como os trabalhos teóricos racionalizam atualmente:

Vistos retrospectivamente, todos esses fatos parecem estar bastante óbvios. Mas não foram óbvios, nem percebidos, quando estavam acontecendo. Consideramos evidente por si mesmo que, se uma sociedade é consultada, e quanto mais amplamente isso ocorre, mais a expressão e a

⁵ Sartori (1982) descreve a funcionalidade dos partidos modernos em um sistema representativo como se segue: o governo responsável, perante um parlamento, passa a se tornar responsável perante o olho popular – estando ele atento à voz do povo e sendo influenciado pelo mesmo.

articulação de suas exigências exigem elos intermediários e correias de transmissão. Mas que esses elos tomariam a forma e ganhariam a natureza de uma estrutura do tipo partido não só não foi previsto, como também em grande medida não foi uma possibilidade compreendida. Todos os fatos que descrevemos ocorreram – repetimos – em meio à névoa mental da experiência prática, produto mais da força dos fatos, do que da previsão das ideias, e muito menos de seu desígnio (Ibid., p. 44).

Por esse prisma, portanto, os primeiros partidos modernos canalizaram pressões que se originaram de baixo, ou seja, provindas da movimentação de grupos organizados na sociedade civil com fins de participar da vida política, sendo o pano de fundo a ampliação do sufrágio. Percebe-se que, ao invés de colocar o partido no papel de porta-voz de uma elite política, Sartori (1989) afirma que a instituição representava, inicialmente, demandas externas, provindas da sociedade. Nesse sentido, uma das premissas que servem para justificativa da existência desses atores na democracia moderna é a de que os partidos são canais de expressão:

Se os partidos, como instrumento de expressão, se limitassem a “transmitir informações”, seguir-se-ia, então, que sua época passou. Eles bem poderiam ser substituídos por pesquisa de opinião, levantamentos e – como a tecnologia já permite – pelos próprios cidadãos (...). Mas os partidos oferecem algo que nenhuma máquina ou pesquisa de opinião pode oferecer: transmitem reivindicações *apoiadas por pressões*. O partido lança seu próprio peso nas reivindicações a que se sente obrigado a fazer eco (Ibid., p. 49).

Os partidos modernos funcionam como tradução e agregação de preferências, e foram formados para tal. “Função expressiva” seria uma denominação para esse tipo de funcionalidade.

Para ambos (DUVERGER, 1980; SARTORI, 1989), portanto, os partidos modernos se formam devido à emergência de demandas externas à estrutura parlamentar da época, às pressões provindas da esfera social, as quais ganham espaço no âmbito político. A expansão do sufrágio, nesse

caso, apresenta papel fundamental para canalizar preferências que se encontravam no plano popular, as quais eram marginais aos interesses das elites políticas. Os partidos de massa são, assim, atores fundamentais no sistema representativo moderno.

Não obstante, nos anos de 1960, a visão da literatura que defendia a predominância de partidos de massa na disputa política é questionada devido às transformações organizacionais partidárias que passam a ocorrer na cena política da Europa ocidental (AMARAL, 2013). É em oposição a essa visão – partidos centralizados na liderança e ideologicamente inflexíveis – que Kirchheimer (1966) apresenta o conceito de partidos *catch-all*. Este seria um perfil de partido que surge em resposta às mudanças sociais na Europa de meados do século XX, o qual é mais flexível ideologicamente, apresentando uma agenda mais genérica, com o intuito de “abocanhar” a maior quantidade do eleitorado que fosse possível. Os partidos *catch-all* são caracterizados pela desideologização do discurso partidário, com apelo eleitoral pluriclassista e abertura para grupos com variados interesses. Isso posto, o que se vê são análises que apontam para transformações organizacionais que decorrem de mudanças sócio-estruturais.

Panebianco (2005), por exemplo, concorda com Kirchheimer que os partidos de massa estariam passando por uma transição em meados do século XX. O autor ressalta, contudo, a progressiva profissionalização das organizações partidárias, as quais estariam sob influência cada vez mais acentuada de especialistas com conhecimentos técnicos. Os partidos *catch-all*, segundo Panebianco, deveriam ser remodelados como *profissionais-eleitorais*. Esse modelo de partido é definido pelo papel central exercido por profissionais; pelo eleitoralismo com conexões verticais fracas; pelo predomínio de representantes públicos; e pelo financiamento por grupos de interesse e de origem pública. Ambos (Kirchheimer e Panebianco) ressaltam as mudanças sócio-estruturais como elemento de análise para entender as transformações dos partidos políticos modernos.

Ainda no que tange à evolução dos modelos dos partidos políticos modernos, Katz e Mair (1995) buscam destacar as transformações dos partidos na relação entre estes e o Estado. Tais transformações organizacionais caracterizam os partidos como instituições *cartel*, os quais são posteriores aos partidos de massa e *catch-all*, pois se fortalecem e se estruturam com o suporte da máquina estatal. Por esse ângulo teórico, o Estado financia a consolidação de organizações partidárias, possibilitando um sistema de cartel. Nesse sistema, a manutenção dos canais financiadores estatais estimula o bloqueio de *outsiders*. Assim

como nas tipologias de Kirchheimer e Panebianco, ressalta-se que os autores falam de um perfil de partido sem necessariamente detalhar e enfatizar o processo de gênese, a ênfase, nesses casos, está em apontar as transformações do perfil organizacional dos partidos em relação à estrutura dos partidos de massa.

Diferentemente de diagnósticos sobre transformações nas organizações partidárias modernas, as quais não abordam necessariamente – ou enfaticamente – tipologias e qualificações de legendas quanto à sua gênese, duas abordagens, a seguir, enfatizam uma leitura sobre formação de partidos/sistemas partidários marcada pela origem societal ou pela origem endógena às instituições políticas. O que se vê, em seguida, é uma teoria predominante sociológica sobre formação de sistemas partidários e, em oposição, a abordagem neoinstitucional, por meio da qual os partidos são analisados pelos pressupostos da teoria da escolha racional.

1.3. A origem societal de sistemas partidários: a abordagem das clivagens sociais

Tendo como cerne de estudo a formação de sistemas partidários, Lipset e Rokkan (1967) enfatizam como oposições e conflitos de agremiações sociais dicotômicas culminaram em sistemas partidários no século XX. A partir de uma leitura da trajetória histórica da formação de clivagens sociais, foi proposta uma abordagem essencialmente sociológica sobre a formação de sistemas partidários. Os partidos, portanto, devem ser entendidos dentro desse processo de formação, pois são resultado da estruturação de sistemas partidários a partir de pressões existentes em conflitos dicotômicos na esfera social.

Lipset e Rokkan (1967) apresentam em seu trabalho uma das análises mais conhecidas na ciência política sobre a origem dos sistemas partidários na Europa ocidental. Os autores procuram analisar a trajetória histórica de sistemas partidários utilizando uma tipologia específica para construir o estudo sobre sua origem, a partir do que eles denominaram de “clivagens sociais”. Essa abordagem, essencialmente sociológica, é norteada por questões centrais que procuram compreender como se deu a gênese da relação dicotômica entre clivagens dentro de contextos nacionais; e quais são as condições que permitem o desenvolvimento estável de oposições ideológicas e regionais/locais em uma dada vida política nacional.

Tendo em vista essa problemática, a dialética “conflito-integração” é central para a sociologia política em questão. Em termos gerais,

portanto, é central nessa análise a premissa de que conflitos exógenos ao escopo institucional político se traduziram em sistemas partidários:

Esta dialéctica conflicto-integración tiene un interés básico en la investigación actual sobre la sociología comparativa de los partidos políticos. Lo que pretendemos en este análisis es abordar los partidos como alianzas en conflicto sobre políticas y fidelidades a valores dentro de un cuerpo político más amplio. Los partidos ejercen una doble fascinación en el sociólogo. Ayudan a cristalizar y a hacer explícitos los intereses contrapuestos y los contrastes y tensiones latentes de la estructura social existente, y fuerzan a los ciudadanos a aliarse entre ellos por encima de las líneas de división estructurales, así como a establecer prioridades entre sus fidelidades hacia los papeles establecidos o eventuales del sistema (LIPSET e ROKKAN, 1992, p. 236).⁶

Nesse sentido, os partidos se originaram devido à emergência de se explicitar conflitos de interesses situados fora do sistema político que existia à época da consolidação dos Estados-nação europeus ocidentais. Isso posto, segundo Lipset e Rokkan (1967), os partidos apresentam uma função expressiva, pois são traduções dos contrastes presentes na estrutura social e cultural que visam agir em torno das exigências e pressões provindas dessas oposições; encerram, também, funções instrumental e representativa, pois buscam acordos, direcionam petições e agregam preferências.

Haja vista essas formulações, reitera-se a importância dada à dimensão histórica no estudo dos sistemas partidários, desde sua origem, devido a dialéticas exógenas às instituições políticas, as quais percorrem o século XIX, até sua consolidação, com os partidos modernos do início do século XX. A compreensão da sequência histórica para se traçar o

⁶ “Essa dialética conflito-integração tem um interesse básico na investigação atual sobre sociologia comparativa dos partidos políticos. O que pretendemos nessa análise é abordar os partidos como alianças em conflito sobre políticas e fidelidades a valores dentro de um corpo político mais amplo. Os partidos exercem uma dupla fascinación no sociólogo. Ajudam a cristalizar e a fazer explícitos os interesses contrapostos e os contrastes e tensões latentes da estrutura social existente, e forçam os cidadãos a se aliarem entre eles acima das linhas de divisões estruturais, assim como estabelecer prioridades entre suas fidelidades em direção aos papeis estabelecidos ou eventuais do sistema” (tradução livre feita pela autora).

desenvolvimento dos sistemas partidários e o porquê da necessidade de partidos políticos é de suma importância nessa linha analítica:

Los partidos no se presentan simplemente de novo al ciudadano en cada elección. Cada uno de ellos tiene una historia, y también la tiene el conjunto de alternativas que ofrecen al electorado. En estudios de una nación concreta no siempre debemos tener en cuenta esta historia al analizar alineamientos contemporáneos: suponemos que los partidos son «hechos dados» e igualmente visibles para todos los ciudadanos de la nación. Pero, cuando entramos en análisis comparativos, es necesario añadir una dimensión histórica (LIPSET e ROKKAN, 1992, p. 232).⁷

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa, por exemplo, são pontos críticos para entendimento desses conflitos entre clivagens. Destarte, Lipset e Rokkan (1992) pontuam que a consolidação nacional teve como produto agrupações de linhas de conflito, divisões que podem ser classificadas em quatro dicotomias interdependentes: (1) a cultura central que constrói a nação *versus* as populações periféricas (étnica, religiosa e linguisticamente diferenciadas); (2) o Estado-nação centralizador e regulamentador *versus* os privilégios históricos estabelecidos em favor da Igreja; (3) os interesses agrícolas e aristocráticos *versus* os interesses da burguesia industrial emergente; e (4) os proprietários dos meios de produção *versus* os trabalhadores. Como eles mesmos salientam, “gran parte de la historia de Europa, desde principios del siglo xix, puede describirse en función de la interacción entre estos dos procesos de cambio revolucionario: uno desencadenado en Francia y otro originado en Gran Bretaña”⁸ (LIPSET e ROKKAN, 1992, p. 246). Enquanto a Revolução Francesa fomenta um conflito profundo entre Estado e Igreja, a Revolução Industrial traz consigo divisões profundas entre os interesses do rural e do urbano, interesses

⁷ “Os partidos não se apresentam simplesmente de novo ao cidadão em cada eleição. Cada um deles têm uma história, e também a têm o conjunto de alternativas que oferecem ao eleitorado. Em estudos de uma nação concretizada, sempre devemos ter em conta esta história ao analisar alinhamentos contemporâneos: suponhamos que os partidos são feitos como dados e igualmente visíveis para todos os cidadãos da nação. No entanto, quando entramos em análises comparadas, é necessário adicionar uma dimensão histórica” (tradução livre feita pela autora).

⁸ “grande parte da Europa, desde o início do século XIX, pode ser descrita em função da interação entre dois processos de mudança revolucionária: um desencadeada na França e outro originado na Grã-Bretanha” (tradução livre feita pela autora).

agrícolas e industriais, além de gerar conflitos dentro do próprio complexo urbano-industrial, que seriam os empregadores burgueses em oposição aos trabalhadores.

Essa explicação, essencialmente sociológica, é feita em torno de uma perspectiva macro. Os sistemas partidários são analisados a partir de seqüências históricas, considerando como ponto de partida as linhas de divisões de agrupações e interesses de clivagens sociais na consolidação do Estado-nação. Os partidos, portanto, devem ser entendidos dentro desse processo de formação exógeno, eles são resultado da estruturação de sistemas partidários a partir de pressões existentes em conflitos na esfera social.

1.4. A teoria neoinstitucional: “as instituições importam”

Em meados do século XX, o comportamentalismo econômico passa a ser interesse de estudo de alguns analistas políticos (ARROW, 1951; DOWNS, 1957; BLACK, 1958; RIKER, 1962; BUCHANAN e TULLOCK, 1962). Pode-se afirmar que um dos trabalhos mais importantes que marcam o início do processo de desenvolvimento dessa política analítica formal encontra-se em Downs (1957). Sua perspectiva concebe o comportamento dos atores no jogo político a partir da premissa básica de racionalidade dos indivíduos, os quais articulam suas preferências e escolhas com base na maximização da utilidade.

Ao utilizar o individualismo metodológico de matriz econômica, Downs (1957) analisa o sistema político por um modelo no qual a escolha dos atores é orientada racionalmente. E é nessa abstração da realidade democrática que a natureza de formação dos partidos é apresentada:

Um partido político é uma equipe de homens que buscam controlar o aparato de governo, obtendo cargos numa eleição devidamente constituída. Por equipe, entendemos uma coalizão cujos membros concordam com todas as suas metas, em vez de apenas parte delas. (...) Já que também supomos que todos os membros são racionais, suas metas podem ser vistas como uma ordem única e consistente de preferência (Ibid., p. 47).

No modelo downsiano, portanto, a ação dos atores é estrategicamente dirigida, os indivíduos atuam no sistema tendo em vista a lógica do custo-benefício. Esse comportamento dos atores no interior do sistema político é premissa que funciona como semente para futuros

trabalhos da teoria da escolha racional (DIERMEIER e KREHBIEL, 2010).

O novo institucionalismo surgiu em resposta à abordagem comportamentalista⁹ que predominava nas ciências sociais no cenário internacional pós Segunda Guerra Mundial (PERES, 2008; RIBEIRO, 2012). É no final da década de 1960 que emerge uma nova agenda na ciência política estadunidense, cujo objetivo é a recolocação das instituições como elemento basilar da ciência política (SANDERS, 2006). Esses trabalhos marcam uma nova abordagem dentro dos esforços teóricos que procuram enfatizar a importância das instituições. Há uma procura por mudança de perspectiva, a qual fuja de uma ótica sociológica. Logo, o estudo sobre os partidos e sua criação não é exceção. Nessa lente teórica, questões em torno do tema sobre origem dos partidos enfatizam a importância do contexto institucional para moldar a estratégia dos atores como também a criação de instituições que sejam funcionais a essas estratégias¹⁰.

Considerando a discussão apresentada, os trabalhos desenvolvidos por Aldrich (1995) e Cox (1987) retomam a questão sobre a criação dos partidos no contexto político dos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX e da Inglaterra do século XIX a partir da abordagem neoinstitucional, explicando a formação dos partidos como endógena à estrutura de regras no contexto parlamentar. Os autores apresentam uma abordagem que pressupõe a importância da ação estratégica dos atores (nesse caso,

⁹ O comportamentalismo, vinculado a muitas premissas positivistas, propunha uma aproximação das ciências sociais às ciências naturais, mais precisamente à psicologia, na medida em que esta se constituía como objetiva e experimental, e cujo objeto de estudo é a previsibilidade do comportamento (RIBEIRO, 2012).

¹⁰ Diermeier e Krehbiel (2010) assinalam que as teorias institucionais são melhor identificadas como construções base para a formulação de teorias mais gerais. O institucionalismo como metodologia, nesse caso, pode ser visto como a pesquisa que toma um desenho institucional como dado - exógeno ao modelo - e define fixos os postulados de comportamento dos atores, para que, assim, possa ser analisado o equilíbrio resultante dos arranjos institucionais estudados. Enquanto este último modelo se refere a *teorias institucionais* - instituições exógenas¹⁰ -, a leitura a partir da *teoria das instituições* pressupõe que algumas instituições são objeto de ação coletiva, da escolha estratégica dos atores e, por isso, com origem funcional a determinados objetivos orientados racionalmente - instituições endógenas. A partir dessa compreensão, pode-se começar a diferenciar metodologicamente a *teoria institucional da teoria das instituições*. Questões que remetem à estrutura institucional como exógena ao modelo visam entender como o comportamento é afetado dentro desse dado contexto. Há uma mudança no método ao se considerar uma instituição endógena ao modelo. As instituições endógenas são produto de escolha dos atores dentro de um escopo institucional prévio. Estas são, por consequência, objeto das estratégias dos atores, as quais são reguladas considerando os incentivos e constrangimentos que ocorrem dentro de um aparato institucional exógeno ao modelo. Nessa diferença percebe-se claramente que há uma interlocução entre instituições, o comportamento dos atores e instituições outras que são frutos dessa relação anterior.

parlamentares) ao mesmo tempo que considera os constrangimentos provocados por instituições públicas. Os partidos surgem, nessa lógica, de forma endógena, em função das escolhas estratégicas dos atores inseridos no sistema político.

Aldrich (1995) inicia seu trabalho empírico tratando do desenvolvimento dos partidos políticos¹¹ estadunidenses do final do século XVIII até meados do século XIX. Seu intuito é mostrar que os partidos políticos se formam, em um primeiro momento, como arranjos institucionais em resposta ao debate vigente sobre a extensão e escopo da federação. Ao passo que, o sistema partidário posterior é resultado intencional dos políticos, os quais procuravam resolver um problema de ação coletiva e de mobilização social. A assunção do autor é a de que os partidos são criados e transformados por atores políticos, pois são um meio para se alcançar os objetivos desses mesmo atores.

A teoria da escolha racional, segundo Aldrich (1995), com o passar dos anos, passa a focar em esforços teóricos para explicar a questão da ação coletiva nos sistemas partidários. É no cerne dessa questão que se encontra sua explicação para a origem dos partidos políticos. Muito mais do que canalizadores da pressão popular, os partidos surgem como um instrumento de agregação de preferências, o qual é muito mais benéfico para os seus membros – no sentido de ganhos eleitorais – do que se os mesmos estivessem agindo sozinhos. Em suma, os membros de um partido têm mais a ganhar sendo parte dele do que aderindo a uma coalizão ou atuando independentemente. Estar em um partido reduz a incerteza¹² dos resultados do jogo político, “a party must be more than a coalition of temporary interests (...), the value of the party would be to institutionalize for the long haul (and over issues) and reduce uncertainty, ensuring each member some benefits for being in this party.”¹³ (Ibid., p.

¹¹ Aldrich trabalha em seus estudos com os partidos Federalista e Republicano, o desenvolvimento dos partidos de massas durante o período histórico já citado e, também, as características dos Democratas, *Whigs* e Republicanos.

¹² Downs (1957) assinala que a incerteza afeta as decisões políticas, ela é a falta - em qualquer medida - de um conhecimento seguro em relação a acontecimentos em curso ou futuros. Nesse sentido, quanto maior a incerteza, maior a insegurança dos atores na tomada de decisão. Sendo assim, um partido político gera mais segurança aos seus membros, pois diminui a incerteza do resultado das decisões. Nesse sentido, a carência de informação, pode, também, reverberar em incerteza na decisão sobre o voto, o que pode ser evitado por meio da ideologia. Esta funciona como atalho no processo de coleta de informações para definir uma escolha de voto. Sob o prisma teórico da escolha racional, o cidadão pode utilizar a ideologia como parâmetro de escolha. As ideologias partidárias eliminam a necessidade do eleitor de procurar informação em uma gama maior de temas, elas representam o abatimento de custos de acesso à informação.

¹³ “um partido deve ser mais do que uma coalizão de interesses temporários (...), o valor do partido seria o de institucionalização à longo prazo (e sobre questões) e reduzir a incerteza,

42). Estar em um partido é conseguir resultados mais vantajosos na busca por maioria em um congresso. Ao cooperar, os indivíduos percebem que conseguem alcançar melhores resultados. O partido, segundo essa perspectiva, é formado, pois “politicians stand to win more – achieve more of their goals or be more likely to achieve their goals – through a party than otherwise”¹⁴ (Ibid., p. 57).

Sob essa ótica, um partido é criado como tentativa de se formar uma maioria no congresso/parlamento para que mantenha um equilíbrio favorável aos seus membros, para servir como atalho informacional aos seus eleitores e para ser uma solução de institucionalização da cooperação que procura manter o equilíbrio do jogo político a longo prazo. Para Aldrich (1995), os partidos foram escolhidos como a melhor opção devido à sua maior probabilidade de alcançar os objetivos dos seus membros, o que resolve o problema da ação coletiva ao criar um equilíbrio institucional. Isso posto, sua criação é endógena, e consequência das ações das elites políticas que estão situadas no congresso. Os partidos políticos são, nessa perspectiva, funcionais à estratégia dos agentes que se encontram dentro do escopo institucional político.

Cox (1987), por sua vez, estuda a relação executivo-legislativo no século XIX, e aponta como mudanças no aparato institucional – regras sobre procedimentos parlamentares – refletiram em um congresso orientado para partidos. Em questão de décadas, a *British House of Commons* passou de uma instituição regida por membros individuais para uma onde predominam lideranças partidárias. As eleições, pois, se voltaram mais para uma orientação partidária e menos focada em candidatos individuais. O autor argumenta que esse processo se inicia devido a uma mudança de regras no contexto do gabinete de governo e do parlamento. Ao se iniciar uma transição entre a importância das questões de governo em detrimento dos interesses individuais dos parlamentares, os membros do parlamento perceberam que os seus projetos dependiam cada vez mais dos ministros do gabinete. É nesse curso de alterações institucionais que o gabinete passa a acumular poderes executivos e legislativos, o que torna necessário que os parlamentares ajam coletivamente, utilizando dos partidos como forma de se alcançar a influência necessária para concretizar seus objetivos.

assegurando a cada membro alguns benefícios por estar nesse partido” (tradução livre feita pela autora).

¹⁴ “é mais provável que políticos ganhem mais – alcancem mais dos seus objetivos ou é mais provável que alcancem seus objetivos – por meio de um partido do que de outra forma” (tradução livre feita pela autora).

Há o argumento de que a importância crescente do gabinete resulta na busca estratégica dos parlamentares para alcançar de forma mais efetiva seus objetivos, o que só seria possível com a consolidação e coordenação promovida por partidos. Tendo em vista essa perspectiva teórica, esse processo de partidização do parlamento britânico é, logo, um resultado de arranjos institucionais, pois está relacionado a regras que passaram a atribuir maiores poderes legislativos ao gabinete. Os partidos se consolidam devido a uma dada estrutura institucional que constrange o comportamento dos atores a procurar uma saída viável que servisse aos seus interesses. Os partidos se desenvolvem e se estabelecem mais fortes, portanto, devido à sua funcionalidade aos interesses dos membros do parlamento(COX, 1987).

Em suma, sob o prisma da abordagem neoinstitucional apresentada acima, os partidos são funcionais aos atores e endógenos a uma estrutura institucional. Na perspectiva neoinstitucional, a influência social é colocada em segundo plano. Percebe-se, então, no decorrer do marco teórico, duas perspectivas diferentes: por um lado, a origem dos partidos provém de pressões externas e, por outro, essa origem se situa na escolha estratégica de elites políticas. A dualidade institucional-societal diferencia-se quanto ao método e recorte se comparadas a teoria de clivagens sociais (LIPSET e ROKKAN, 1967) com a teoria da ação coletiva com os pressupostos da escolha racional (ALDRICH, 1995; COX, 1987). Ambas, no entanto, tratam (em graus diferenciados) do tema sobre a emergência de partidos. A abordagem societal lipset-rokkaniana, nesse sentido, propõe uma teoria de formação de sistemas partidários ao invés de formação de partidos isolados, um estudo, portanto, que discorre sobre a emergência de partidos de forma indireta, já que a divisão de clivagens é estrutural, histórica e sistêmica, e não resumida às legendas de modo individual - como nos estudos de caso de Aldrich e Cox.

Posto isso, cabe, então, trazer ao debate uma posição mais intermediária entre uma interpretação endógena e exógena sobre formação de partidos. Em *Changing Societies, Changing Party Systems*, Stoll (2013) declara que o novo institucionalismo, nas últimas décadas, tem focado em uma parte fundamental da equação que explica a política: as instituições políticas. Tendo isso em mente, a autora busca relacionar a emergência de novos partidos – e a fragmentação partidária – à heterogeneidade e mudanças na esfera social, considerando que a formação de novas legendas depende de empreendedores políticos e elites que mobilizem identidades e a politização de grupos latentes. Essas novas legendas seriam denominadas partidos sectários.

Stoll (2013) aponta como relação condicional aquela entre heterogeneidade social, partidos eleitorais e sistema eleitoral, pressupondo que a heterogeneidade social é a variável independente. Os partidos eleitorais, nesse caso, são aqueles efetivos, os quais apresentam força eleitoral no sistema partidário. A autora segue, em linhas gerais, o argumento de que o número de partidos efetivos é maior se há heterogeneidade social associada a um sistema eleitoral permissivo. Logo, há uma relação positiva entre número de partidos e uma sociedade heterogênea se as regras da disputa eleitoral são mais permissivas.

Stoll (2013) orienta a análise para o número de grupos que se traduzem em partidos sectários, não necessariamente grupos dicotômicos, que é o caso de Lipset e Rokkan (1967). Os grupos sociais, nesse caso, podem ser grupos latentes que virão a se tornar grupos politizados. Tais grupos politizados são aqueles com potencial para chegar ao sistema político em forma de partido. Reitera-se, contudo, que a ênfase nessa tradução de demandas exógenas em partidos não foge da abordagem neoinstitucional, a qual Stoll enfatiza priorizar. Para a autora, a oferta das elites se sobrepõe à demanda. Elites ajudam na politização e mobilização de grupos e, por consequência, na criação de partidos sectários. O sucesso, portanto, da criação de um partido também depende de uma elite “empreendedora” em conjunto com a estrutura institucional do sistema político. Desse modo, de acordo com o exposto, partidos sectários apresentam na sua formação a mobilização de um grupo latente, o qual passou por um processo de “partidarização” devido à ajuda de um empreendedor político – sendo este elite política ou liderança exógena ao sistema partidário.

O trabalho de Stoll (2013) apresenta uma terceira via à análise de formação de novas legendas, ao mesmo tempo que coloca a heterogeneidade social como variável independente, é salientada a importância dos mecanismos de competição partidária e o papel de elites – políticas ou parte da sociedade mobilizada – para dar forma à sua teoria de criação de partidos. Busca-se, grosso modo, uma conciliação em uma mesma análise de fatores exógenos e fatores endógenos ao sistema político: as instituições importam, os atores políticos se movimentam de forma estratégica a fim de se alocar na competição eleitoral, e a sociedade, em sua composição heterogênea, propulsiona a formação de novos partidos por meio de grupos mobilizados associados a elites empreendedoras. E diferenciando-se da análise mais sistêmica de Lipset e Rokkan (1967), Stoll sublinha que a heterogeneidade social que pode vir a ser traduzida em partidos políticos efetivos, deve ser entendida não apenas sob um viés sociológico de clivagem (seja por cor ou ainda mais

especificamente por etnicidade), mas, também, considerando outros atributos que variam em “rigidez”; desse modo, os grupos latentes podem ser encaixados em uma interpretação menos restritiva e não necessariamente sociológica sistêmica, podem ser definidos, a título de exemplo, como um grupo que, em reação conjunta e mobilizada, difere ou concorda com um tema específico – o que seria uma característica não-sociológica.

1.5. Sistemas eleitoral e partidário: constrangimentos e estímulos

Tedo em vista o debate teórico sobre emergência de partidos, sabe-se que tais instituições também devem ser analisadas em função do sistema partidário no qual estão inseridas. Falar sobre partidos e sobre sua formação inclui trazer à discussão não somente sua origem na elite política e/ou em grupos da sociedade mobilizados, mas também saber que o estudo sobre partidos modernos remete à análise de sistemas partidários e sua relação com sistemas eleitorais. Apesar da presente pesquisa não priorizar a análise dessa relação, partidos políticos não nascem em um vácuo institucional. Sendo assim, uma análise sobre gênese de partidos políticos não pode ignorar o tema recorrentemente trazido pela literatura sobre como o fator institucional se torna constrangedor ou viabilizador da criação, desenvolvimento e manutenção de legendas em um dado sistema político.

Isso posto, Tavares (1994) afirma que as propriedades e efeitos que cada instituição pública produz são tanto *compósitos* como também *imprevisíveis*. Isto é, as instituições são, primeiro, resultantes da combinação entre sua estrutura de normas, entre as normas de outras instituições com as quais se associa e entre a realidade política e social sobre a qual atua o todo institucional compósito. Segundo, as instituições são, também, marcadas pelo caráter da improbabilidade, pois geram resultados – com frequência – não antecipados pelos instituidores, já que não há como os agentes formuladores de tais regras e normas prognosticarem todos os arranjos institucionais factíveis e consequências prováveis derivados dessa primeira instituição criada. Para Tavares, os juízos polares que procedem dessas duas constatações podem abrir espaço para leituras das instituições públicas ou sob um viés *determinista* ou sob um viés *voluntarista*. Sobre a análise determinista, Tavares contra-argumenta que

As instituições políticas não são mera superestrutura ou registro superficial, mecânico e

passivo da equação de forças no conflito social, mas instrumentos complexos de intervenção intencional, voluntária e deliberada, através dos quais grupos sociais buscam organizar politicamente a sociedade (...) sob condições de competição pelo controle sobre o Estado e de incerteza quanto aos resultados políticos e sociais da operação das instituições recém estabelecidas (Ibid., p. 208).

Quanto ao viés voluntarista, Tavares cita a advertência de Burke em relação ao “voluntarismo da razão individual e aos riscos inerentes ao experimentalismo institucional que faz abstração das instituições, da cultura e dos valores políticos consagrados pela tradição histórica da sociedade” (Ibid., p. 209). Essa crítica ao pêndulo de leituras desmedidas é pensada para reiterar que essas duas concepções estão presentes nas análises da relação entre o sistema eleitoral e o sistema partidário. Isoladamente ou combinados, cada um desses sistemas não pode ser examinado sem se considerar suas combinações, o sistema político como um todo e o conjunto da sociedade na qual se encontram¹⁵. Nesse sentido, o argumento de Tavares visa enfatizar que instituições são produto da deliberação de agentes, mas que, ao mesmo tempo, tais estruturas de normas estão situadas em um contexto, e que as mesmas trazem consigo efeitos não antevistos por seus formuladores. Há, portanto, uma relação de duas vias entre a ação estratégica de agentes criando instituições e sendo constrangidos por elas – sem ser desconsiderado o contexto sócio-político no qual tal dinâmica está inserida.

Para Tavares (1994), os sistemas eleitorais geram efeitos compósitos, pois resultam da combinação do sistema eleitoral com o sistema partidário, o sistema de governo, o Estado constituído e com o sistema legislativo, além de estarem situados em uma cultura política específica, em conflitos e em estratificações sócio-políticas. Ademais, Butler (1981) afirma que os sistemas eleitorais afetam a relação da preferência do eleitorado com os representantes, à medida que influem na identificação e na lealdade partidária, no número de partidos existentes com força eleitoral, na flexibilidade ideológica das legendas e no perfil dos candidatos e de suas respectivas carreiras políticas.

¹⁵ Tavares aponta que tal postura epistemológica pode ser vista, por exemplo, na teoria dos partidos políticos de Duverger, o qual afirma que os partidos tendem a caminhar, em todas as sociedades, em direção ao dualismo e à bipolaridade.

Nesse sentido, a literatura em questão sobre sistemas partidários enfatiza como os efeitos mecânicos e estruturais do sistema eleitoral afetam a relação proporcional entre votos e representantes no legislativo; mas não somente isso, destaca-se que o desenho eleitoral interfere no número de partidos, pequenos ou grandes, novos ou tradicionais:

Os sistemas eleitorais podem orientar-se para uma distribuição da representação legislativa entre os partidos tendencialmente proporcional à distribuição dos votos entre os partidos, mas podem igualmente favorecer os grandes partidos e, em alguns casos, mesmo os pequenos partidos; podem excluir os partidos menores, fortalecer os dois maiores partidos em relação aos demais e, ao mesmo tempo, o primeiro em relação ao segundo partido (...) ou, ainda, privilegiar simplesmente o maior partido (TAVARES, 1994, p. 231).

Sobre a influência em número de partidos, Duverger (1970) pontua, ainda, que os mecanismos de sistema proporcional¹⁶ exercem um efeito multiplicador no número de legendas, mas que viabiliza muito mais a entrada de novos partidos no sistema do que cisões e rupturas em partidos efetivos. O número maior de legendas em sistemas proporcionais também se deve ao fato de que os partidos são mais independentes, pois os benefícios para manutenção destes é mais acessível no âmbito do parlamento. Duverger afirma que o sistema de eleição proporcional contém a evolução do bipartidarismo, pois funciona como um freio à preponderância de dois partidos em detrimento dos demais. Para o autor, sistemas eleitorais podem ser entendidos como freios e aceleradores da multiplicação de partidos. Duverger (1963 *apud* TAVARES, 1994) afirma que a representação proporcional pode estimular a criação e desenvolvimento de novas legendas, ao mesmo tempo que retarda o

¹⁶ A representação proporcional, em linhas gerais, é aquela na qual os partidos participam de um percentual da representação parlamentar tendo em vista o percentual da distribuição de preferências dos eleitores, materializados em votos. Esse grau de proporcionalidade depende tanto da fórmula eleitoral (conversão de votos em assentos na bancada do parlamento) quanto da magnitude dos distritos (número que cada distrito pode eleger de representantes) (TAVARES, 1994). Rokkan (1970) afirma que a instituição de sistemas proporcionais foi feita por pressões providas tanto das elites políticas parlamentares quanto de pressões de grupos não inseridos nas oligarquias políticas. Por parte das elites, a alternativa proporcional freava a expansão de partidos socialistas em detrimento de partidos liberais enfraquecidos devido à universalização do sufrágio; por outro lado, a representação proporcional aumentava o acesso de partidos socialistas e das lideranças de massas ao parlamento.

declínio de partidos mais tradicionais; já a representação por maioria relativa em um só turno e com distritos uninominais se torna um obstáculo a novos partidos e debilita, ainda mais, partidos mais fracos.

Nessa mesma direção, Tavares (1994) afirma que “a representação proporcional freia ou, pelo menos, retarda o declínio eleitoral dos partidos consolidados (...), ao mesmo tempo em que viabiliza, embora nem sempre estimule, a criação de novos partidos” (Ibid., p. 245)¹⁷. Cox (1997) argumenta, ainda, que a heterogeneidade de uma sociedade cobinada a um sistema eleitoral permissivo resulta em um número elevado de partidos e que, por outro lado, um número pequeno de partidos efetivos em um sistema partidário é resultado do efeito restritivo gerado pela interação entre um sociedade heterogênea e um sistema eleitoral que limita o acesso de novas legendas (COX 1997 *apud* STOLL, 2013, p. 8).

Por sua vez, Rae (1967) afirma que todos os sistemas eleitorais, incluídos os proporcionais, super-representam grandes partidos às custas da subrepresentação dos pequenos. As fórmulas eleitorais, portanto, apresentam efeito concentrador e oligopolizante. Todavia, Rae ainda reitera que a representação proporcional mitiga esse efeito, reduzindo a desproporcionalidade que é mais acentuada em outros sistemas. E por mais que a diversidade societária possa deter esse efeito centralizador devido às preferências traduzidas em votos, a repetição sistemática de resultados baseados em leis eleitorais que, em maior ou menor medida, centralizam o legislativo em alguns partidos tende, a longo prazo, centralizar a competição eleitoral em torno de legendas maiores. Tavares (1994) complementa essa lógica ao ressaltar que a representação implica em oligopolização da competição política pela necessidade de se compactar e reduzir o todo dos representados com a finalidade de tornar o próprio ato de representação viável.

Nesse sentido, a relação entre o desenho do sistema eleitoral e a emergência de novos partidos políticos é enfatizada para pontuar que, dependendo da forma como os votos são traduzidos em cadeiras, o aumento no número de partidos pode ser restringido ou estimulado de acordo com a combinação adotada. Braga (2006) reitera, ainda, que o sistema partidário é subsistema do sistema político e, portanto, afetado pela estrutura do Estado, o sistema de governo e o arranjo eleitoral. Tais variáveis são adjacentes ao processo de competição política, as quais estabelecem entre si relações de influência recíproca. Isso posto, é o sistema eleitoral que dá forma à competição (no sentido mecânico), “pois

¹⁷ Tavares, todavia, discorda de Duverger quanto à premissa da “lógica dualista da decisão política” (p. 264).

é a partir dessas regras que se estabelecem os parâmetros dentro dos quais os partidos atuarão, que serão formuladas as estratégias, as previsões de efeitos políticos e os cálculos de oportunidade” (Ibid., p. 36). Todavia, Braga sublinha que as regras – ou o desenho institucional – não são impostas ao sistema político exogenamente, pois estas estão sob constante negociação e disputa da elite política. Destarte, sob uma perspectiva neoinstitucionalista, os partidos são instituições endógenas, formados pelos atores políticos e alterados por eles.

Logo, sabendo da relação recíproca de influência entre sistema eleitoral e partidário, como a literatura bem enfatiza, deve-se notar que a própria emergência de novos partidos deve ser entendida considerando-se o escopo de normas que influenciam a dinâmica da competição política e as preferências do eleitorado traduzidas em voto, as quais, especificamente num contexto de representação proporcional, viabilizam a ascensão e sobrevivência facilitadas de novas legendas.

No caso do sistema partidário brasileiro, há uma ênfase na combinação de fatores dentro do sistema eleitoral que mais prejudicam do que auxiliam na institucionalização de partidos. Braga (2006) pontua como uma parte da literatura sobre sistema eleitoral brasileiro refere-se ao desenho institucional conforme um viés “pessimista”. É apontado, especialmente, como a associação de representação proporcional e lista aberta fragmentam o sistema partidário. Carey e Shugart (1992) assinalam, ainda, que a combinação de presidencialismo com eleições proporcionais com base em listas abertas dificultam a governança e incentivam o voto personalista. Tavares (1994) afirma que a representação proporcional é consistente com a competição entre os partidos por meio de listas partidárias fechadas, pois eleições proporcionais buscam

assegurar a participação (...) da variedade de forças, tendências e projetos, sociais, econômicos, ideológicos, políticos, culturais e regionais, em que se diferencia o eleitorado do Estado nacional, sob a condição de que se constituam em partidos políticos, e em proporção ao peso específico relativo de cada força, tendência ou projeto, medido segundo a proporção de sufrágios conquistados pelo partido político respectivo (Ibid., p. 125).

Sendo assim, Tavares (1994) reitera que “*listas partidárias fechadas e bloqueadas*” são o instrumento mais adequado para ser aplicado na competição inter-partidos dentro de um marco eleitoral baseado em representação proporcional. Essa, portanto, é uma associação funcional necessária para que o sistema eleitoral de representação proporcional legislativa seja, de fato, catalisador de resultados proporcionais na bancada. A defesa do autor a essa associação, coloca-o como crítico da combinação no sistema eleitoral brasileiro de lista partidária aberta com representação proporcional para as eleições da câmara baixa federal. Para Tavares, “trata-se de uma experiência singular e estranha” a tentativa de proporcionalidade na representação combinada ao voto uninominal. “Inconsistente com o espírito e com a técnica da representação proporcional, o voto único em candidatura individual tem sido o responsável” por fomentar uma “competição voraz entre os candidatos de um mesmo partido que tão profundamente compromete (...) a identidade, a coesão e a disciplina internas dos partidos políticos na república brasileira” (ibid., p. 127).

Enfatiza-se que, em suma, no caso brasileiro, uma das principais leituras que se faz do sistema eleitoral é a de que a combinação de regras de lista aberta em eleições proporcionais afetam a competição de modo a incentivar uma disputa eleitoral com limitada inteligibilidade, campanhas individualistas e fragmentação partidária. A literatura brasileira sobre sistemas partidários e/ou partidos políticos é predominantemente institucional, as propostas se dividem em menos ou mais pessimistas sobre o sistema partidário, mas, no entanto, partem do mesmo ponto: o foco está no plano das instituições.

1.6. O debate brasileiro: a formação dos partidos no cenário pós-ditadura militar e seu caráter de “cima para baixo”

Com o advento de novos regimes democráticos na segunda metade do século XX, questões como (a) forma de governo, (b) arranjo federativo, (c) sistema partidário e (d) sistema eleitoral passaram a ser pauta de discussões acadêmicas com relação à estabilidade institucional em novas democracias (PERES, 2005). Ao se pensar no caso do Brasil, Limongi (2006) ressalta como o quadro partidário brasileiro atual é marcado por sua origem. Mesmo que novos partidos tenham surgido com a reforma de 1979¹⁸, os que são estabelecidos ao longo da ditadura não

¹⁸ O presidente Geisel inicia um processo de liberalização em 1973, o qual restaura de modo gradual diversos direitos políticos que haviam sido suspensos na década de 1960. Foi possível, assim, o crescimento de movimentos que reivindicavam a restauração da democracia. E, por

desapareceram com o processo de redemocratização, mas são renomeados ou transformados devido a cisões ou rupturas, sobrevivendo, de certa forma, ao enfraquecimento e ao desmonte do regime militar:

O retorno à democracia é acompanhado por uma forte assimetria na competição partidária. Há partidos que, por assim dizer, nascem grandes, como o PDS (depois PPR, PPB e PP), PFL, PMDB, PSDB. Estes partidos herdam o capital eleitoral e organizacional acumulado ao longo do bipartidarismo pela ARENA MDB. De outro lado, estão os novos partidos, criados praticamente do zero com a reforma de 1979 (LIMONGI, 2006, p. 23).

Dos novos partidos, Limongi (2006) salienta que apenas o PT consegue se impor como grande partido. A maioria dos partidos que se formam após a reforma apresentam dificuldades em se impor como atores relevantes na competição eleitoral. Sendo assim, quanto à origem dos partidos pós-ditadura, é consenso na literatura brasileira que o PT é exceção à regra, já que seu processo de formação tem bases sólidas na sociedade civil mobilizada (LIMONGI, 2006; KECK, 2010; AMARAL, 2011). Amaral (2011) reforça que o PT, em sua formação, esteve ligado diretamente a setores organizados da sociedade civil (sindicalistas, militantes de grupos de esquerda e líderes de movimentos populares urbanos); o partido possibilitou a canalização de uma série de demandas de diferentes atores sociais reprimidos, então, no plano institucional.

Haja vista esse processo gradual de abertura à democracia iniciado na década de 1970, Keck (2010) ressalta que há duas realidades no plano institucional político que merecem atenção: por um lado, vê-se as formas tradicionais de predominância das elites buscando seu reforço e manutenção no poder; e, por outro, novas formas de organizações social e política, as quais buscam questionar e se opor ao *status quo*. Isso posto, há dois “Brasis” que se contrapõem. Nota-se, assim, um plano em que as interações particulares das elites são matéria constituinte da própria política, e outro, no qual organizações mais vinculadas à sociedade reivindicam relações mais institucionalizadas. Keck (2010, p. 14) argumenta que “até mais do que sua duração, o que é notável na transição

mais que os militares tivessem o interesse de se manter no controle desse processo de transição, em 1979, uma reforma partidária extinguiu o sistema bipartidário artificialmente criado em 1966, o que permite que surjam novos partidos com o desmantelamento dos partidos ARENA e MDB (KECK, 2010).

brasileira para a democracia é o alto grau de permeabilidade, elitismo e personalismo das instituições nominalmente representativas — em particular, os partidos políticos”.

Meneguello (1998) afirma que a redemocratização do Brasil permitiu a ampliação institucional para entrada de novos partidos na arena política. Os partidos são fortalecidos à medida que obtém votos que garantam uma presença significativa na bancada do Congresso. Quanto maior, portanto, a bancada, maiores são as chances de um partido integrar uma coalizão governamental - como Braga (2006) ressalta, maior será seu poder de barganha perante o executivo.

É digno de nota, ainda, o que Braga (2006) afirma sobre os trabalhos brasileiros que analisam o sistema partidário. Tais estudos abordam, em termos gerais, a reimplantação do multipartidarismo; ou investigam os mecanismos institucionais que afetam o sistema partidário; outros analisam a função representativa dos sistemas eleitoral e partidário. Essa literatura apresenta uma abordagem predominantemente institucionalista. Segundo a autora, tais trabalhos se dividem em duas linhas. A primeira linha de análise prioriza o sistema partidário e os partidos, com o objetivo de mostrar que a estrutura institucional não é impedimento para que o sistema funcione coerentemente. A segunda seria a mais “pessimista”, e congrega a maioria das análises, focando em críticas a variáveis institucionais, como questões eleitorais e partidárias, sistema de governo e o arranjo federativo.

A tese de Braga (2006), seguindo a primeira linha de análise, afirma que o sistema partidário recente, formado a partir de condições político-institucionais do processo de redemocratização, permite a entrada de partidos diferenciados na disputa política, o que resulta, com o tempo, em uma competição relativamente estável, mesmo que concentrada no princípio. Em suma, “essa estrutura de competição interpartidária, de um lado, deu unidade nacional às organizações partidárias relevantes na Federação e, de outro, atuou para constranger e direcionar as preferências eleitorais” (Ibid., p. 57). Figueiredo e Limongi (1998) acrescentam que os partidos na Câmara Federal apresentam um índice alto de disciplina partidário ao de longo dos anos 1990-1995. A coalizão partidária, ademais, consiste ideologicamente com posições expressivamente delineadas entre esquerda, centro e direita. Há, portanto, um comportamento parlamentar significativamente coeso e partidariamente consistente, o que resulta em condições que permitem governabilidade (Ibid., 1998).

Nesse contexto de reflexão teórica, contudo, muitas análises do modelo constitucional brasileiro, no que tange ao sistema eleitoral e

partidário, mostraram-se um tanto pessimistas. De acordo com essas análises, a forma como se configurou institucionalmente a democracia brasileira pós-1985 dá margem para instabilidade e déficit de governabilidade. Estudos sobre a arena eleitoral e o sistema partidário, como os de Mainwaring e Torcal (2005), apontam para a baixa institucionalização partidária e a consequente volatilidade nas escolhas do eleitorado. O principal argumento dos autores é de que o nível de institucionalização é central para compreender sistemas partidários:

Institucionalização refere-se a um processo pelo qual uma prática ou organização se torna bem estabelecida e amplamente conhecida, senão universalmente aceita. Os atores desenvolvem expectativas, orientações e comportamentos baseados na premissa de que essa prática ou organização prevalecerá no futuro previsível. Em política, institucionalização significa que os atores políticos têm expectativas claras e estáveis em relação ao comportamento dos outros atores (Ibid., p. 254).

Segundo Mainwaring (1991), a profundidade das raízes partidárias e a estabilidade da competição apresentam expressivas diferenças quando são comparadas as democracias e semidemocracias pós-1978 com as democracias industriais avançadas. Mainwaring e Torcal (2005) argumentam que a fraca institucionalização partidária apresenta graves consequências para regimes democráticos, como a emergência do autoritarismo e a instabilidade institucional de Estados democráticos.

Uma das provas dessa instabilidade institucional é apresentada por Mainwaring e Torcal (2005) a partir dos níveis de volatilidade eleitoral¹⁹. Como, por exemplo, os níveis altos do índice médio de volatilidade encontrados nas eleições para a câmara baixa brasileira. Segundo os autores, esse nível seria de 24,1 nas eleições entre os anos de 1986 e 2002 (Ibid., p. 257). A volatilidade eleitoral brasileira estaria aproximadamente 15 pontos acima da média de países industrializados e altamente

¹⁹ O índice de volatilidade eleitoral foi desenvolvido por Pedersen (1990). Essa fórmula foi criada para calcular a taxa de transferência de votos dos eleitores de uma eleição para outra. As diferenças dos partidos escolhidos eram somadas em eleições consecutivas, a fim de se identificar realinhamentos eleitorais e em que medida um sistema partidário europeu seria estável. Essas tendências de maior ou menor volatilidade eleitoral, analisadas durante uma sequência temporal, eram uma forma de se categorizar quão institucionalizados eram determinados sistemas partidários na Europa.

institucionalizados em seus sistemas partidários. A leitura não apenas seria de que a arena eleitoral e partidária é fluida, mas também de que isso seria sinal de um cenário instável e problemático para a democracia.

Em adição, para Kinzo (2004), o sistema partidário brasileiro é altamente fragmentado. A combinação entre lista aberta e um sistema de representação proporcional reflete em eleições para deputados federais e estaduais que são marcadas com o voto personalista, é “primordialmente uma disputa entre candidatos individuais” (Ibid., p. 28). As regras eleitorais, ainda, incentivam a formação de coligações, principalmente em disputas proporcionais, com alianças eleitorais formadas por uma grande variedade de partidos, o que influi, também, na volatilidade eleitoral. Esses fatores são evidência de que “ao longo desses dezoito anos de democracia [a autora se refere ao período 1985-2003], os avanços em direção à consolidação do sistema partidário foram bastante modestos” (Ibid., p. 35).

Kinzo, assim como Mainwaring, ressalta que há pouca diferenciação entre os partidos, os quais oferecem opções menos estruturadas aos eleitores. A origem dos partidos brasileiros pós-redemocratização, concentrada, principalmente, na figura das elites políticas e do Estado, influenciou, também, na distinção dos partidos entre si, que se formam durante as décadas de 1980 e 1990, os quais são ideologicamente flexíveis e não definidos a partir de clivagens. Por isso, ao se observar o perfil dos partidos – programaticamente e ideologicamente –, as diferenças tratam-se mais de “gradações ou variações do que propriamente diferenças estruturais” (KINZO, 2004, p. 32).

Isso posto, no que diz respeito à formação dos partidos no atual sistema, teses extremamente relevantes foram desenvolvidas a partir de estudos de casos como os do PMDB (atual MDB), PSDB, PT, entre outros. Kinzo (1988) apresenta um estudo sobre a criação e trajetória do MDB, apontando que o partido surge de forma artificial e sem traços muito definidos, com forte origem parlamentar e institucional. O PMDB, surge dessa primeira legenda, no contexto da redemocratização na década de 1980, e apresenta traços de um partido sem ideologia expressiva e com uma gênese parlamentar marcada pelo seu antecessor, sendo considerado um partido que “passeia” entre as características de partido *catch-all* e *cartel*. Peres e Lameira (2015) afirmam, no entanto, que há escassez de trabalhos que apontem detalhadamente essa fase de organização do PMDB pós-reforma de 1979. Os autores afirmam, ainda, a importância de se sair de uma avaliação das organizações partidárias já muito reafirmada pela literatura, a de que os partidos brasileiros são a imagem

de uma tendência organizativa “sem ideologia, sem projeto de nação, fisiologista, clientelista, coadjuvante”, etc (ibid., p. 24).

Em outro caso, Roma (2002), ao estudar a institucionalização do PSDB, entre 1988 e 1999, assinala que a legenda foi criada por parlamentares que buscavam a partilha do poder político a partir de uma estratégia pragmática. Sua origem, sendo endógena, já apresentava elites bastante influentes no cenário político brasileiro. Seu estudo do PSDB enfatiza a necessidade de análises sobre partidos políticos no sistema atual, já que poucas análises foram feitas tendo por abordagem a formação e consolidação organizacional das legendas pós-redemocratização. E, como afirmado posteriormente, a única legenda considerada como exceção a essas conclusões sobre o perfil endógeno dos partidos brasileiros é o caso do PT.

Em suma, os trabalhos sobre o sistema partidário atual priorizam partidos consolidados na década de 1980-1990, enfatizando, em graus diferentes, a origem endógena dos partidos, sua pouca diferenciação e um perfil que “cambaleia” entre traços *catch-all* e *cartel*, sendo o PT considerado a exceção. Essa leitura sobre a formação de partidos no caso do Brasil – ou as condições institucionais que estimulam esse fenômeno – permanece na interpretação das legendas mais recentes, apesar das poucas análises que levantam esforços para entender a criação destes de forma comparada e mais aprofundada.

Tendo em vista o que foi sublinhado acima, nota-se que no processo de redemocratização pós-ditadura militar, inúmeros trabalhos buscaram estudar como se formou o sistema partidário e qual a origem dos partidos que se estabeleceram nesse sistema. O que se pretende, aqui, apontar como problema, então, é: Atualmente, três décadas após o processo de consolidação do sistema partidário brasileiro, pode-se afirmar que os partidos surgem apresentando o mesmo perfil que o do contexto político da redemocratização? Os partidos continuam surgindo a partir de bases e demandas, em sua maioria, de elites políticas? Ou seja, a emergência de novos partidos continua obedecendo ao diagnóstico de partidos indiferenciáveis e tendencialmente formadas por “pressões de cima”?

Partidos novos – pequenos, médios ou grandes - mostram-se cada vez mais relevantes no contexto partidário brasileiro fragmentado, à medida que formam blocos, passam a ter mais peso nas negociações e influenciam nas decisões (principalmente, em conjunto com outros partidos médios e pequenos). Ao se investigar a origem dos partidos, há o esforço teórico de se entender que conflitos, demandas e pressões esses partidos visam traduzir e representar. O trabalho em questão, portanto,

entra no esforço analítico de estudar a formação de novos partidos a partir do estudo dos casos do Partido Social Democrático (PSD), do Solidariedade (SD) e do Partido Novo (NOVO). Objeto empírico que será detalhado no próximo capítulo.

1.7. Considerações Finais

Ao se retomar, aqui, o que foi apresentado de alguns referenciais teóricos (DUVERGER, 1980; SARTORI, 1989; LIPSET e ROKKAN, 1967), observam-se análises que enfatizam a origem de sistemas partidários provinda de pressões de baixo, de demandas exógenas, de reivindicações e conflitos na esfera social. Aldrich (1995) e Cox (1987) apontam para o caráter funcional dos partidos à estratégia dos atores. As regras, nesse sentido, apresentam papel fundamental para se entender a origem partidária, como também o comportamento estratégico dos atores situados dentro dessas instituições. Essas perspectivas, todavia, remetem à criação de partidos modernos em um contexto no qual sistemas partidários e instituições desse cunho não existiam. Ao se aproximar essas teorias da leitura que se faz da criação de partidos no contexto brasileiro atual, deve-se levar em conta que os partidos brasileiros (legendas novas no recorte do projeto em questão) se formam em condições institucionais já consolidadas, com regras específicas (muitas reformuladas ou alteradas por completo). Analisar, portanto, os partidos criados entre 2011 e 2015 em um contexto institucional específico, em uma conjuntura particular, é considerar, também, que o marco teórico internacional supracitado se aproxima, mas não explica essas condições apropriadamente.

O trabalho de Stoll (2013), por seu turno, é relevante devido à sua abordagem mais conciliadora entre fatores endógenos e exógenos. A abordagem mais inclusiva sobre fatores que estão presentes no processo de formação de novas legendas abre espaço para a complexidade de elementos que podem estar presentes na gênese de uma nova organização partidária. Por mais que não se espere que os três partidos PSD, SD e NOVO sejam fruto da ação mobilizada de grupos latentes, ou que os três sejam tradução de heterogeneidades sociais, a postura menos inflexível de se considerar fatores institucionais e societais presentes na criação e perfil de uma legenda só tem a acrescentar à literatura que analisa esses partidos políticos.

Concluindo-se nessa mesma lógica, Panebianco (2005) assinala, já na década de 1980, que a distinção sobre as modalidades de partidos quanto à sua formação não poderia mais ser encaixada apenas na dualidade *endógeno-exógeno*, pois esse tipo de exame não consegue

englobar analiticamente de forma bem-sucedida até mesmo as “diferenças organizativas (...) que se registram entre partidos de mesma origem (interna ou externa)”, pois a partir de “uma origem parlamentar, é possível uma pluralidade de resultados. E, analogamente, os partidos nascidos fora do parlamento (que para Duverger são sobretudo os ‘partidos de massa’) apresentam enormes diferenças entre si” (Ibid., p. 93). Concorde-se, assim, com Panebianco que uma distinção interno *versus* externo (endógena *versus* exógena) não é suficiente para sustentar o pilar terminológico que distingue os partidos sobre sua gênese e perfil. Elementos vinculados tanto à elite política quanto a grupos externos ao sistema político podem estar conciliados na origem de legendas.

No que tange à literatura específica sobre o sistema partidário brasileiro atual, a formação de partidos está entrelaçada às condições políticas existentes na transição do regime ditatorial militar para uma democracia. De fato, há uma análise predominantemente institucional, a qual fundamenta seus argumentos na estrutura institucional, no conjunto de normas estabelecidas e nas elites políticas presentes no contexto político-institucional. Faz-se necessário, nesse caso, que a construção teórica da pesquisa busque apontar as particularidades dos casos estudados, os quais não são explicados, em sua totalidade, sob uma ótica institucional, refletindo a necessidade de identificação de elementos que apontem atores e demandas localizadas fora do plano das instituições políticas.

Novamente, o que se vê, atualmente, é uma lacuna de produção no que tange à emergência de novos partidos no caso brasileiro. Partidos como o PT foram exaustivamente estudados, sendo este considerado uma exceção ao processo de formação partidária, a qual é ligada fortemente ao Estado e às elites políticas. Todavia, a emergência de novos partidos não parou nas décadas de 1980-1990, partidos continuaram surgindo, constatação que reitera a importância de pesquisas desse cunho.

CAPÍTULO 2

O ESTUDO DOS CASOS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS LEGENDAS E O PERFIL DAS RESPECTIVAS BANCADAS

2.1. Introdução e recorte de pesquisa

Na década de 1980, Panebianco (2005, p. 93), sobre o debate internacional, afirma que, mesmo sendo de suma importância analítica, “o problema das modalidades de formação dos partidos é não haver nesse âmbito, mais do que em outros, uma literatura corrente sobre os partidos”, pois a “teoria da formação de cada partido parou, substancialmente, em Duverger e na sua distinção entre partidos de criação interna (parlamentar) e criação externa”. No caso do Brasil, ao se pensar na emergência de novos partidos no sistema partidário, percebe-se que estudos mais aprofundados são escassos, há a leitura de que há pouca diferenciação entre os partidos, com gradações leves e posicionamentos mais pragmáticos - análises que, majoritariamente, partem de ponderações de estudos de casos de partidos mais antigos no contexto político pós-ditadura militar (KECK, 2010; KINZO, 2001, 2004; MENEGUELO, 1998; ROMA, 2002). Ou há a constatação de que “terceiras forças” não fazem frente ao jogo político em torno do pólo PT-PSDB, o qual estabiliza a competição no âmbito das eleições para o executivo, mesmo com um legislativo fragmentado (LIMONGI e CORTEZ, 2010; MELO 2012; CÂMARA e MELO, 2015; AMARAL, BRAGA e RIBEIRO, 2016).

Algumas análises mais recentes sobre partidos apontam uma “guinada à direita” mais conservadora (BOLOGNESI, CODATO e ROEDER, 2015; VILLAZÓN, 2015), ou sobre partidos “outsiders” que se consolidam no sistema representativo (KESTLER, KRAUSE e LUCCA, 2016)²⁰, ou, ainda, partidos analisados isoladamente, como o caso do PSD, apresentado como um partido com origem caracterizada pelo perfil *cartel* e *catch-all* (GERARDI, KRAUSE e SCHAEFER, 2017). Todavia, a análise sobre partidos novos – sobretudo os pequenos – é, tendo em vista o referencial, pouco desenvolvida, uma lacuna que ainda não foi propriamente preenchida pela literatura. Bolognesi, Codato

²⁰ A pesquisa recente dos autores propôs uma tipologia de partido denominada “partidos *break-in*”. Esses partidos seriam “novos” no sentido de desafiar o *status quo* e, também, por trazer novas lideranças à competição. Apesar da definição de “partidos novos”, Kestler, Krause e Lucca (2016) apresentam o caso do PT no Brasil, legenda com um acúmulo expressivo de estudos desenvolvidos.

e Roeder (2015) afirmam que os partidos pequenos têm sido sistematicamente ignorados pela literatura. E mesmo Batista, Ferreira e Stabile (2008) afirmando que entre 1982 e 2006, o número elevado de partidos nominais não refletia a dinâmica partidária, os partidos maiores vêm perdendo força de bancada, atualmente.

O número de partidos efetivos no sistema partidário brasileiro atual é considerado alto. As legendas são muitas. Estas constituem um “cardápio” com opções pouco diferenciadas entre si – partindo de uma constatação do senso comum. Nessa lógica, tanto o caráter político-elitista de formação quanto os estímulos institucionais são, correntemente, apontados como os principais elementos presentes. Os partidos novos, acabam, assim, sendo englobados nessa perspectiva, tidos apenas como “mais do mesmo”.

E essa é uma leitura frequente não apenas feita por pesquisadores da ciência política brasileira, mas também apontada pela mídia. Em uma matéria, do dia 15 de julho de 2017, por exemplo, o jornal *O Estado de São Paulo* declara como a fragmentação partidária no Brasil é um problema, o texto afirma que “a multiplicidade de partidos ideologicamente inconsistentes e de baixíssima representatividade é um mal que em algum momento precisa ser enfrentado”. O jornal descreve a vitória do governo federal na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, quando, por 40 votos a 25, é negado o prosseguimento da denúncia de corrupção passiva contra o presidente Michel Temer. Para formar maioria na CCJ, fora necessário recorrer à ajuda de sete partidos: PRB, PTB, PR, PSD, PP, PSC e PROS. Por mais que os votos demonstrem a força do governo, há um fator, segundo o jornal, que se destaca quando se analisa o caso de perto, pois ele “escancara uma mazela que há muito contribui para o abastardamento da atividade política no País: a enorme fragmentação partidária”, além da presença expressiva de partidos “ideologicamente amorfos”²¹.

De fato, o sistema partidário brasileiro é altamente fragmentado²². É nessa maior dispersão de poder no legislativo que partidos novos

²¹ *O Estado de São Paulo*. 15/07/2017. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-fragmentacao-partidaria,70001890978>>.

²² O termo “fragmentação” é utilizado, na presente pesquisa, de forma genérica para assinalar a baixa ou alta dispersão de poder na câmara baixa, tendo em vista o número de partidos efetivos nesse parlamento. Sendo assim, quando se faz referência, aqui, a um sistema partidário fragmentado, parte-se do entendimento de que o Número Efetivo de Partidos Políticos (NEPP) é alto e que, conseqüentemente, o poder legislativo entre os partidos – no que tange à força de cada bancada – é mais disperso, situação que, por exemplo, aumenta a relevância relativa de partidos menores na Câmara Federal.

podem vir a se estabelecer como atores²³ relevantes na Câmara devido ao menor poder de bancada de partidos tradicionais, os quais vieram perdendo cadeiras ao longo dos anos. No início dos anos 2000, o sistema partidário brasileiro contava com 24 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao longo da década de 1980 e 1990. No entanto, apesar do número expressivo de partidos já existentes, há a criação de três partidos no período 2005-2006, e, em um período de cinco anos, que vai de 2011 a 2015, a criação de mais oito novos partidos (PSD, PPL, PATRI, PROS, SD, NOVO, REDE e PMB)²⁴. Em cinco anos, esses partidos surgem em um contexto parlamentar com níveis altos de fragmentação²⁵, com uma Câmara Federal que apresenta, no presente, um índice de, aproximadamente, 16,5 partidos efetivos²⁶. Se for observada a situação atual da Câmara dos Deputados (Anexo 1), dados de 2018 mostram que 25 (vinte e cinco) partidos estão presentes na bancada da Câmara dos Deputados. Na composição da Câmara, quase 75% das cadeiras é dividida entre onze partidos, sendo a maior bancada (14%) do Bloco PP/PODE/AVANTE, e PT sendo o único partido com mais de 10% das cadeiras²⁷.

Os casos propostos como recorte, portanto, foram escolhidos baseando-se no que fora assinalado acima. Os Partido Social Democrático (PSD), Solidariedade (SD) e Partido Novo (NOVO) são oficializados pelo TSE em 2011, 2013 e 2015 respectivamente. Em conjunturas que se diferem entre si, mas com forças eleitorais (em graus diferentes) que se

²³ No presente trabalho, os termos *ator(es)* e *agente(s)* fazem referência a partidos, membros de partidos, grupos mobilizados e quaisquer indivíduos ou coletividades.

²⁴ Dados disponibilizados pelo TSE. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>>. Acesso em: ago. 2018.

²⁵ O índice do cálculo do grau de relevância dos partidos foi criado por Laakso e Taagepera (1979), o qual é denominado Índice do Número Efetivo de Partidos Políticos (NEPP). O NEPP é calculado dividindo-se 1 pelo somatório do quadrado das proporções de cadeiras obtidas pelos partidos em uma dada eleição. Em um sistema partidário hipotético, por exemplo, no qual três partidos conquistaram 30% das cadeiras cada, o número de partidos efetivos seria igual a 3.

²⁶ O cálculo foi feito pela autora a partir de dados da Câmara dos Deputados (2018). O Brasil é considerado um dos maiores casos de fragmentação partidária no legislativo. Norris (2008) já apontava que a média do número de partidos efetivos entre os países do globo era de 4,1, enquanto que, no caso brasileiro, a média de partidos efetivos no legislativo era de 8,8 entre 1990 e 2010. Em 2010, conforme dados apresentados por Carreirão (2014, p. 266), a fragmentação nas eleições para a Câmara dos Deputados aumentou de 10,6 para 11,3 no âmbito nacional, com aumento da média de 8,0 para 8,2 no âmbito dos estados. Isso ocorreu em 17 das 27 unidades federativas.

²⁷ Há uma tendência de fragmentação evidente na Câmara dos Deputados. Os dados apresentados no **Anexo 1** mostram que, com o passar das legislaturas, os partidos maiores perdem uma força relativa e a bancada da Câmara passa a ser composta, cada vez mais, por partidos médios e pequenos. Enquanto que, em 1999, o maior partido detinha 105 assentos e o segundo maior 99, na legislatura atual, o Bloco PP/PODE/AVANTE apresenta 72 assentos, seguido do PT, com 61.

sustentaram ao longo de dois pleitos para a Câmara dos Deputados, o PSD e SD se formam com uma bancada que se mantém relativamente estável por respectivos oito e cinco anos. O NOVO, por sua vez, formará bancada na Câmara apenas em 2019, apesar de ter a possibilidade de receber migrações parlamentares para a legenda desde 2015; o partido mostra-se relevante, na medida que, sem auxílio de fundos partidário e eleitoral, e com um discurso anti-elites políticas tradicionais, ganha um governador em 2019 juntamente com uma bancada de oito deputados federais, um distrital e 12 estaduais. Em termos de proporção representativa e relativa força eleitoral, escolhe-se analisar essas três legendas como casos de partidos novos (em termos temporais e não necessariamente em conteúdo) devido à sua relevância frente a outros partidos que surgiram nos últimos dez anos.

Foram três os casos escolhidos para análise comparada por se ter em consideração que partidos registrados na Justiça Eleitoral são partidos políticos nominais, mas não necessariamente eleitorais (ou efetivos). Apesar de parecer pequena a bancada do NOVO para a 56ª legislatura, em 2019, a qual é a menor dos casos estudados, o número alto de partidos efetivos no sistema representativo brasileiro reforça a ideia de que partidos com parcelas menores de cadeiras não são tão irrelevantes assim. No mais, a escolha por análise delimitada à Câmara Federal se deve ao fato de ser por meio dela que a força eleitoral dos partidos é traduzida proporcionalmente em cadeiras, ao mesmo tempo que o acesso que as legendas têm a recursos públicos é feito em consideração às bancadas nessa casa legislativa. Por fim, a Câmara dos Deputados é o símbolo da representação do eleitorado por meio dos partidos políticos ali presentes.

Tendo sido apresentado o recorte da pesquisa, o objeto empírico do trabalho a ser analisado visa responder à pergunta já mencionada no capítulo anterior: a emergência de novos partidos no sistema partidário brasileiro obedece ao diagnóstico que apresenta os partidos como indiferenciáveis entre si e tendencialmente formados por “pressões de cima”?

A análise da formação dos três partidos e do perfil destes por meio do exame da bancada de cada um na Câmara, de dados de filiados, candidatos e votos, visa responder essa questão. Sendo assim, nesse segundo bloco da pesquisa, dividido em dois capítulos, procura-se fazer, (no segundo capítulo) um estudo do processo de formação de cada partido juntamente com a análise do perfil de suas bancadas na Câmara Federal; e (no terceiro capítulo) uma análise com técnicas estatísticas descritivas de dados agregados eleitorais. Tendo em vista esse segundo bloco e retomando as teorias abordadas no capítulo um, ressalta-se que, enquanto

abordagens que enfatizam clivagens e “pressões exógenas” enfatizam mudanças e transformações no sistema partidário e na dinâmica da competição como um todo, o que se pretende trazer, aqui, é uma análise que procura identificar fatores exógenos, em oposição a fatores endógenos (sobretudo mobilização estratégica das elites – “pressões de cima”), que estejam presentes na formação dos partidos estudados. Tal abordagem escolhida se difere muito da tentativa de explicar formação de sistemas partidários num sentido macro, a partir de um viés histórico, como no caso de Lipset e Rokkan (1967); também se difere de análises sobre evolução de organizações partidárias e transformações de partidos políticos modernas reiteradas por Kirchheimer (1966), Panebianco (2005) e Katz e Mair (1995), ressalva que não exclui a constatação de que as legendas estudadas nessa pesquisa podem apresentar perfis com traços dos modelos desenvolvidos pelos citados autores. *Fatores exógenos*, portanto, serão considerados como grupos mobilizados que não se encontram na competição política, os quais formam partidos que se diferenciam em sua origem por não serem concebidos a partir de cisões ou rupturas dentro do sistema partidário. Enquanto que a análise dos casos aponta como *fatores endógenos* elites políticas e, de modo não explícito, regras partidárias e eleitorais. A relação entre fatores exógenos e endógenos não é vista como dicotômica.

Como ressaltado no fim do capítulo primeiro, a análise dos casos procura fugir de uma abordagem dualista de modelos que focalizam em partidos endógenos *versus* exógenos. Nesse sentido, apesar de se enfatizar aqui a origem de novos partidos, buscar-se-á trazer elementos da análise de Panebianco (2005) quanto a recursos que definem as relações de poder dentro de organizações partidárias²⁸. Concorde-se, assim, com Panebianco, tendo em vista o que será abordado nos capítulos dois e três, que os elementos presentes na formação de um partido, “os traços que sustentam sua gênese” (Ibid., p. 92), podem influir na sua estrutura organizativa – mesmo depois de anos de sua criação –, pois qualquer “organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação e das principais decisões político-administrativas de seus fundadores, as decisões que ‘modelaram’ a organização” (Ibid., p. 92,93). A ressalva que deve ser feita no que tange ao objetivo do referido autor e o objetivo

²⁸ Panebianco é o mais recente autor que analisa sistematicamente a organização e o poder em partidos políticos. Seu estudo baseia-se na análise de partidos da Europa ocidental. O autor estuda as relações de poder internas aos partidos a fim de compreender a origem e o funcionamento dessas instituições tendo em vista a dinâmica de lutas e alianças dentro de tais instituições (BRAGA, 2012).

explicativo do presente trabalho é a seguinte: enquanto se estuda, na pesquisa em questão, a emergência de novos partidos no que diz respeito às características de sua formação e o perfil dos partidos que resulta desse processo de gênese, Panebianco busca delimitar modelos de partido tendo em vista as relações de poder internas aos partidos a fim de compreender a origem e o funcionamento dessas instituições tendo em vista a dinâmica de lutas e alianças dentro de tais instituições (BRAGA, 2012). Sendo assim, a teoria de Panebianco engloba a origem, mas não foca necessariamente nela, a organização partidária é o cerne do seu estudo.

O que se considera como relevante, por ora, a fim de se investigar como se deu a formação de cada partido, são os elementos analíticos que Panebianco (2005) define como recursos de incerteza organizativa. O autor parte do pressuposto de que a organização de um partido é uma ordem negociada e dependente das várias pressões e demandas exercidas pela coletividade, a qual também é afetada pelo ambiente externo a ela. O poder, portanto, para Panebianco, é recíproco, mas assimétrico. Isso implica assumir que todo ator partidário controla recursos, em medidas diferentes, que podem ser empregados nas negociações de poder dentro da organização. Afirmção válida mesmo se considerada a base do partido, pois esta pode interferir nas votações e na escolha de lideranças, por exemplo. Há, assim, uma distribuição de incentivos por parte dos dirigentes aos filiados, por mais mínimos que sejam. O autor visa entender, também, a formação dos partidos – apesar da ênfase no perfil organizacional – a partir desses pressupostos.

A assimetria dos jogos de poder dentro dos partidos se dá pelo controle que alguns agentes têm sobre recursos específicos organizativos, que Panebianco (2005) denomina de “zonas de incerteza, âmbitos de imprevisibilidade organizativa” (Ibid., p. 65). As principais zonas de incerteza seriam a competência, a gestão de relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento. Dentre tais recursos, os que são considerados relevantes como ferramentas analíticas para estudo da formação do PSD, SD e NOVO, serão os recursos de competência, de relações com o ambiente, o de financiamento e o de recrutamento²⁹. Por

²⁹ O recurso de competência se refere ao poder do especialista, especialista no sentido da experiência de determinados agentes no manejo de relações políticas internas e externas ao partido. Nesse sentido, tal agente é indispensável pelo atributo que os outros membros da organização vêem nele, ou como a base identifica em alguns membros a melhor capacidade de liderança do partido. No que tange às relações com o ambiente, “as organizações quase sempre têm diante de si um mundo externo sobre o qual exercem um controle limitado” (Ibid., p. 67). O manejo de relações com outras organizações e estabelecer os temas a serem discutidos com as

fim, Panebianco afirma que os recursos de poder supracitados tendem a ser cumulativos. Um grupo ou um agente, dentro de um partido, que controla uma zona de incerteza pode, provavelmente, vir a controlar – ou já controla - outras zonas de incerteza. Há nesse caso, uma tendência presente em todos os partidos a concentração de recursos em um pequeno grupo. Essas relações e assimetrias de poder interno não podem ser compreendidas sem o entendimento do que o autor chama de *modelo originário* do partido.

Buscar-se-á aliar a essas terminologias analíticas o que Stoll (2013) aponta em seu trabalho sobre elites. Enfatiza-se que a emergência de novos partidos não é simultânea, mas depende da ação coletiva organizada. Stoll argumenta que as elites (não exclusivamente políticas) ajudam na politização e mobilização de grupos e, por consequência, na criação de partidos sectários. Elites tomam a frente da coordenação estratégica. Nesse caso, grupos que venham a se politizar não o fazem espontaneamente, mas sim devido à ação mobilizadora de empreendedores políticos ou, até mesmo, por meio de partidos políticos, uma vez que “groups do not spontaneously emerge to provide their members with public goods. Rather, entrepreneurs must develop either the rewards or the coercive elements that motivate individual participation and administer these selective incentives”³⁰ (Ibid, p. 36).

Há, nesta pesquisa, todavia, uma aproximação e um deslocamento da análise de Stoll (2013). Primeiro, o desenvolvimento das próximas seções parte do pressuposto que elites políticas e elites exógenas ao sistema de competição política se portam como os citados “empreendedores políticos”, pois apresentam recursos que as fazem criar um partido político mediante a associação estratégica mobilizadora, seja esta com lideranças políticas seja esta com coletivos da sociedade civil.

mesmas são tarefas assumidas por agentes que participam de “dois sistemas de ação” e o papel desempenhado em outros sistemas que não o do próprio partido é fator essencial para um agente exercer influência e recursos dentro da hierarquia organizacional. Sobre o financiamento, Panebianco afirma que este é um recurso indispensável, já que o dinheiro é imprescindível para o funcionamento de qualquer organização. Tanto financiadores externos como os membros do partido que controlam os fundos detêm um certo nível de controle sobre a organização, um controle que costuma depender de um agente dentro do partido com financiadores externos. O recrutamento se dá pela mobilização de pessoas em qualquer nível da organização. O poder de decisão sobre quem pode ou não ser parte do partido é um exemplo, assim como decisão sobre porções internas.

³⁰ “grupos não emergem espontaneamente a fim de prover aos seus membros bens públicos. Em vez disso, empreendedores devem desenvolver ou as recompensas ou os elementos coercitivos que motivem a participação individual e administrar os incentivos seletivos” (tradução livre feita pela autora).

Segundo, a divergência apontada acima se relaciona ao destino de análise: enquanto, aqui, as elites atuam estrategicamente para instituir novas legendas que, por sua vez, não são objetivadas, obrigatoriamente ao fim último de se politizar um grupo latente específico, Stoll parte da análise de politização de novos grupos latentes, os quais se inserem no jogo político por intermédio desses empreendedores.

Tais conceitos serão levados em conta ao serem identificados os agentes (individuais e coletivos) que fizeram parte da gênese do partido de forma mobilizada, seja por meio de auxílio financeiro, ou pelo recolhimento de assinaturas para registro no TSE, ou pelo *expertise* e liderança políticos dos fundadores. Adicionada a isso, uma análise da trajetória de filiação partidária dos membros dos partidos na Câmara dos Deputados – e sua presença em outros partidos – é significativa para melhor apontar em que medida representantes de partidos novos podem ser considerados novos, de fato, no sistema partidário. O perfil da bancada, nesse caso, busca mostrar em que medida os assentos são ocupados por novos parlamentares e, de forma breve, em que temas essas bancadas encontram-se preponderantemente engajadas.

2.2. A Formação do Partido Social Democrático (PSD)

O Partido Social Democrático foi formado, principalmente, por dissidentes do Democratas (DEM), do Partido Progressista (PP) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Oficializado como a 28ª legenda do sistema partidário brasileiro (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018e), em 2011, o PSD é um partido que já nasceu grande, com cerca de 150 mil filiados, dois governadores, seis vice-governadores, dois senadores, 48 deputados federais, 104 deputados estaduais, 559 prefeitos e seis mil vereadores. Esses números contribuíram para que a legenda se torna-se robusta no território nacional em pouco tempo, mesmo sem nunca ter passado por uma eleição naquele ano (*idem*, 2012).

Tendo isso em vista, nota-se como o PSD é marcadamente criado a partir de bases inseridas na dinâmica política do legislativo e executivo. O partido foi encabeçado por Gilberto Kassab – prefeito de São Paulo na época –, com o apoio de nomes como o do seu vice-governador, Guilherme Afif; do, então, senador pelo Acre, Sérgio de Oliveira Cunha (conhecido como Sérgio Petecão); do, também na época, governador do Amazonas, Omar Azis, e do governador de Santa Catarina, Raimundo

Colombo; além do vice-governador da Paraíba, Rômulo Gouveia, e do deputado federal pelo Rio de Janeiro, Índio da Costa³¹.

A criação da legenda se deu com grande apoio de políticos de São Paulo, ex-filiados do DEM, com lideranças na região norte do país, com o vice-governador do PP na Bahia e em conjunto com o governo de Santa Catarina. Em março de 2011, o presidente do PSD, participou de um encontro com políticos da Bahia. O intuito de Kassab era a busca tanto de filiações como também de coligações para as eleições de 2012. Já em maio de 2011, o governador Raimundo Colombo, em reunião com todos os deputados estaduais e federais, e suplentes dos senadores do DEM em Santa Catarina, e, também, com o presidente em exercício do mesmo partido no estado, anunciou a filiação ao PSD e o encontro com o presidente da legenda, Gilberto Kassab, no mesmo dia³². Após anúncio de saída do DEM, Raimundo Colombo afirmou que a maioria dos filiados do DEM iriam segui-lo, parcela que englobaria 43 prefeitos e 53 vice-prefeitos. Colombo reiterou que os 125 mil filiados do DEM no estado catarinense poderiam se transferir para o PSD de Kassab³³.

Para o pleito de 2012, o TSE decidiu que o PSD tinha direito ao acesso de uma parcela maior do fundo partidário. Em tese, a legenda teria apenas acesso a 5% do auxílio financeiro, já que os 95% restantes são distribuídos de acordo com o número de votos que cada partido recebeu na eleição anterior. Os ministros do TSE aprovaram a repartição dos 95% do fundo com o PSD, considerando os votos dos filiados que migraram para o partido para formar bancada na Câmara Federal, o que significou um aumento de 40 mil mensais para um valor em torno de 1 milhão (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2012). Ainda, em 2012, para as eleições, o PSD recebeu doações, sobretudo de pessoas jurídicas, as quais chegaram à casa dos 25 milhões de reais. Dentre os principais doadores estavam: a construtora Queiroz Galvão, parte de um dos maiores grupos empresariais do Brasil (Grupo Queiroz Galvão), com 2,6 milhões de reais; a construtora OAS, com 1,4 milhão; a Vale Fertilizantes, com 1,1 milhão; o banco Bankpar, com 1,1 milhão; e o banco Santander, com 900 mil reais. Na soma de doações recebidas estão, principalmente, construtoras,

³¹ Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Democr%C3%A1tico_\(2011\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Democr%C3%A1tico_(2011))>. Acesso em: nov. 2018.

³² *RBS*. 02/05/2011. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/praias-sc/19,0,3294770,Confirmado-Raimundo-Colombo-sai-do-DEM-e-vai-para-o-PSD.html>>. Acesso em: dez 2018.

³³ *O Globo*. 02/05/2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/colombo-comunica-que-saira-do-dem-para-psd-levara-maioria-dos-filiados-em-santa-catarina-2775150>>. Acesso em: dez. 2018

bancos e duas companhias de fertilizantes (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018b).

Com uma bancada na Câmara, já em 2011, que representava o 4º maior número de cadeiras, apenas atrás do PT, PMDB e PSDB, e com acesso ao fundo partidário em 2012 e doações para as eleições de 2012 que chegaram aos 25 milhões de reais, o partido se estabelece no jogo político nacional como uma das principais forças partidárias, sendo essa posição mantida nas eleições que se seguiram. Força de bancada que, por mais que se declarasse “nem de direita nem de esquerda”³⁴, nas palavras do seu presidente, Kassab, mostrou ser alinhada a muitos projetos do governo - em primeiro mandato - de Dilma Rousseff, já que no DEM, o prefeito encontrava-se na oposição.

O PSD, sem nenhuma representação provinda de força eleitoral em sua criação, com acesso expressivo ao fundo partidário e tempo de tv para a campanha de 2012 – sendo isso alcançado em menos de um ano de criação –, aproximando-se do governo Dilma e com sua postura ambígua e flexível quanto aos limites ideológicos do partido, apresenta uma formação fortemente marcada por articulações estratégicas provindas de pressões “de cima”. Considerando a problemática proposta pela presente pesquisa, a formação do PSD é caracterizada pela tradução de demandas de uma elite política, sua gênese é circunscrita a pressões endógenas de agentes dentro do jogo de poder político brasileiro, movimento que engloba desde de cargos executivos municipais e estaduais a legislativos municipais, estaduais e federais, e em conjunto com o governo federal.

Para Gerardi, Krause e Schaefer (2017), o Estado é essencial elemento para se entender a dinâmica das legendas no sistema partidário brasileiro, sendo ele um agente que incentiva a formação de novos partidos. Para os autores, o PSD, portanto, é fruto desse incentivo e, também, da inserção que seus fundadores já apresentavam dentro desse sistema. Os quadros regionais e estaduais, por exemplo, foram grandes propulsores da estrutura organizacional partidária, fator que se nota quando se constata que, mesmo não tendo ainda seis meses de existência, “o partido garantiu presença organizativa em 84% dos municípios brasileiros” (ibid., p. 284). Ademais, em 2012, o “PSD entra oficialmente na máquina do governo federal e na coalizão parlamentar que o sustentava, com vias também de compor a chapa de Dilma em 2014” (ibid., p. 288).

³⁴ *O Estado de São Paulo*. 21/03/2011. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/radar-politico/kassab-anuncia-oficialmente-criacao-de-novo-partido/>>. Acesso em: dez. 2018.

O argumento de que Estado é um incentivo na criação de partidos políticos no Brasil, como no caso do PSD, é relevante para aprofundamento da análise³⁵. É necessário, ainda, notar que as regras de fundo partidário ou os benefícios de ser base do governo estão presentes em um contexto no qual há elites políticas que já apresentam acesso facilitado a informação e recursos, devido à posição estratégica que ocupam. Portanto, tanto a decisão do TSE sobre a legislação do fundo partidário, em conjunto com a possibilidade de migração de filiados para uma nova legenda sem perda de mandato, quanto o fator endógeno - que aqui deve ser entendido em termos de elites políticas -, devem ser considerados no quadro geral de formação do PSD. Ademais, diferentemente do que se verá no caso do Partido Novo, o partido arrecada milhões em doações providas de pessoas jurídicas, possibilidade que é vetada legalmente a partir das eleições de 2016 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2016).

O que se observa no caso do PSD, portando, é uma formação marcada por fatores endógenos a uma elite política, a qual possuía recursos organizacionais, principalmente, nas relações que Kassab apresentava com lideranças políticas de várias regiões do país. Acrescentado a isso está o próprio intuito do PSD de, inicialmente, estar aliado ao governo Dilma. Guilherme Affif, por exemplo, ganha o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Micro e Pequena Empresa (GERARDI, KRAUSE E SCHAEFER, 2017). O partido se aproximou de um governo que reunia em 2010 uma coalizão de nove partidos (PT, PMDB, PR, PSB, PDT, PSC, PcdB, PRB e PTC), os quais, juntos, detinham dois terços dos governos do estado do país³⁶.

2.2.1. A bancada do PSD na câmara

Tendo sido conxtetualizado o processo de formação do PSD, acrescenta-se à análise do caso o perfil do partido quanto aos seus filiados

³⁵ Tal leitura sobre formação de partidos converge com o diagnóstico que Mainwaring (2001) faz do sistema partidário brasileiro. O autor salienta que o caso brasileiro é exemplo de um sistema construído por elites políticas e pelo Estado. Enfatiza-se que o sistema partidário foi desmantelado várias vezes por elites ao longo da história, o que prejudicou o processo de institucionalização dos partidos. Para Mainwaring, a sequência “pressões de baixo para cima” não ocorre no Brasil. O que parece ser importante destacar é que as instituições ajudaram na formação de classe e na manutenção de um determinado padrão de comportamento político, já que “a relação entre a base social de um partido e sua orientação programática não é linear no Brasil” (ibid., p. 86).

³⁶ *Câmara dos Deputados*. 06/10/2010. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/150697-PARTIDOS-DA-COALIZAO-DE-DILMA-CONSEGUEM-MAIORIA-PARA-MUDAR-CONS TITUICAO.html>>.

presentes na bancada da Câmara dos Deputados. Tendo em vista o argumento de que o partido apresenta-se como uma “nova velha” legenda, de criação estritamente endógena à própria estrutura política, no contexto de abertura da legislação e ação estratégica de agentes políticos específicos, é visto como pertinente apontar como se caracteriza a bancada do PSD na câmara baixa federal. A legislatura considerada é a 55ª, tendo sido iniciada em 2015, na qual há a formação da primeira bancada do PSD via processo eleitoral. Os termos “perfil” ou “características” devem ser considerados no que diz respeito aos seguintes fatores: histórico de filiação partidária dos membros da bancada; histórico destes mesmos membros na câmara baixa federal; e o número de reeleitos pelo partido.

A bancada atual do PSD (2018) reúne 36 parlamentares. Sabe-se que ao se tornar um partido oficial, o PSD recebeu quase 50 cadeiras no parlamento fruto de migrações de deputados. Dos deputados atuais, 15 migraram para o partido em 2011. Do número total de deputados federais filiados, apenas seis apresentam histórico de filiação somente ao PSD; dos 30 restantes, 11 migraram do DEM, cinco do PSC e quatro do PMDB, os outros deputados transferiram filiação de mais nove partidos (PTB, PR, PSB, PMB, SD, PMN, PHS, PPS e PROS). Há assim, uma variedade de partidos que já foram vinculados aos atuais deputados do PSD. E quanto ao tempo de casa dos parlamentares, especificamente na Câmara, ou seja, sem serem considerados outros mais anos em carreira política fora do congresso nacional, 36% destes são deputados federais desde 2011; enquanto que 30% estão na Câmara desde 2015 e 16% já estão há um pouco mais de dez anos no parlamento, desde 2007; outros 15% das cadeiras são posse de deputados federais que ocupam o cargo há 20 anos ou mais.

Tabela 1 - Histórico de migrações parlamentares e presença na Câmara dos Deputados de filiados do PSD (55ª legislatura)

NOME	FILIAÇÕES	PRESEÇA NA CÂMARA	ELEIÇÕES 2018
ALEXANDRE SERFIOTIS	PSD, -2016; PMDB, 2016-	Deputado Federal desde 2015	Reeleito

	2018. PSD, 2018-.		
ANDRÉ DE PAULA	PDS, 1982-1988; PFL, 1988-2007; DEM, 2007-2011; PSD, 2011-.	Deputado Federal desde 1999	Reeleito
ANTONIO BRITO	PTB, 1999-2016; PSD, 2016-	Deputado Federal desde 2011	Reeleito
AROLDE DE OLIVEIRA	PDS, 1983-1985; PFL, 1986-2007; DEM, 2007-2011; PSD, 2011-2016; PSC, 2016-2018; PSD, 2018-.	Deputado Federal desde 1983	Não reeleito
ANTONIO GOULART	PSD, 2014-.	Deputado Federal desde 2015	Não reeleito
CESAR SOUZA	PDS, 1982-1985; DEM, 1985-2011; PSD, 2011-.	Deputado Federal desde 1991	Não reeleito
DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ	PTB, 2007-2011; PSD, 2011-.	Deputado Federal desde 2011	Reeleito
DIEGO ANDRADE	PR, 2006-2011; PSD, 2011-.	Deputado Federal desde 2011	Reeleito

DOMINGOS NETO	PSB, 2009-2013; PROS, 2013-2015; PMB, 2015-2016; PSD, 2016-.	Deputado Federal desde 2011	Reeleito
ÉDER MAURO	PSD, - 2014.	Deputado Federal desde 2015	Reeleito
EDMAR ARRUDA	PSC, 2009-2016; PSD, 2016-.	Deputado Federal desde 2011	Não reeleito
EVANDRO ROMAN	PSD, 2014-.	Deputado Federal desde 2015	Não reeleito
EXPEDITO NETO	SD, -2016; PSD, 2016-.	Deputado Federal desde 2015	Reeleito
FÁBIO FARIA	PMN, 2005-2011; PSD, 2011-.	Deputado Federal desde 2007	Reeleito
FÁBIO MITIDIERI	PSD, 2014-.	Deputado Federal desde 2015	Reeleito
FÁBIO TRAD	PMDB, 2009-2018; PSD, 2018-.	Deputado Federal desde 2011	Reeleito
FERNANDO TORRES	PTdoB, 2000-2005; PRTB, 2005-2009; DEM, 2009-	Deputado Federal desde 2011	Não reeleito

	2011; PSD, 2011-.		
HUGO LEAL	PDT, 1988-2001; PSB, 2001-2003; PSC, 2003-2013; PROS, 2013-2016; PSB, 2016-.	Deputado Federal desde 2007	Reeleito
INDIO DA COSTA	PFL, 1995-1999; PTB, 1999-2001; PFL, 2001-2007; DEM, 2007-2011; PSD, 2011-.	Deputado Federal desde 2007	Não reeleito
JOÃO RODRIGUES	PFL, 1999-; DEM, -2011; PSD, 2011-.	Deputado Federal desde 2011	Não reeleito
JOAQUIM PASSARINHO	PSD, 2014-	Deputado Federal desde 2015	Reeleito
JOSÉ NUNES	DEM, 1996-2011; PSD, 2011-	Deputado Federal desde 2011	Reeleito
JÚLIO CESAR	ARENA; PDS; PFL, 1985-2007; DEM, 2007-2011; PSD, 2011-	Deputado Federal desde 1995	Reeleito
MARCELO MATOS	PDT, 2010-2016; PHS,	Deputado Federal desde 2011	Não reeleito

	2016 - 2018; PSD, 2018		
MARCOS MONTES	PFL, 1995-2007; DEM, 2007-2011; PSD, 2011-.	Deputado Federal desde 2007	Não reeleito
MARCOS REATEGUI	PSC, -2016; PSD, 2016-.	Deputado Federal desde 2015	Não reeleito
MARX BELTRÃO	PMDB, -2018; PSD, 2018-	Deputado Federal desde 2015	Reeleito
MISAEEL VARELLA	DEM; PSD -.	Deputado Federal desde 2015	Reeleito
PAULO MAGALHÃES	PFL, -2007; DEM, 2007-2011; PSD, 2011-.	Deputado Federal desde 1999	Não reeleito
RAQUEL MUNIZ	PSC, -2016; PSD, 2016-.	Deputada Federal desde 2015	Não reeleito
ROGÉRIO ROSSO	PMDB, 2005-2011; PSD, 2011-.	Deputado Federal desde 2007	Não reeleito
SANDRO ALEX	PPS, 2007-2016; PSD, 2016-.	Deputado Federal desde 2011	Reeleito
SÉRGIO BRITO	PFL, 1985-1989; PRN, 1989-1990;	Deputado Federal desde	Reeleito

	PDC, 1990-1993; PSD, 1993-2003; PDT, 2003-2007; PMDB, 2007; PDT, 2007-2009; PSC, 2009-2011; PSD, 2011-.	1987 (Constituinte)	
STEFANO AGUIAR	PSC, 2009-2013; PSB, 2013-2016; PSD, 2016-.	Deputado Federal desde 2011	Reeleito
THIAGO PEIXOTO	PSD, 2011-.	Deputado Federal desde 2011	Não reeleito
WALTER IHOSHI	PFL, 2003-2007; DEM, 2007-2011; PSD, 2011-.	Deputado Federal desde 2007	Não reeleito

Fonte: elaborado pela autora com dados disponibilizados pela Câmara dos Deputados

Com o exposto, nota-se que o PSD na Câmara não é uma bancada expressivamente nova, os deputados federais mais recentes (com primeiro mandato) são apenas 30% dos assentos, destes 11 deputados, 7 foram reeleitos; dos 13 deputados que já estão no segundo mandato (36%), oito estão indo para o terceiro com a reeleição em 2018. No que diz respeito a taxa de reeleição, 55% dos deputados da atual bancada foram reeleitos. Se for considerada a bancada de 2019, com 34 deputados, aproximadamente 60% das cadeiras serão ocupadas por deputados reeleitos.

No que se refere a bancadas temáticas, a agência de jornalismo investigativo, *A Pública*, já afirmava, em 2016, que os grupos no congresso eram marcados por uma pauta conservadora e corporativista, sendo a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), conhecida como

“bancada ruralista”, uma das mais organizadas e numerosas da Câmara³⁷. Segundo a agência, as frentes parlamentares com mais integrantes após o início da 55ª legislatura, são a FPA, a bancada Empresarial, a de Empreiteiras e Construtoras e a Evangélica. A FPA, atualmente, é composta por 261 parlamentares no Congresso Nacional, dos quais 234 são deputados. Dos 36 deputados federais do PSD, 17 são integrantes da bancada ruralista (FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, 2018). Quanto às demais bancadas, em 2016, a bancada Empresarial contava com 21 deputados do PSD; a bancada de Empreiteiras e Construtoras, com 14; e a Evangélica com 14.

As bancadas temáticas, nesse caso, são elemento relevante para entender um pouco mais dos temas que parte expressiva do PSD tende a priorizar. Visto o exposto sobre os temas que mais levantam engajamento dos parlamentares do PSD, grande parte dos deputados estão ligados a temas mais conservadores e corporativistas, sendo a maior bancada temática do partido a bancada empresarial, seguida da bancada ruralista.

2.3. A formação do Solidariedade (SD)

Em setembro de 2013, é aprovado pelo TSE o registro do partido Solidariedade. O partido se tornava, assim, a 32ª legenda do sistema partidário, no referido ano, e teria direito a concorrer às eleições de 2014, as quais decidiram os eleitos aos cargos executivos federal e estadual, além dos legislativos federais e estaduais para 2015. Concebido por Paulo Pereira da Silva (conhecido como “Paulinho da Força”), em 2012, o partido consegue angariar 495.573 assinaturas, as quais representavam 0,5% dos votos das eleições gerais de 2010 para a Câmara, em 21 estados da federação, para conseguir aprovação pelo TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2013d).

Ao se observar o processo de criação do partido, e seu posterior registro pela Justiça Eleitoral, percebe-se a presença decisiva de forças sindicalistas para promover a mobilização necessária de recolhimento de assinaturas, assistência que também veio em forma de doações. À primeira vista, o que se nota é uma base exógena às elites políticas na forma de sindicatos espalhados pelos estados – principalmente em São Paulo –, trabalhando “em conjunto” com deputados federais insatisfeitos com os seus partidos e suas respectivas bancadas na Câmara e liderados por Paulinho da Força. Há, assim, uma especificidade no caso do SD em

³⁷ *A Pública*. 18/02/2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>>. Acesso em: dez. 2018.

relação ao PSD, a qual é a tradução de demandas de elites políticas (em forma de partido) levada a cabo – massivamente – por bases da sociedade civil na fase de criação da legenda.

Paulo Pereira, presidente do SD, é, também, presidente da Força Sindical (daí a justificativa do nome), com carreira na metalurgia, foi eleito presidente da Força em 1994; filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1996, o qual deixou para filiar-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2003. Ele foi eleito pelo PDT para o cargo de deputado federal em 2006 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2018b). Nesse sentido, a carreira política de Paulo Pereira está diretamente vinculada aos movimentos sindicais ligados à Força Sindical. A citada central sindical é a segunda maior corrente sindicalista do país, a qual apresenta como principais fatores de sustentação da sua identidade a sua base no Sindicato dos Metalúrgicos da Cidade de São Paulo e sua contínua oposição a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior central sindical do país e principal base sindical de apoio ao PT (*idem*, 2018a).

Esse pano de fundo precisa ser considerado para entendimento da formação do Solidariedade. Segundo informações disponibilizadas pelo próprio SD, Pereira tinha como estratégia para consolidar a criação do partido a garantia de acesso a uma “base eleitoral” e a “aliados disciplinados” (SOLIDARIEDADE, 2018b, online). Os trabalhos para formação da legenda começaram com a reunião, em outubro de 2012, de Paulo Pereira com deputados “descontentes com os atuais partidos”, incluindo filiados ao PSD, PR e DEM; ademais, estavam presentes o advogado Marcílio Duarte, “criador profissional de partidos políticos”, o qual já havia participado da fundação do “Prona, PGT, PTN, PTR, PSL e PST” (*ibid.*, online)³⁸. As expectativas, nesse primeiro passo em direção ao desenvolvimento de uma nova legenda estavam em torno das forças mobilizadoras dos sindicatos. A Força Sindical, na época, concentrava 1.700 entidades filiadas, o que soma cerca de 1 milhão de trabalhadores. Em entrevista à *Revista Época*, Paulinho da Força afirma que os

³⁸ Nessas articulações iniciais de criação do SD, os “deputados descontentes” eram: João Caldas, deputado federal pelo Alagoas, o qual já tinha sido prefeito de Itabequara (AL) em 1988 e entrou para a Câmara por ser suplente de Rui Palmeira, o qual deixa o cargo para assumir a prefeitura de Maceió; Augusto Coutinho, deputado federal por Pernambuco, cuja carreira política data de 1992; Roberto Santiago, deputado por São Paulo, sindicalista, presidente da FENASCON e FEMACO, e vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT); e Henrique Oliveira, na época, deputado federal pelo Amazonas, e que assumiu o cargo de vice-prefeito do estado em 2015 (*Ibid.*, online).

sindicatos reservaram cerca de 500 mil reais para auxílio na obtenção das assinaturas pelo país³⁹.

O SD é criado em 2013, filiando 24 deputados federais, 21 deputados estaduais, um vice-governador, um senador, cerca de 200 prefeitos, 100 vice-prefeitos e em torno de 3.000 vereadores (SOLIDARIEDADE, 2018a). Isso posto, o Solidariedade apresenta formação com bases na mobilização de entidades sindicais a partir de ações estratégicas concebidas dentro de uma elite política, a qual detinha informações e poder necessários para se apropriar das forças presentes nessa parcela da sociedade civil para impulsionar um projeto de partido provindo de demandas endógenas ao sistema partidário, especificamente de parlamentares da Câmara Federal. O Solidariedade se torna, assim, a 32ª legenda do país em 2013, enfatizando, no discurso de Paulinho da Força, sua oposição ao governo do PT (*idem*, 2018b).

O que se deve enfatizar, assim, é o fato de que o Solidariedade forma-se a partir de fatores endógenos e exógenos. Há uma elite política que age estrategicamente, angariando força na figura das bases sindicais. A legitimidade externa que os sindicatos atribuem à criação do partido é de suma importância para que o SD consiga sair do papel. Citando Panebianco (2005), o manejo de relações com outras organizações por agentes que participam de “dois sistemas de ação” e o papel desempenhado em outros sistemas que não o do próprio partido é fator essencial para um ator exercer influência e recursos dentro da hierarquia organizacional. Isso é verificado, principalmente na figura de liderança de Paulinho da Força.

Outra questão a ser pontuada é de doações recebidas pelo SD em 2014. De acordo com o Demonstrativo de Doações divulgado pelo TSE (2018b), o partido recebeu um total de 5,7 milhões de doações providas de pessoas jurídicas entre janeiro e setembro de 2014. Como apontado também no caso do PSD, as doações de empresas para a campanha do SD ainda eram permitidas pela legislação partidária. Na soma de recursos doados, a maior fatia provém de construtoras, as quais doaram, ao todo, 3,2 milhões de reais. A construtora Queiroz Galvão, doou 1,8 milhão de reais para a legenda; empresas como BTG Pactual (gestora de recursos), R. C. Vieira Engenharia e Telemont – Engenharia e Comunicações, doaram, respectivamente, 500, 400 e 500 mil reais. Com acesso a esses recursos e com a jurisprudência baseada no caso do PSD para acesso dos

³⁹ *Revista Época*. 15/07/2014. Paulinho conseguiu. Será que Marina consegue?. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/09/paulinho-conseguiu-bsera-que-marina-consegueb.html>>. Acesso em: dez. 2018.

recursos de parlamentares que migraram para o partido, nas eleições de 2014, o Solidariedade elegeu uma bancada de 15 deputados federais.

Por mais que uma base sindical seja fortemente associada com a bancada da esquerda na Câmara, principalmente pela clara associação entre PT e CUT, a postura do SD vai em via contrária a essa postura de alinhamento com a esquerda. Isso se percebe muito pela histórica oposição entre a Força e a CUT, mas também no que tange às bancadas temáticas no Congresso que os deputados do SD são parte. Quanto à coalizão do governo, a legenda se colocou no centro ideológico, associando-se à oposição, postura que se difere do PSD nos primeiros anos de sua presença na Câmara Federal. O PSD nasce na conjuntura política do primeiro ano do governo Dilma, com uma presidente que tinha, no início de 2012, 77% de taxa de aprovação, e com uma coalizão de oito partidos; fatores que, para Gerardi, Krause e Schaefer (2017), são motivos para tornar o governo uma força atrativa, estimulando lideranças políticas, como Kassab, a abandonar o posto de oposição junto ao DEM e criar o PSD. Em contrapartida, o SD, desde seu início, mostra-se como força contrária ao governo do PT, em uma conjuntura política na qual o governo de Dilma Rousseff encontrava-se com dificuldades de negociação junto ao Congresso Nacional. Em 2014, blocos de parlamentares – aliados e da oposição – passaram a atuar contra propostas defendidas pelo governo, oposição ferrenha marcada pela atuação de Eduardo Cunha⁴⁰. Em 2015, o Solidariedade se torna um dos principais defensores do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Paulo Pereira chega a afirmar que o “Solidariedade entende que a única forma de ter o impeachment de Dilma é com o presidente Eduardo Cunha, então vamos defender Eduardo Cunha no Conselho de Ética”⁴¹.

2.3.1. A bancada do SD na câmara

Tendo em vista o exposto acima, propõe-se, ainda, uma análise dos parlamentares da bancada do SD atual, tendo em vista o histórico de filiações parlamentares e em que medida os deputados filiado à legenda são de mandato recente na Câmara. A partir do quadro apresentado

⁴⁰ *BBC News*. 05/05/2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/151008_cunha_camara_ab>. Acesso em: Nov. 2018.

⁴¹ A chamada “tropa de choque” de Eduardo Cunha, além de incluir Paulo Pereira, reunia deputados federais do PSC, PTB, PMDB e PSD. Os deputados ficaram conhecidos por tentar impedir a cassação do mandato de Cunha ao adiar as votações no Conselho de Ética em 2015. Para mais informações, ver: Portal G1. 06/12/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/tropa-de-choque-de-cunha-reune-deputados-de-cinco-partidos.html>>. Acesso em: dez. 2018.

abaixo, nota-se que, com 15 deputados eleitos em 2014, atualmente, o SD conta com esse número reduzido para 10 assentos. Dentre estes, seis foram reeleitos nas eleições proporcionais de 2018. Ainda, dos 10 parlamentares atuais, 9 migraram de algum partido: três migraram do PMDB; dois do PDT; um do DEM; um do PPS; um do PHS; e um do PRTB.

A presença dos parlamentares na Câmara também varia: um dos deputados apresenta mais de trinta anos de mandato, enquanto que os demais têm entre quinze e quatro anos de mandato. Em detalhes, 50% dos deputados do SD são da 54ª legislatura, ou seja, tomaram posse em 2011; 20% (no caso, dois) já estão há 15 anos na Câmara Federal, com cargo de deputado federal desde 2003; dentre os dois mais recentes (outros 20%), um foi eleito pelo SD e outro foi eleito pelo PHS, migrou para o PMDB e se filiou ao SD em 2018. Por fim, a parcela de deputados federais reeleitos para a próxima legislatura é de 60% em relação ao número atual de cadeiras (10), mas se comparando o número de reeleitos (seis) com o número total de eleitos pelo SD nas eleições de 2018 (13 deputados), o percentual de reeleitos na bancada de 2019 será de 46%.

Tabela 2 - Histórico de migrações parlamentares e presença na Câmara dos Deputados de filiados do Solidariedade (55ª legislatura)

NOME	FILIAÇÕES	PRESENÇA NA CÂMARA	ELEIÇÕES 2018
AUGUSTO CARVALHO	PCB, 1986-1992; PPS, 1992-2013; SD, 2013-.	Deputado Federal desde 1987 (Constituinte)	Não reeleito
AUGUSTO COUTINHO	PFL, 1990-; DEM, 2007-2013; SD, 2013-.	Deputado Federal desde 2011	Reeleito

AUREO RIBEIRO	PRTB, 2009-2013; SD, 2013-.	Deputado Federal desde 2011	Reeleito
JORGE SILVA	PDC, 1992-1994; PT, 1994-2000; PP, 2000-2009; PDT, 2009-2013; PROS, 2013-2016; PHS, 2016-2018; SD, 2018-.	Deputado Federal desde 2011	Não reeleito
GENECIAS NORONHA	PMDB, 1995-2013; SD, 2013-.	Deputado Federal desde 2011	Reeleito
KAIO MANIÇOBA	PHS, -2016; PMDB, 2016-2018; SD, 2018-.	Deputado Federal desde 2015	Não reeleito
LUCAS VERGILIO	SD, 2014-	Deputado Federal desde 2015	Reeleito
PAULO PEREIRA DA SILVA	PTB, 1996-2003; PDT, 2003-2013; SD, 2013-.	Deputado Federal desde 2007	Reeleito
JOSÉ SILVA	PDT, 2008-2013; SD, 2013-.	Deputado Federal desde 2011	Reeleito

WLADIMIR COSTA	PMDB, -2013; SD, 2013-.	Deputado Federal desde 2003	Não se candidatou
-----------------------	----------------------------	-----------------------------	-------------------

Fonte: elaborado pela autora com dados disponibilizados pela Câmara dos Deputados

Quanto às frentes parlamentares, a presença do SD, em 2016, era expressiva, principalmente, na bancada Ruralista, com 12 dos 15 deputados sendo seus integrantes, e na bancada de Empreiteiras e Construtoras, da qual eram integrantes, também, 12 deputados (A PÚBLICA, 2016). Principalmente nesta última, é interessante observar a aproximação de temas defendidos pelos parlamentares do SD com as áreas de atuação das pessoas jurídicas que doaram para o partido em 2014, doações que auxiliaram a legenda na campanha do mesmo ano. A maior parcela de doações ao SD naquele ano foi de construtoras, as quais, juntas, transferiram mais de 3 milhões ao Solidarietàde.

2.4. A formação do Partido Novo (NOVO)

Atualmente, o Partido Novo apresenta quatro vereadores eleitos em 2016, e oito deputados federais, um deputado distrital, 11 deputados estaduais e um governador, eleitos em 2018. Segundo o próprio partido, o NOVO foi fundado por um grupo de profissionais liberais, sendo aprovado oficialmente pelo TSE em 2015, com nove Diretórios Estaduais e 502 mil assinaturas. Tomando para si uma postura liberal, a legenda tem como justificativa de sua formação a constatação de que nenhum dos partidos políticos existentes “defendia claramente a maior autonomia e liberdade do indivíduo, a redução das áreas de atuação do Estado, a diminuição da carga tributária e a melhoria na qualidade dos serviços essenciais, como saúde, segurança e educação” (PARTIDO NOVO, 2018, online). De fato, nota-se no NOVO, à primeira vista, a mobilização externa ao sistema partidário para criar a instituição. Dos três partidos aqui analisados, o Partido Novo é, claramente, aquele que surge da associação de agentes não presentes no cenário parlamentar ou em partidos já consolidados no sistema.

Fundada em 2011, a legenda reivindica, como sua principal característica, um projeto liberal levado à cabo por “181 cidadãos de 35 profissões diferentes e oriundos de dez estados da Federação” (PARTIDO NOVO, 2018, online), dentre os quais, engenheiros, médicos, empresários, advogados, etc. Não somente a redução do Estado é

defendida, mas também a não utilização dos recursos oferecidos aos partidos provindos dos fundos partidário e eleitoral. O ex-presidente do NOVO, e também seu principal fundador, João Dionísio Amoêdo, em entrevista ao jornal *Estado de S. Paulo*, defendeu o fim do fundo partidário e do tempo de tv como forma de aumentar a representatividade dos partidos. Amoêdo afirmou que o Partido Novo não utilizou nada do fundo partidário, o qual recebe mensalmente desde 2015⁴². Em 2018, a legenda informou, por meio da assessoria de imprensa, que não utilizaria os recursos do Fundo Especial para Financiamento de Campanha (FEFC), mais conhecido como “fundo eleitoral”. A decisão foi comunicada em agosto de 2018 ao TSE, com a declaração de que os recursos recebidos seriam devolvidos ao Tesouro Nacional⁴³.

Considerando a recusa do NOVO de recursos estatais, é válido ressaltar que o partido se coloca como inteiramente dependente dos recursos provindos de filiados e de doações. Diferentemente do PSD e do SD, os quais são auxiliados, em sua formação, por doações de pessoas jurídicas, o NOVO surge em 2015 para adentrar, logo em seguida, nas eleições de 2016, com a legislação de partidos políticos sobre doações reformada. A Lei das Eleições (n. 9.504/1997) foi alterada a fim de não mais prever a doação de pessoas jurídicas para fins de campanha, sendo os recursos permitidos somente aqueles provindos do próprio candidato ou de pessoas físicas, podendo estas doarem até 10% do seu rendimento bruto (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2016). Que a nova legislação afetou a forma como o NOVO encara o acesso a recursos, não há como afirmar categoricamente, já que a instituição mostra-se independente financeiramente desde o princípio de sua formação. Isso posto, a construção da legenda não é somente marcada por grupos que não faziam parte das elites políticas no poder⁴⁴, mas também pelo apoio expressivo de banqueiros e empresários.

Analisando o demonstrativo de doações financeiras recebidas pelo Partido Novo, principalmente no ano de 2015, observam-se somas

⁴² *O Estado de S. Paulo*. 19/03/2017. Entrevista disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-atual-congresso-deseja-se-perpetuar,70001705452>>.

⁴³ Para mais informações, ver: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dos 35 partidos registrados no TSE, 34 receberão recursos do fundo eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Agosto/dos-35-partidos-registrados-no-tse-34-receberao-recursos-do-fundo-eleitoral>>. Acesso em: dez. 2018.

⁴⁴ É válido ressaltar que, ao enfatizar o “ser externo”, a análise em questão não pretende invalidar a leitura de que agentes externos não tenham influência no âmbito político, não estar presente nas instituições políticas de representação, na figura de parlamentares conhecidos ou sendo parte de grandes partidos, não exclui a possibilidade de capacidade de barganha e negociação dentro dessa esfera.

específicas de doações providas de nomes conhecidos no mercado financeiro e empresarial brasileiro. João Amoêdo, com formação e carreira consolidadas no Rio de Janeiro, foi diretor do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e do Banco Itaú. Atualmente é diretor da empresa do setor de construção João Fortes Engenharia S.A. Amoêdo contribuiu com expressivos 3 milhões de reais, aproximadamente, para a legenda em 2015. Outros nomes presentes na soma de doações efetuadas ao NOVO nesse mesmo ano são: Fernão Bracher, com 50 mil reais; Eduardo Mazilli, com 100 mil reais; Pedro Moreira Salles, com 150 mil reais; e Jayme Garfinkel, com 250 mil reais (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018b). Fernão Bracher já foi presidente do banco Bradesco, Banco Central e Banco Itaú ao longo de sua carreira. Eduardo Mazilli é diretor geral do Itaú Unibanco e sua carreira apresenta trajetória em torno do banco Itaú. Pedro Moreira Salles é um bilionário copresidente do Itaú Unibanco. Jayme Garfinkel é presidente do conselho da companhia de seguros Porto Seguro S.A. e, também, chefe executivo da mesma. Ainda há na lista nomes como Walter Schalka, chefe executivo da companhia Suzano Papel e Celulose S.A., e Israel Vainboim, diretor independente da Embraer S.A.⁴⁵. Cerca de 85% do total (4,2 milhões) de doações de 2015 são do grupo acima descrito. Sendo assim, a maioria dos recursos da legenda apresentam origem em São Paulo ou Rio de Janeiro, regiões que sediam maior parte das empresas e bancos presididos e gerenciados pelos nomes supracitados.

Além do incisivo discurso contra fundos públicos de auxílio a partidos, os fundadores do NOVO consideram que o diferencial do partido está na sua origem, por ser fruto de uma mobilização na sociedade civil. Outro diferencial, segundo eles, é a ênfase na importância de se trazer conceitos básicos do mundo privado para a esfera pública, como gestão de recursos escassos e metas a serem cumpridas por aqueles eleitos pelo partido⁴⁶. Dentro dessa mesma lógica, está o pensamento da relevância da meritocracia como característica na busca de novos nomes para o cenário político. O processo seletivo para candidatos é um exemplo disso. Tendo como base a avaliação dos pré-candidatos por meio de uma seleção dividida em três fases, o partido procura defender a importância de se “filtrar” os melhores concorrentes para cargos nas câmaras baixas.

⁴⁵ Todas as informações sobre histórico de carreira foram retiradas da plataforma virtual da companhia financeira Bloomberg. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/>>.

⁴⁶ *Época*. 10/06/2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI240537-15223,00-JOAO+DIONISIO+AMOEDO+NOSSOS+CANDIDATOS+TERAO+METAS+DE+GESTAO.html>>.

Esse processo não é obrigatório, pois não substitui as convenções partidárias, porém, há a vantagem da recomendação dos pré-candidatos pelo comitê de avaliação do processo aos diretórios. É obrigatória uma taxa de R\$600,00 para se inscrever na seleção de pré-candidatos ao cargo de deputado federal (PARTIDO NOVO, 2017). A revista *Exame*, por exemplo, afirma que os inscritos na seleção, em 2018, iriam “passar por uma maratona de testes digna de qualquer boa seleção de trainee no país”; dos 460 inscritos, 16% eram do sexo feminino, 95% apresentavam ensino superior completo, concentrados na região centro-sul do país⁴⁷.

Em suma, o Partido Novo é essencialmente de mobilização externa às articulações estratégicas de atores políticos; é um partido que se forma tendo como fundadores agentes não inseridos na competição política, mas os quais detêm recursos de financiamento provindos sobretudo de banqueiros e empresários. Outro ponto que merece destaque é o perfil de recrutamento do NOVO, o qual busca filtrar os futuros políticos “mais capacitados” por meio de um processo seletivo de pré-candidaturas. Esse “filtro”, por meio de um critério de seleção, reverbera nos resultados de candidatos eleitos e não-eleitos (analisados no próximo capítulo), com perfis, grosso modo, muito homogêneos entre si, visto que o NOVO é marcado por candidatos com altos níveis de escolaridade (mais de 90% destes completou o ensino superior), sendo a maioria homens brancos.

2.4.1. A bancada do NOVO na Câmara

Diante do panorama exposto, e tendo em vista que a primeira legislatura na Câmara Federal do Novo é a que se inicia em 2019, o perfil dos parlamentares que o trabalho se propõe a analisar será, no caso dessa legenda em específico, dos candidatos eleitos no pleito de 2018, considerando a escolaridade dos eleitos, a profissão que exerciam e as variáveis categóricas gênero e cor.

Não há como não notar que os oito deputados federais eleitos em 2018 retratam, em grande medida, a concentração tanto de recursos quanto de candidatos na região centro-sul, foram três eleitos por São Paulo, dois por Minas Gerais, e um em cada um dos estados do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul; ademais, fruto provável da seleção de pré-candidatos qualificados, todos os eleitos apresentam ensino superior completo, muitos com mais de uma graduação e pós-graduação. Por fim, todos os candidatos são brancos, e dentre estes há uma mulher apenas.

⁴⁷ *Exame*. 07/02/2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/o-curioso-metodo-do-partido-novo-para-escolher-seus-candidatos/>

E tendo em vista a ênfase na mobilização exógena às elites políticas para criação e estruturação do partido como instituição representativa, o Partido Novo entra para o parlamento com sete eleitos que atuaram fora do legislativo e do executivo. É um corpo de futuros parlamentares cuja principal característica é uma carreira fora da dinâmica e competição políticas. Um argumento que enfraqueceria a força dessa mobilização exógena seria a afirmação de que o NOVO, por ser uma nova legenda, traria consigo, por consequência, novos rostos ao legislativo. Todavia, se analisados os primeiros parlamentares do PSD e do SD, por exemplo, logo após a criação dos dois partidos, ver-se-á que todos eles se filiam aos partidos e se tornam bancada dos mesmos a partir da migração de outras legendas. Muitos parlamentares migram para o PSD ou para o SD com até vinte, trinta anos de carreira parlamentar nas costas. Logo, ao se analisar o perfil dos eleitos do Partido Novo, este se diferencia ao apresentar parlamentares sem carreira política no legislativo – exceto por um –, e que não são fruto de migração partidária, mesmo que isso fosse uma possibilidade cabível para o NOVO, já que este poderia receber parlamentares para formar bancada na Câmara Federal desde 2015.

Tabela 3 - Perfil dos eleitos pelo Partido Novo para a Câmara Federal dos Deputados (pleito 2018)⁴⁸

UF	FORMAÇÃO	PROFISSÃO	GÊNERO	COR
São Paulo	Doutorado em Administração de Empresas	Professora Universitária (FGV)	Feminino	Branca
São Paulo	Pós-graduação em Administração de Empresas	Empresário	Masculino	Branca
São Paulo	Pós-graduação pela Sociedade Brasileira de Coaching	Administrador	Masculino	Branca
Minas Gerais	Pós-graduação em Gestão empresarial	Empresário	Masculino	Branca
Minas Gerais	Pós Graduação pela Harvard Business School	Administrador	Masculino	Branca
Rio de Janeiro	Graduação em Engenharia e Economia	Economista	Masculino	Branca
Santa Catarina	Pós-graduação em Direito e Processo civis (FGV)	Advogado e Empresário	Masculino	Branca
Rio Grande do Sul	Pós-graduação (UFRGS); Mestrado em Ciência Política e Jornalismo	Vereador (PP); Deputado estadual (PP)	Masculino	Branca

Fonte: elaborado pela autora com dados disponibilizados pelo Partido Novo

⁴⁸ Cada candidato eleito apresenta um perfil disponibilizado pelo NOVO. Sendo assim, não foi encontrada, por exemplo, uma padronização exata quanto à formação dos candidatos; enquanto alguns apresentam informação sobre a instituição de ensino na qual obtiveram formação, outros apresentam apenas o título alcançado, como visto no quadro acima.

A bancada do NOVO na Câmara dos Deputados é, portanto, caracterizada por (futuros) parlamentares com nível alto de escolaridade, os quais foram eleitos, majoritariamente, pela região sudeste do país e com histórico profissional de atuação fora do âmbito político. É uma bancada homogênea, grosso modo, tanto em termos de cor, escolaridade e região do país, quanto em termos de discurso. Todos os deputados federais eleitos defenderam, em campanha, a iniciativa privada e o estímulo ao empreendedorismo; a redução do Estado e a desburocratização de processos (principalmente, aqueles relacionados ao setor privado); e a reforma tributária, a fim de se reduzir e simplificar os impostos. Há ainda a ênfase na liberdade individual e de mercado e um discurso voltado contra “os privilégios da classe política”, a favor da redução de gastos parlamentares, com referência ao pensamento “fazer mais, com menos”, baseando-se na eficiência da gestão pública por meio do “enxugamento” da máquina estatal⁴⁹.

2.5. Considerações Finais

O que se vê nos três partidos é a importância de elites mobilizadoras no processo de sua criação. PSD e Solidariedade são produto de articulações políticas a partir de demandas de atores já inseridos nas redes de relações no âmbito político e/ou aliados a organizações externas ao sistema partidário que ajudaram a consolidar essas instituições. O Partido Novo se forma a partir de uma elite que não dispõe das mesmas relações políticas, mas que detém poder econômico suficiente para levar a cabo o projeto do partido e que encontra forças no discurso liberal e anti-elites políticas tradicionais para eleger, em 2018, uma deputada distrital, 11 deputados estaduais, oito deputados federais e um governador. Frisa-se que nos três casos, a ação de elites empreendedoras é que leva a frente o projeto de cada partido.

Traços de renovação na bancada da Câmara são vistos indiscutivelmente nos parlamentares do NOVO, com sete de oito não

⁴⁹ Cada candidato do NOVO apresenta uma plataforma online para fins de campanha e comunicação, os trechos apontados no texto acima são disponibilizados nessas plataformas, as quais trazem o nome do candidato e sua biografia, como também suas propostas, temas de sua afinidade e seus valores. Foi por intermédio das mídias sociais que os candidatos apresentaram suas propostas, já que o NOVO não teve acesso ao tempo de tv devido a legislação partidária que destina esse recurso a partidos com bancada na Câmara e, ainda, de acordo com os votos recebidos no pleito anterior por cada legenda (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018c). Como já apontado, o SD e PSD, nesse caso, entraram com recurso na Justiça Eleitoral para ter direito ao tempo de tv e fundo partidário referentes aos votos recebidos por novos parlamentares filiados, os quais eram oriundos de migração partidária.

apresentando carreira política anterior; quanto ao PSD, apenas 30% das cadeiras são de deputados com primeiro mandato em 2015; o SD têm em sua bancada 80% dos deputados com mandatos desde 2011 ou anteriores a esse ano. Essa diferença entre o Partido Novo e os demais se dá, principalmente, pela origem de bancada dos outros dois partidos, tanto o PSD quanto o SD ganham assentos na Câmara como resultado de migrações partidárias.

Por último, salienta-se que a renovação que o Partido Novo traz à câmara baixa apresenta limitações, no entanto. Uma das questões que o próximo capítulo irá sublinhar é, justamente, como o “novo” em um partido é uma atribuição relativa. No terceiro e último capítulo, tal argumento e outras constatações por meio do exame de dados estatísticos agregados visam complementar e fundamentar o que fora exposto até agora.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS CASOS: O PERFIL DOS FILIADOS E DOS CANDIDATOS E A DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS PARA CADA PARTIDO

3.1. Introdução

Estudar partidos políticos é entendê-los como produto de alguma demanda, pressão ou articulação por parte de atores diversos (ou não), visando representatividade no sistema político. Em qualquer democracia moderna, a criação e a estruturação organizacional de um partido, assim como o acesso a recursos, depende da mobilização de sua base e de seus filiados, do seu sucesso eleitoral por meio da eleição de candidatos e, por conseguinte, de uma bancada significativa no parlamento. Sendo assim, a compreensão do perfil de novos partidos precisa estar associada a uma análise mais detalhada sobre “quem são” e de “onde são” esses(as) filiações, candidatos e votos.

Destarte, neste terceiro capítulo, a análise será baseada em dados agregados sobre filiados, votos e candidatos. Para tanto, foram consultados o Repositório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); bancos de dados no que diz respeito à base de filiados dos partidos pesquisados; e dados referentes ao número e perfil dos candidatos nas eleições proporcionais federais de 2018.

Essa análise visa traçar um perfil mais detalhado sobre o que os novos partidos são e o que visam representar. Desse modo, ao longo do trabalho, a referência constante ao termo “perfil” deve ser entendida como um esforço na busca de um conjunto geral de características – ou elementos - que possam dar “nome e cara” aos partidos estudados. Por esse ângulo, a distribuição quantitativa pelas unidades federativas e por regiões é apontada como relevante para entender dados sobre filiados, assim como para a análise dos votos. No que se refere a dados sobre candidatos, variáveis categóricas como gênero, cor e escolaridade, são consideradas relevantes para complementar justamente esse “perfil” que o trabalho se propõe – com suas devidas limitações - a delinear. Esse conjunto de elementos de análise (dados numéricos distribuídos geograficamente e variáveis categóricas) associado ao contexto político no qual PSD, SD e NOVO foram formados, e à análise dos atores envolvidos na criação de tais legendas podem apresentar um quadro mais amplo sobre o fenômeno de emergência de novos partidos.

O perfil dos partidos quanto às variáveis categóricas é posto neste capítulo para trazer ao debate o tema da representatividade e em que medida a diversidade social nos limites das três variáveis é verificada. Como mencionado na introdução do capítulo primeiro, a Câmara também é imagem simbólica da representação popular. Nessa parte da análise, um aspecto do conceito de representatividade deve ser levado em consideração: aquele que remete à representação descritiva, ou seja, a representação proporcional apresenta como um dos objetivos assegurar uma assembleia que reflita os diferentes níveis de variação do eleitorado. Mais especificamente, representar também inclui “ser como” o eleitorado e não apenas “agir por” ele (PITKIN, 1972). Tendo em vista as divisões sociais escolhidas para examinar o caso dos partidos brasileiros, tal observação é válida, visto que negros (e em menor medida, pardos), mulheres e pessoas com baixa escolarização foram sistematicamente excluídos das esferas eleitorais durante a história da democracia brasileira.

Até 1934, mulheres, negros e analfabetos não tinham o direito ao voto. Aos negros era vedada a participação nos processos políticos devido à sua condição de escravizados. Esse “status” jurídico colocava pessoas da cor preta em uma posição de não-cidadãos (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2013c). As mulheres obtiveram o direito de votar e se candidatar na década de 1930, porém, o voto era obrigatório apenas para mulheres com atividade remunerada, o que colocava as que eram dependentes dos pais ou dos cônjuges em pé de desigualdade com homens quanto a essa obrigatoriedade. A compulsoriedade do voto é posta em patamares iguais para homens e mulheres apenas em 1965 (*idem*, 2013a). Essa desigualdade entre os sexos é vista até hoje, já que o percentual de mulheres no legislativo, em 2018, era de 10,94% das cadeiras⁵⁰. Nesse mesmo caminho, o nível de educação sempre esteve muito vinculado ao conceito de voto e competição política. A expressão mais contundente dessa relação está na proibição do ato de votar aos analfabetos. Do século XVI até o início do século XIX, no Brasil, o voto de analfabetos foi preservado de certa maneira. Nos anos finais do império, os analfabetos perderam o direito ao voto, condição jurídica que se perpetuou pela república e só foi anulada um século depois, com a promulgação da Constituição de 1988 (*idem*, 2013b).

⁵⁰ Folha de São Paulo. 16/02/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/porcentagem-de-filiadas-supera-a-de-candidatas-nos-partidos.shtml>>. Acesso em jan. 2019.

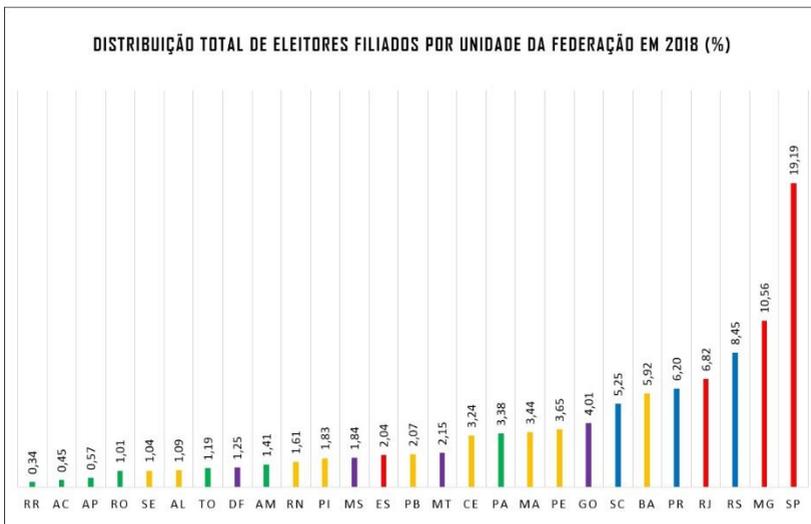
E, por fim, citando Panebianco (2005), reitera-se que os traços presentes na criação de um partido podem influenciar suas características organizativas, pois “toda organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação e das suas principais decisões político administrativa de seus fundadores” (Ibid., p. 92, 93); e, especificamente, no tocante à distribuição de filiados e à relevância eleitoral, PSD, SD e NOVO encerram perfis quanto à capilaridade nacional que refletem características das elites fundadoras das mencionadas legendas. Sendo assim, a exposição de tais dados procura vincular ao perfil eleitoral e de base dos três partidos à origem destes.

3.2. Filiados: distribuição nacional de cada um dos partidos

O Brasil conta, atualmente, com cerca de 16,8 milhões de filiados. Destes, quase um terço encontra-se dividido entre sete partidos: MDB, 2,3 milhões; PT, 1,5 milhão; PSDB, 1,4 milhão; PP, 1,4 milhão; PDT, 1,2 milhão; PTB, 1,1 milhão; e DEM, 1,09 milhão. Por outro lado, os partidos com menor número de filiados alcançam apenas 0,02% do total nacional, que é o caso, por exemplo, do PCO, com 3,7 mil filiados. Ainda estão incluídos na lista de legendas com menor número de filiados partidos como o PCB, com 14,7 mil; o PSTU, com 17,1 mil; o NOVO, com 19 mil; e REDE, com 23,9 mil (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018g).

No que diz respeito à distribuição nacional de filiados, ao se analisar o Gráfico 1, nota-se que, por região, a distribuição de eleitores filiados concentra-se na região centro-sul do país, com os sete estados (sudeste e sul) englobando em torno de 58% desses registros. Das demais unidades da federação, os estados da região norte englobam a menor parcela, com cerca de 8% do total, seguidos dos estados do centro-oeste, com, aproximadamente, 9%. Por fim, a região nordeste concentra cerca de 23% do conjunto de filiados.

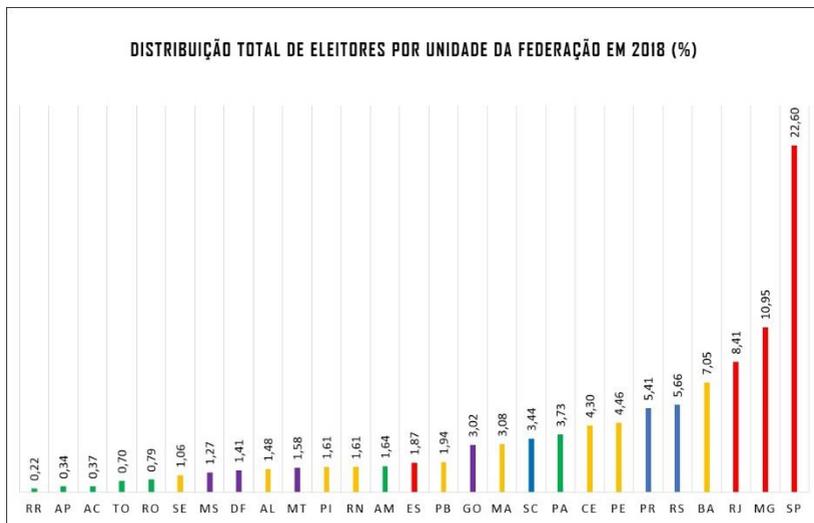
Gráfico 1 – Distribuição nacional de filiados



Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior

A concentração de filiados, especialmente no estado de São Paulo, deve ser observada tendo em vista a concentração de eleitores registrados nos distritos eleitorais. Ao se comparar o número de filiados por estado com número total de eleitores em cada unidade da federação, no Gráfico 2, nota-se uma similaridade de concentração em torno da região sudeste. É necessário, assim, considerar que o número elevado em São Paulo de filiados pode ser relacionado ao número de eleitores registrados por distrito eleitoral. Enquanto São Paulo aglomera 22,6% dos quase 150 milhões de eleitores brasileiros, regiões inteiras, como Norte e Centro-Oeste, representam menos de 20% desse total. Desse modo, controla-se a análise de variação de filiados por partido e a distribuição de votos pelos percentuais de eleitores nas unidades federativas e em percentuais agregados por região.

Gráfico 2 – Distribuição nacional de eleitores



Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior

Ressalta-se que os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral apresentam apenas diferenciação por unidade federativa e por sexo. As mulheres representam cerca de 52% do total de eleitores no Brasil e cerca de 44% dos filiados. O que se propõe, então, nas seções subsequentes, é um exame – longe de exaustivo – dos filiados por região a partir dos dados distribuídos por unidades federativas.

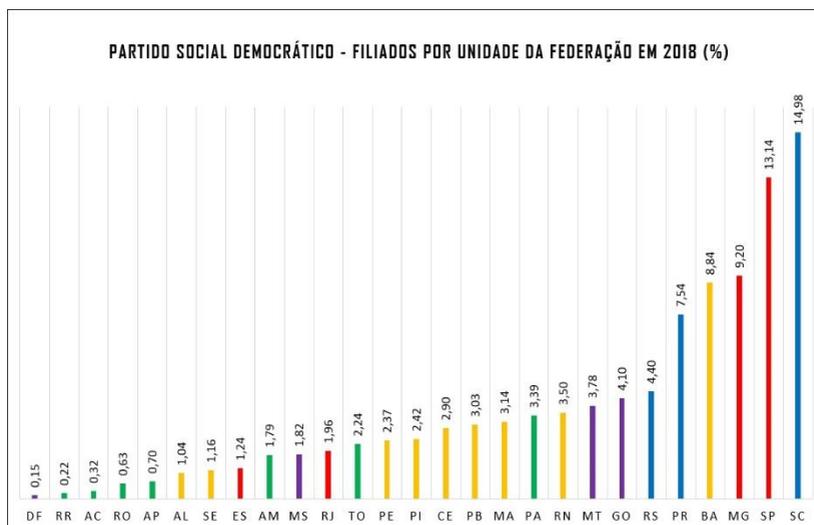
3.2.1. Os filiados do PSD

O PSD compreende somente 1,9% do número total de filiados no Brasil. Estando, por exemplo, muito abaixo em filiações, considerando partidos mais tradicionais como o MDB e o PT, com 14,1% e 9,2% respectivamente. Se comparado com NOVO e SD, o PSD diferencia-se no que diz respeito ao percentual nacional de distribuição, pois Santa Catarina é o estado com maior número de registros ao invés de São Paulo. É digno de nota, ainda, a alta relevância de estados como Bahia. Ademais, assim como o Solidariedade, os filiados do PSD são mais dispersos pelas regiões do país.

Deve-se notar que, tendo em vista o que foi exposto no capítulo dois, o governo e o legislativo do estado de Santa Catarina, assim como as conexões de Kassab com muitas lideranças políticas da Bahia, e sua

própria trajetória política em São Paulo, são elementos relevantes para exame do perfil de distribuição dos filiados. A transferência acentuada de filiados do DEM, em Santa Catarina, para o PSD é clara, impulsionada, principalmente pelo governador Raimundo Colombo e seus apoiadores em 2011. Tal percentual (14,98%) vai em via contrária à predominância de São Paulo no percentual de registros dos outros partidos e nos números nacionais (geralmente em torno dos 20%). Enquanto São Paulo reúne apenas 13,14% dos filiados do PSD (sendo este o estado de origem do partido), Santa Catarina alcança um pouco mais de 14% do total de filiações, mesmo estando 15 pontos percentuais abaixo de São Paulo na totalidade de filiados no país, com apenas 5,25%.

Gráfico 3 – Filiados ao PSD



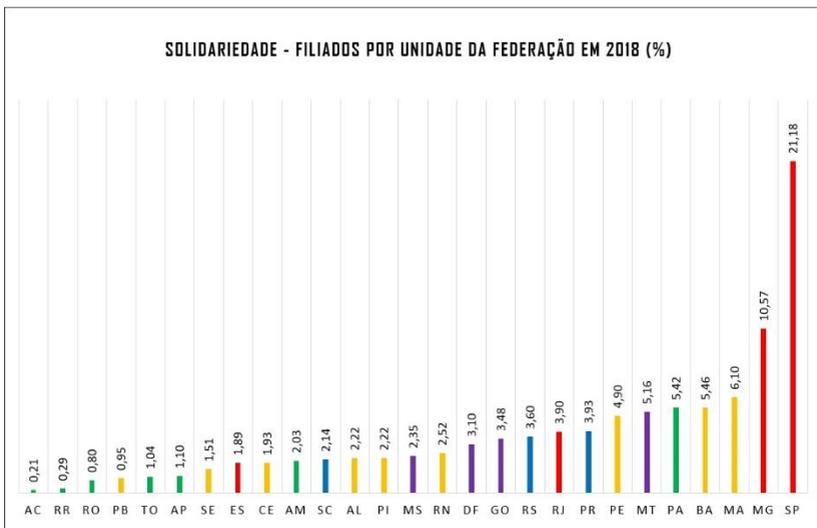
Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior

Tais percentuais revelam que a inserção de agentes no sistema político e conexões entre lideranças políticas são de suma importância para criação bem sucedida de um partido, tendo em vista sua força de abrangência nacional. Observando-se o desenho da distribuição no Gráfico 3, vê-se como as filiações do PSD são marcadas por esses vínculos estratégicos, principalmente em Santa Catarina.

3.2.2. Os filiados do SD

Assim como o PSD, o Solidariedade apresenta filiados mais dispersos pelo território nacional, apesar da considerável concentração em São Paulo. O norte continua sendo a região com o percentual mais baixo de filiados, mesmo com o Pará em quinta colocação. Percebe-se que as cinco regiões apresentam pelo menos um estado com percentual relevante de filiados; contudo, São Paulo se destaca com 21,18% dos registros de filiações. Pode-se acrescentar a essa constatação o fato de que o Solidariedade forma-se com fortes bases nas associações sindicais, tendo, como principais aliados, sindicatos ligados à Força Sindical, a qual é vinculada, principalmente, com o Sindicato dos Metalúrgicos da Cidade de São Paulo.

Gráfico 4 – Filiados ao SD



Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior

Já é sabido, como apontado no capítulo dois, que Paulo Pereira utilizou da ajuda dos sindicatos para recolhimento de assinaturas. Por ora, não há como interceptar uma conexão direta entre os registros de filiados e o envolvimento de agentes sindicais. Todavia, uma base mobilizada que esteja concentrada em São Paulo pode ser inferida por palavras citadas pelo próprio partido, o qual reproduz, em seu site, um texto de 2013 da *Revista Época*, reiterando que

o cacife de Paulinho [Paulo Pereira] tem outra fonte. Se, na Câmara, ele é um entre 513 deputados, na rua é o presidente da Força Sindical, o segundo maior conglomerado de sindicatos do país, com 1.700 entidades filiadas, representantes de cerca de 1 milhão de trabalhadores. Sozinha, a Força Sindical recebeu neste ano R\$ 42 milhões de dinheiro do imposto sindical. Todos os anos, a Força reúne centenas de milhares de pessoas no Primeiro de Maio. Coloca milhares de manifestantes nas ruas das cidades e no Congresso para fazer barulho, pressionar e, com isso, influenciar resultados. Se o governo Lula contou com o mesmo tipo de poder sindical, por meio da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, para se defender de crises como o mensalão, Paulinho conta com seus sindicatos para defender causas como o fim do fator previdenciário ou a redução da jornada de trabalho (SOLIDARIEDADE, 2018b, online).

Não há como desprezar as bases de Paulo Pereira e de sua carreira política nas entidades sindicais paulistas e o “coincidente” percentual elevado de filiados nessa unidade da federação na comparação com os valores de todos os outros estados.

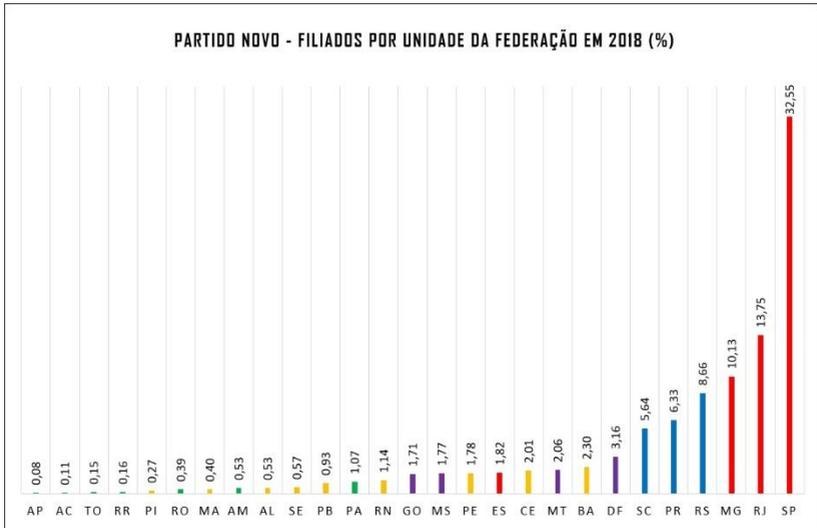
3.2.3. Os filiados do NOVO

Como apontado no início do capítulo, o Partido Novo é uma das legendas com o menor número de filiados dentre os partidos registrados no TSE. Todavia, a distribuição dos filiados da legenda não pode ser descartada como irrelevante para um entendimento maior dessa parcela do eleitorado que escolhe se filiar a esse partido em específico.

Como visto abaixo, no Gráfico 5, o Novo apresenta alta concentração de filiados na região sudeste, a qual detém 58,25% do total nacional de filiados. Os filiados são expressivos, sobretudo, em São Paulo, os quais representam 32,55% da totalidade de registros. É clara a ínfima presença do partido nas regiões norte e nordeste, as quais representam não mais que 4% e 10% dos filiados da legenda respectivamente. Dentre os partidos e números nacionais de filiações, o NOVO realmente é um ponto fora da curva quanto à distribuição dos seus filiados. Essa predominância acentuada em São Paulo se nota tanto em filiações como também em candidatos, votos e na própria bancada da

Câmara eleita em 2018. Com origem bastante marcada pela nível alto de renda dos seus fundadores, e com doações para formar a legenda feitas por poucos banqueiros e empresários, localizados, em sua maioria, em São Paulo, o Partido Novo mostra-se notadamente circunscrito a uma específica região do país. Um terço da base do Partido Novo encontra-se nesse estado.

Gráfico 5 – Filiados ao NOVO



Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior

Por mais que o custo de se filiar não se compare a fazer campanha ou não signifique um esforço à militância necessariamente, a elegibilidade para um cargo público só é possível com filiação a uma legenda; os candidatos concorrem a cargos no legislativo e no executivo com a aprovação dos filiados nas convenções partidárias. Sendo assim, a distribuição de filiações apresenta relação com as mobilizações iniciais para formar um partido, com os candidatos (eleitos ou não) e sua distribuição pelos distritos eleitorais, e como canal de contribuição financeira para o partido (mesmo que, muitas vezes, inexpressivo frente às doações de pessoas física e jurídica). E, como será assinalado na próxima seção, o que se apresenta na análise sobre filiados como particular a cada partido também é visto, em certa medida, na investigação sobre votos.

3.3. A distribuição de votos: as eleições proporcionais de 2018 para o cargo de deputado federal

Na presente seção, busca-se analisar o perfil eleitoral de cada partido na forma de votos para candidatos ao cargo de deputado federal. Tal exame se faz para complementar os dados sobre filiados mostrados acima, como também para apontar de que regiões se origina a força eleitoral das bancadas dos três partidos para a legislatura de 2019. Nota-se como PSD e NOVO ganham (em certa medida) em estados nos quais estão as lideranças responsáveis pelo processo de formação das legendas. O Solidariedade se diferencia, nesse caso, ao ganhar força no Norte e Nordeste do país, mesmo apresentando maioria expressiva de sua base em São Paulo.

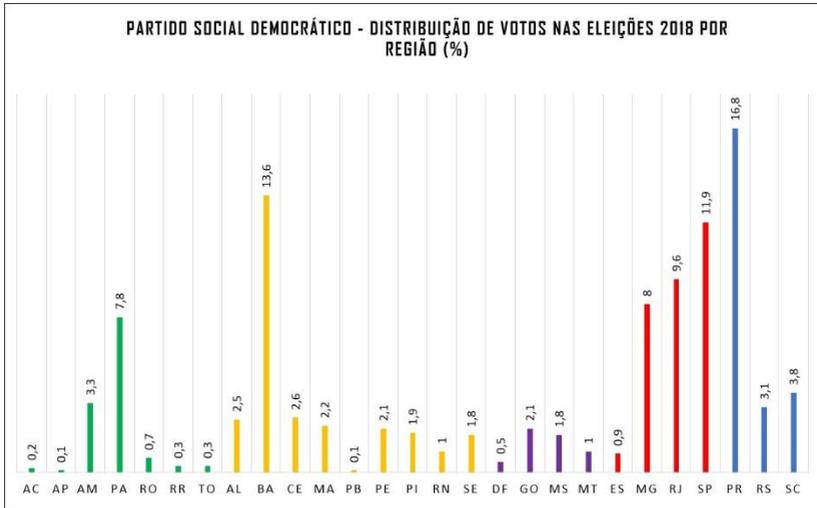
Salienta-se, todavia, que, ao fazer referência à força eleitoral, o trabalho busca enfatizar, em termos mais abrangentes, a distribuição de votos totais dos partidos. Ou seja, não se aponta, aqui, apenas os votos traduzidos em bancada na Câmara. O porquê dessa escolha está no entendimento de que os votos totais também são fonte de informação válida à medida que representam a mobilização de um eleitorado em votar em determinada legenda⁵¹.

3.3.1. Os votos para o PSD

O PSD recebeu um total de 5,5 milhões de votos, considerando-se eleitos e não eleitos. Dentre os 34 futuros parlamentares estão: seis da região norte; 12 da região nordeste; dois da região centro-oeste; oito da região sudeste; e sete da região sul.

⁵¹ Sabe-se, no entanto, que a relevância eleitoral de um partido encontra-se, principalmente, na sua capacidade de traduzir votos em cadeiras. No **Anexo 2** há uma comparação entre os votos recebidos por cada um dos três partidos, o número de assentos obtidos na Câmara dos Deputados nas eleições de 2018 e a relação de cadeiras totais por estado para deputados federais.

Gráfico 6 – Distribuição de votos para deputado federal (PSD)



Fonte: elaborado pela autora com dados da Justiça Eleitoral

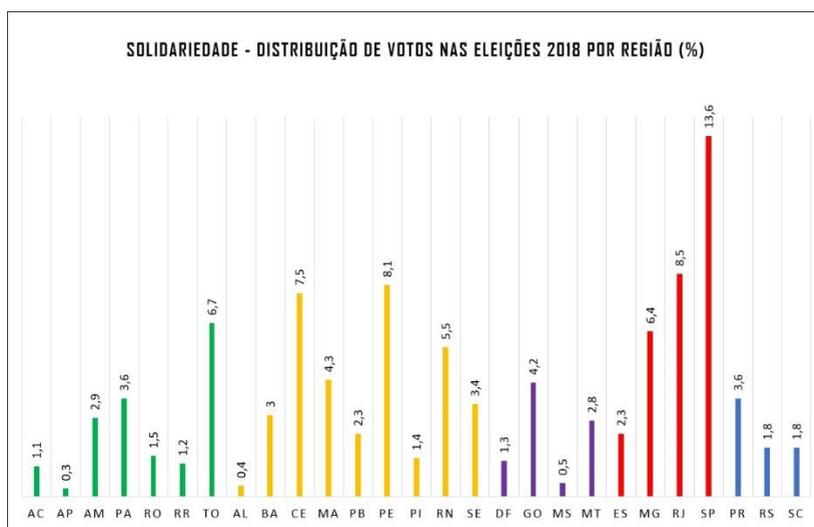
As unidades federativas com maior número de deputados são Paraná e Bahia, cada um com quatro cadeiras do PSD na Câmara. Como visto no capítulo dois, lideranças políticas na Bahia foram apoio constante no processo de formação do partido em conjunto com Kassab, também em número de filiados, a Bahia se destaca na quarta posição, condições que entram em conformidade com o número de votos recebidos pelo PSD, os quais ultrapassam até mesmo São Paulo. Tal tendência não se manteve em Santa Catarina, com maior número de filiados à legenda. Outro estado que se distingue é o do Paraná, com o maior percentual de votos. Um dos fatores que pode ter reverberado nos votos para a Câmara foi a candidatura – e posterior vitória – ao cargo de governador de Carlos Roberto Massa Júnior, conhecido como “Ratinho Junior”, o qual é filiado ao PSD e foi eleito governador do Paraná com 59,9% dos votos (JUSTIÇA ELEITORAL, 2018).

Por último, verifica-se uma dispersão considerável de votos nas cinco regiões brasileiras, tendo em vista que os distritos eleitorais são mais numerosos na região sudeste. Ademais, o PSD é o único partido com eleitos em todas as cinco regiões do país.

3.3.2. Os votos para o SD

O Solidariedade recebeu um total de 1,8 milhões de votos. A bancada de deputados federais do SD em 2019 será composta, principalmente, por parlamentares do Norte e do Nordeste, os quais reúnem 61,5% dos assentos. Apenas na região sul, a legenda não elegeu parlamentares. E por mais que a bancada seja majoritariamente das regiões norte e nordeste do país, o percentual de votos mais acentuado encontra-se em São Paulo, isso pode tanto estar relacionado ao número de votos necessários para eleger candidatos (o SD elegeu apenas um, Paulinho da Força), como também pelo fato de que a base do Solidariedade sem São Paulo é bem mais expressiva do que em outros estados do país (JUSTIÇA ELEITORAL, 2018).

Gráfico 7 - Distribuição de votos para deputado federal (SD)



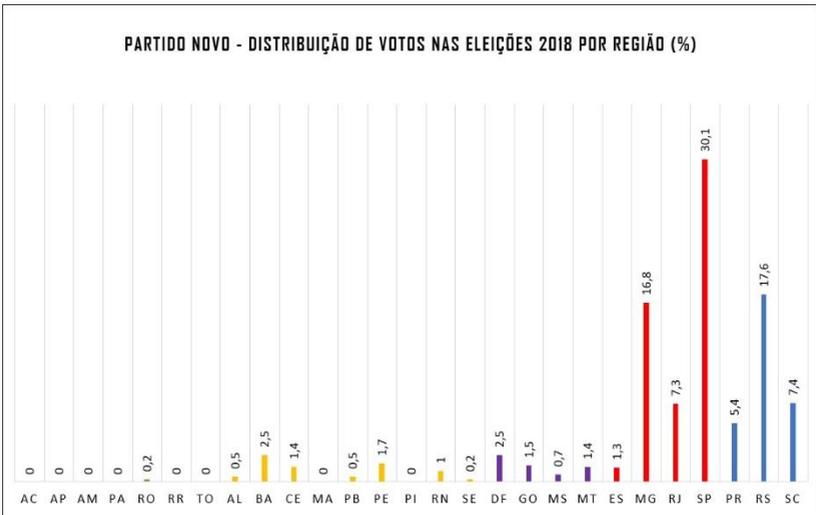
Fonte: elaborado pela autora com dados da Justiça Eleitoral

Até mais do que o PSD, o Solidariedade consegue votos bem distribuídos pelas unidades da federação, elegendo uma bancada mais diversa em termos de cor e escolaridade (visto na próxima seção) em relação aos outros dois partidos estudados. Dentre os 13 eleitos estão: cinco da região norte; três da região nordeste; dois da região centro-oeste; e três da região sudeste.

3.3.3. Os votos para o NOVO

O Partido Novo recebe 2,4 milhões de votos (mais do que o total de votos recebidos pelo Solidariedade) concentrados, majoritariamente, nos estados do centro-sul do país. São 30,1% dos votos concentrados apenas em São Paulo, estado que reunirá três cadeiras pelo NOVO na Câmara em 2019. Minas Gerais, com 16,8% do total de votos, elegeu dois deputados do NOVO, votos que podem também ter relação com a eleição para o executivo estadual, já que Romeu Zema, filiado à legenda, concorreu ao governo do estado e foi eleito. A concentração da força eleitoral do partido em apenas duas regiões é clara, Sudeste (com seis parlamentares) e Sul (com dois parlamentares) englobam significativos 83,8% dos votos recebido pelo NOVO para a câmara baixa federal.

Gráfico 8 - Distribuição de votos para deputado federal (NOVO)



Fonte: elaborado pela autora com dados da Justiça Eleitoral

Na região norte, o Partido Novo é, praticamente, inexistente. O Norte alcança ínfimos 0,2% dos votos, já que apresentava somente 1,3% do total de candidato pelo NOVO. A região nordeste, com 15,4% dos candidatos, reúne 7,8% do total de votos, acima dos 6,1% de votos da região centro-oeste, a qual detinha 12,7% dos candidatos (JUSTIÇA ELEITORAL, 2018).

Haja vista o exposto até agora, se observada a distribuição dos filiados por região, notar-se-á que tanto PSD quanto SD apresentam distribuição mais dispersa no âmbito nacional em relação ao NOVO. Cada um apresenta, no entanto, algumas particularidades. O PSD surge com maior número de filiados na região nordeste, o que pode ser justificado pelo alto número de filiações no estado da Bahia; e, mesmo que tenha sido fundado por lideranças políticas de São Paulo, seu percentual na região sudeste está bem abaixo dos números nacionais de filiados, principalmente pelo fato de que houve uma significativa transferência de filiações em Santa Catarina do DEM para o PSD, encabeçada pelos então legislativo e executivo do estado. O SD, por sua vez, apresenta maior concentração no Sudeste, principalmente em São Paulo, posição que pode ser vista como consequência do poder de mobilização que Paulinho da Força detém na central sindical com sede no estado. O NOVO, por seu turno, é extremamente concentrado na região sudeste e, em menor medida, na região Sul. Essa centralização no centro-sul do país pode ser interpretado como resultado da mobilização circunscrita aos estados onde se encontravam os seus financiadores e fundadores, como também pela característica exógena das lideranças da legenda, posto que a capilaridade de um partido político também depende da conexão entre lideranças políticas presentes em diferentes regiões do país, elemento presente tanto na origem do PSD quanto na origem do SD.

Tabela 4 – Distribuição por região de filiados por partido (%)

Partido/Região	Sudeste	Nordeste	Sul	Centro-Oeste	Norte
PSD	25,54	28,4	26,92	9,85	9,29
SD	37,54	27,81	9,67	14,09	10,89
NOVO	58,25	9,93	20,63	8,7	2,49

Fonte: elaborado pela autora com dados do Repositório do Tribunal Superior Eleitoral

Tabela 5 – Distribuição por região de filiados e eleitores no Brasil (%)

Distribuição/ Região	Sudeste	Nordeste	Sul	Centro- Oeste	Norte
Filiados no Brasil	38,61	23,89	19,9	9,25	8,35
Eleitores no Brasil	43,83	26,59	14,51	7,28	7,79

Fonte: elaborado pela autora com dados do Repositório do Tribunal Superior Eleitoral

A análise de penetração nacional quanto à base dos partidos é corroborada tanto atualmente quanto do ponto de vista comparado. Enquanto o NOVO, em dezembro de 2018, apresenta 26.215 registros de filiação, três anos após sua criação; o PSD, após mesmo período, em 2014, dispunha de 195.433 filiações; o SD, também três anos após registro no TSE, em 2016, reunia 181.010 filiados (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2019). É evidente que PSD e Solidariedade já apresentam uma base muito mais robusta do que a do Partido Novo. Condição que não pode ser analisada sem ter em vista como se deu as articulações dos fundadores de cada partido com outros atores (coletivos e individuais) e, ainda, considerando quem eram esses atores. O PSD estabelece, na formação do partido, relações com lideranças políticas principalmente em Santa Catarina, Bahia e São Paulo; o SD encerra no hall de fundadores muitas lideranças de São Paulo, sindicatos ligados à Força Sindical, deputados do Amazonas, Alagoas e Pernambuco; enquanto o NOVO, por sua vez, apresenta relações muito mais restritas a banqueiros e empresários situados no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O mesmo diagnóstico, no que diz respeito à capilaridade, pode ser feito na análise de distribuição de votos. O menor percentual de votos do PSD e do SD, respectivamente, são 5,4% no Centro-Oeste e 7,2% no Sul; em contrapartida, o Partido Novo encerrou ínfimos 0,2% do total de votos no norte do país, ao mesmo tempo que Sudeste e Sul reuniram 85,9% do total de votos. As conexões dos atores que formam cada legenda também se mostram relevantes quando se vê que os votos no Norte e Nordeste relativos ao PSD e SD são expressivos se comparados ao percentual de eleitores nacionais em cada região. Como supracitado, enquanto Kassab buscou apoio na Bahia, Paulo Pereira reuniu-se com deputados federais das citadas regiões, incluindo um que havia sido prefeito de uma cidade no estado do Alagoas, João Caldas (SOLIDARIEDADE, 2018b). Ao passo que o NOVO, com seus financiadores e com o candidato à presidência, em 2018, e primeiro presidente da legenda, João Amoêdo,

concentra sua área de influência no Rio de Janeiro e em São Paulo (PARTIDO NOVO, 2018). O NOVO consegue, no entanto, tomar fôlego com sua extensão organizacional para Minas Gerais e região sul, alcançando uma força eleitoral suficiente para eleger um governador e mais cinco deputados federais.

Tabela 6 – Distribuição por região de votos por partido – Eleições proporcionais federais 2018 (%)

Partido/Região	Sudeste	Nordeste	Sul	Centro-Oeste	Norte
PSD	30,4	27,8	23,7	5,4	12,7
SD	30,8	35,9	7,2	8,8	17,3
NOVO	55,5	7,8	30,4	6,1	0,2

Fonte: elaborado pela autora com dados da Justiça Eleitoral

Em oposição ao afirmado acima, pode ser levantado o argumento de que o Partido Novo só não é tão capilarizado quanto os outros dois partidos em relação à força eleitoral graças à sua formação mais recente em comparação com os cinco anos de existência do SD e os sete anos do PSD. Todavia, se forem comparadas as três bancadas da Câmara eleitas por cada partido nas suas respectivas primeiras eleições (PSD e SD em 2014, NOVO em 2018), verificar-se-á que os dois primeiros apresentam uma distribuição de candidatos eleitos muito mais condizente com a distribuição do eleitorado nacional. Em 2014, o PSD conseguiu cadeiras para 36 deputados federais, o Solidariedade alcançou 15 assentos, ambas as legendas com parlamentares provenientes das cinco regiões do país. O NOVO, por outro lado, em 2018, elegeu oito deputados de somente duas regiões.

Tabela 7 – Distribuição da bancada de cada partido na Câmara em sua primeira eleição proporcional (%)

Partido/Região	Sudeste	Nordeste	Sul	Centro-Oeste	Norte
PSD (2014)	36,11	25	13,88	8,35	16,66
SD (2014)	33,33	33,33	6,68	13,33	13,33
NOVO (2018)	75	0	25	0	0

Fonte: elaborado pela autora com dados disponibilizados pela Câmara dos Deputados

Isso posto, o que se nota na disposição regional das preferências eleitorais e na base de filiados é como a capilaridade dos três casos relaciona-se com a origem dos partidos no que concerne ao perfil endógeno ou exógeno dos atores fundadores. Solidariedade e PSD apresentam uma liderança que, por ser elite política, utiliza dos seus recursos de relações e de capacidade, nos termos de Panebianco (2005), para alcançar uma abrangência nacional com custos mais baixos se comparados aos custos de mobilização de uma elite exógena ao sistema político, que é o que se percebe no processo de formação do NOVO. Agentes que já são parte da competição e da elite políticas, como Kassab e Pereira, trazem consigo, ao criar partidos, uma gama de conexões e capacidades adquiridas ao longo de sua trajetória em cargos políticos. O *know-how* nesses processos e a rede de relações são de suma importância para penetração nacional.

3.4. O perfil dos candidatos ao cargo de deputado federal nas eleições 2018

As eleições ordinárias proporcionais de 2018 para o legislativo federal constituem o segundo pleito do PSD e do SD para a Câmara Federal e o primeiro pleito para o NOVO. O PSD conseguiu eleger uma bancada de 34 deputados federais, enquanto o Solidariedade entra para 56ª legislatura com 15 deputados e o NOVO com oito⁵². As bancadas são determinantes para acesso a recursos e a poder de negociação no Congresso e, além disso, expõem a “face” do partido no tocante à representação. Essa representação pode ser vista, grosso modo, como um retrato da sociedade na qual o sistema partidário está inserido.

O que é proposto, aqui, em termos de representatividade, vai além das próprias bancadas, pois se procura entender o perfil representativo de todos os candidatos pelo PSD, SD, e NOVO (eleitos e não-eleitos), considerando as eleições para a 56ª legislatura da Câmara dos Deputados. Por esse ângulo, entender a questão da representação a partir das variáveis categóricas de gênero, cor e escolaridade, é também delinear qual o “rosto” daqueles que visam ser canais de tradução das “pressões e demandas” da base de determinado partido (e dos eleitores como um todo) no Congresso Nacional.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (2018d), as mulheres são cerca de 44% dos eleitores filiados a alguma legenda no país,

⁵² *GI*. 08/10/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>>. Acesso em: nov. 2018.

proporção que varia de acordo com partido e unidade da federação. Esses valores estão abaixo do número de eleitoras, as quais representam 52,53% do eleitorado brasileiro. A presença da mulher é ainda menor quando se verifica a relação entre candidatos ao cargo de deputado federal do sexo feminino e masculino, e os três partidos estão compreendidos nesse diagnóstico. A representatividade feminina é ainda mais precária ao se averiguar os candidatos eleitos. Em 2016, 10% dos 513 deputados federais eleitos foram mulheres, já, em 2018, dentre os deputados eleitos, 15% deles são candidatos do sexo feminino⁵³. Nota-se que o caminho ao sistema representativo reduz a participação da mulher à medida que avança: 52,53% dos eleitores são mulheres; proporção que cai para 44% nas filiações partidárias; e, no total de candidaturas, varia em torno dos 30%; por fim, ao se chegar na Câmara, o sexo feminino é apenas 15% (em 2019) da bancada.

Adentrando na questão dos índices nacionais da variável *cor*, conforme dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa (IBGE), do censo de 2016, 44,2% da população brasileira se declara branca, 46,7% se declara parda e 8,2% se declara da cor preta. Por região e unidade federativa os valores diferem entre si. Enquanto na região norte, 72,3% da população é parda, 19,5% é branca e 7% é negra; na região sul, 76,8% dos habitantes se consideram brancos, 18,7% pardos e 3,8% pretos. Na região sudeste, o censo aponta que 52,2% da população se declara branca, 37,6% parda e 9% se declaram pretas (AGÊNCIA IBGE, 2018).

Quanto à escolaridade, ainda com dados do censo de 2016, dentre os brasileiros na idade adulta (com 25 anos ou mais), o IBGE destaca que 51% destes (66,3 milhões) concluíram apenas o ensino fundamental, e não mais que 15,3% concluiu o ensino superior. Afunilando ainda mais, no que se refere àqueles que concluíram o ensino superior, da população que se afirma branca, 22,2% apresenta superior completo, e da população de pardos ou pretos, somente 8,8% finalizaram um curso superior (AGÊNCIA IBGE, 2017). O percentual de estudantes com pós-graduação é ainda menor, com maioria concentrada na região sudeste. Dos alunos que cursam mestrado acadêmico, 36% encontram-se em São Paulo; considerando-se o total de doutorandos, São Paulo concentra 50% do total nacional. Além disso, 72% dos mestrados profissionais estão no sudeste do Brasil (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [2018]). No censo publicado

⁵³ *Folha de São Paulo*. 08/10/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/percentual-de-mulheres-eleitas-para-a-camara-cresce-de-10-para-15.shtml>>. Acesso em: nov. 2018.

em 2010 pelo IBGE, por exemplo, o total de mestres era 0,32% da população.

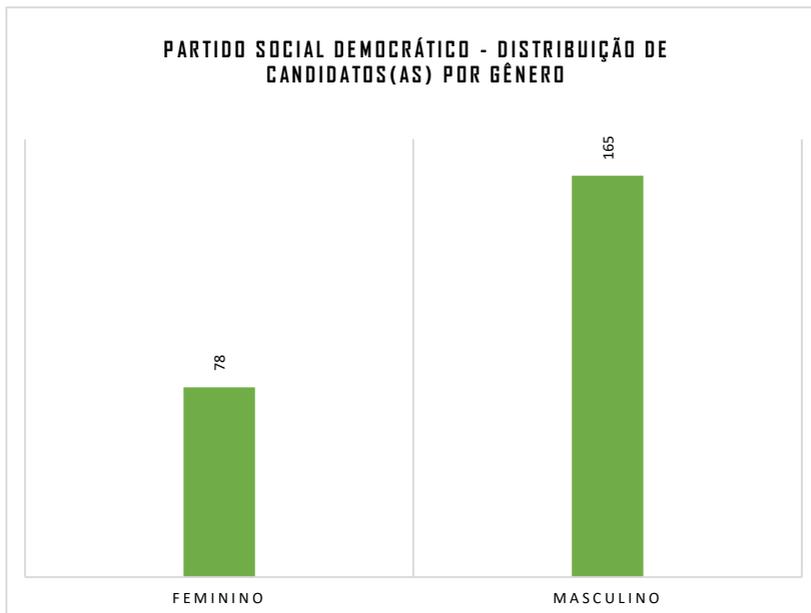
É, portanto, à vista desses indicadores sociais, que a análise dos candidatos do PSD, SD e NOVO para a Câmara dos Deputados será feita.

3.4.1. Os candidatos do PSD

Nas eleições de 2018 para a Câmara dos Deputados, o PSD lançou 243 candidatos. Analisando o número de candidatos por unidade federativa, os cinco estados com maiores números de filiados (Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Paraná) encerram apenas 30,3% do total de candidaturas. Examinando os números de candidatos por região, o Sudeste reúne 57,5% dos candidatos do PSD; contudo, a bancada eleita para 2019 é 44,1% composta por cadeiras do norte e nordeste, e 19,7% por assentos dos três estados da região sul (JUSTIÇA ELEITORAL, 2018).

Do total dessas candidaturas, 32% são de mulheres, porcentagem que converge com a nacional. Todavia, relacionando essa taxa à proporção de filiadas do PSD, verifica-se que as candidaturas estão nove pontos percentuais abaixo do percentual de filiações do sexo feminino, o qual é de 41%. Se comparada com a bancada atual do PSD na Câmara, dos 34 assentos da legenda, um apenas é de uma deputada, ou seja, uma representação equivalente a 2% das cadeiras do partido. Com os resultados das eleições 2018, o PSD reúne uma bancada, em 2019, com nenhuma mulher (JUSTIÇA ELEITORAL, 2018).

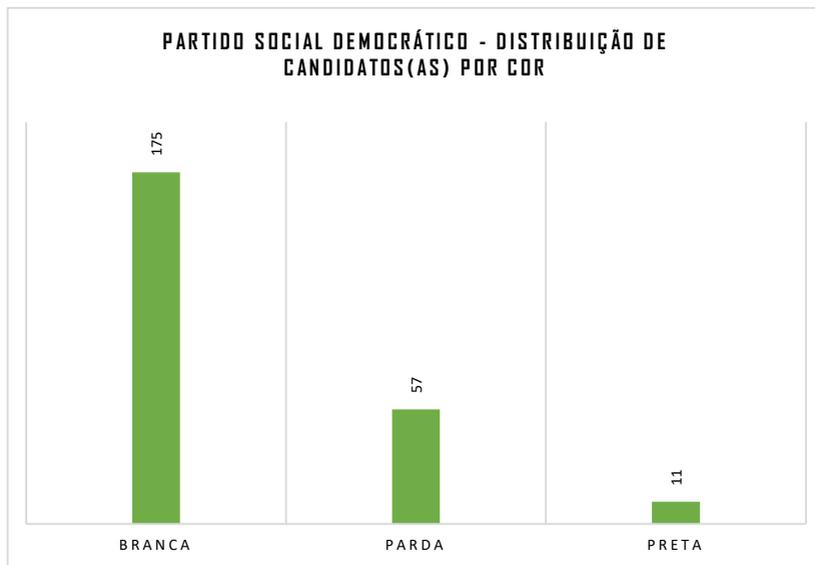
Gráfico 9 – Candidatos(as) do PSD por gênero



Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior

No tocante à variável *cor*, dos 243 candidatos, 72,1% são autodeclarados brancos, enquanto que pardos e pretos reúnem apenas 27,9% das candidaturas. Tendo em vista que os candidatos concentram-se na região sudeste, mas também que há número significativos de candidatos em todas as regiões, é notória a desproporção entre a distribuição de pardos e negros na demografia dos estados e entre o perfil dos candidatos da legenda. Os maiores números de candidaturas lançadas foram no Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais e Paraná. No estado do Rio, por exemplo, em 2010, 41,9% da população era parda ou preta; em Minas Gerais, esse percentual subia para 50,3%. E por mais que São Paulo apresentasse, nesse mesmo ano, um percentual de 64,2% de autodeclarados brancos, juntamente com 71% do Paraná, ainda há uma parcela considerável de candidatos do PSD no Nordeste e Norte, onde a média da população negra e parda chega aos 70% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Gráfico 10 – Candidatos(as) do PSD por cor

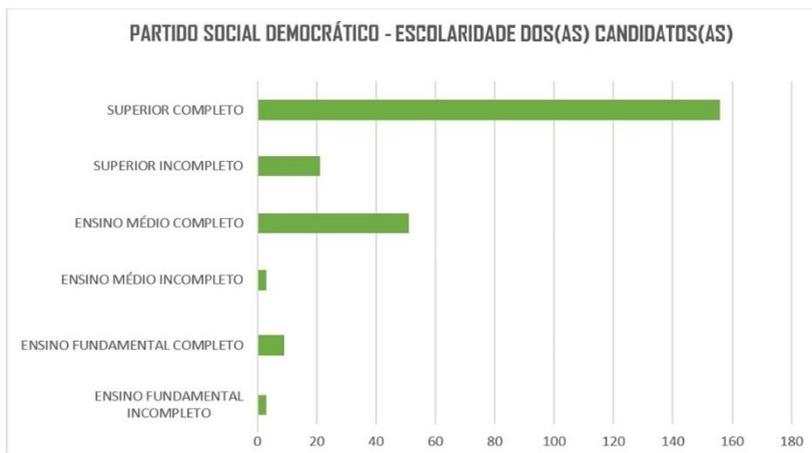


Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior

Partindo de uma comparação com um dado mais agregado, os 72% de candidatas brancas do PSD são 27,8 pontos percentuais acima do conjunto de pessoas que se declararam brancas no país, as quais, em 2016, eram 44,2% da população (AGÊNCIA IBGE, 2018).

No que se refere à escolaridade dos candidatos, 64,1% completou o ensino superior e 20,9% concluiu o ensino médio. Se forem analisados os dados nacionais, conforme o censo do IBGE de 2016, a maioria dos candidatos do PSD encontra-se na parcela de 13,6% dos adultos brasileiros (com 25 anos ou mais) que completou o ensino superior (AGÊNCIA IBGE, 2017). Todavia, há um perfil mais diversificado de níveis de escolaridade no PSD se comparado com o caso do Partido Novo, questão que será apontada mais adiante.

Gráfico 11 – Candidatos(as) do PSD por escolaridade



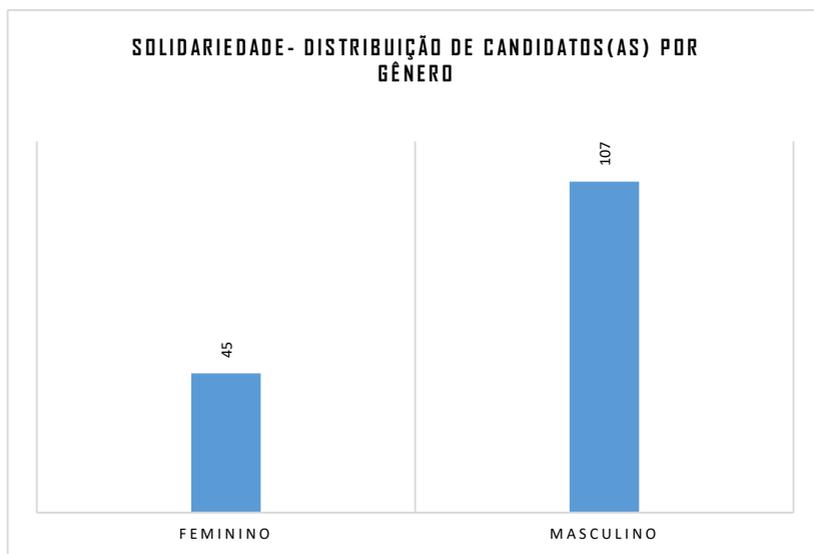
Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior

*Em números, são: três candidatos(as) com ensino fundamental incompleto; nove com ensino fundamental completo; três com ensino médio incompleto; 51 com ensino médio completo; 21 com superior incompleto; e 156 com superior completo.

3.4.2. Os candidatos do SD

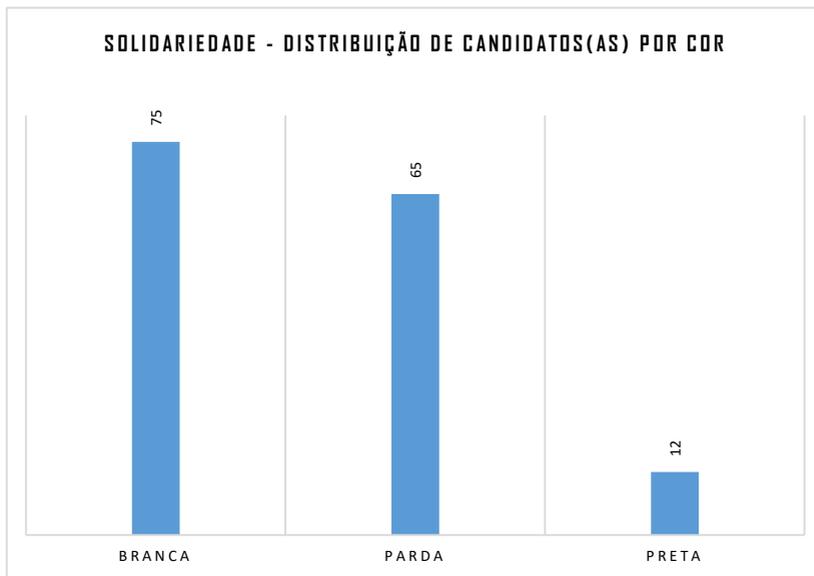
No pleito de 2018, o Solidariedade registrou um total de 152 candidaturas. Destas, 34,1% são das regiões norte e nordeste; a região sudeste congrega a maior parte dos candidatos registrados, os quais são quase dois terços do total. Em outubro, foram eleitos 13 deputados federais pelo SD.

O percentual de mulheres que concorreram a um cargo na Câmara é abaixo da cota prevista pela Justiça Eleitoral, de 30%; em setembro de 2018, seriam julgados os recursos de partidos que não alcançassem a cota mínima de candidaturas femininas. No caso do SD, a lista de candidatos que concorreram regularmente apresenta apenas 26% de candidatos mulheres. A bancada da legenda, atualmente, é composta por dez parlamentares, todos homens. Quanto aos 13 deputados eleitos, um é do sexo feminino.

Gráfico 12 – Candidatos(as) do SD por gênero

Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior

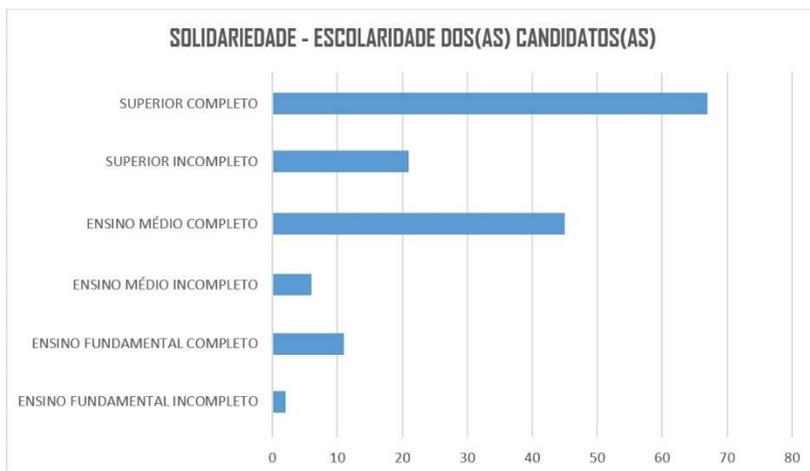
No tocante à autodeclaração de cor, o Solidariedade é o partido mais representativo dentre os três aqui estudados. São 49% os candidatos que se declaram brancos; do mesmo modo, pardos e pretos chegam a, também, 49% das candidaturas. Tendo em vista a distribuição de candidatos pelas unidades federativas, o SD é o partido que reúne a maior taxa de registros no Norte e no Nordeste (SD- 34,1%; PSD - 18,8%; NOVO - 16,7%), regiões que, nessa ordem, agregavam no seu total demográfico 72,1% e 68,8% de pardos e pretos em 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA, 2010). Dentre os 13 parlamentares eleitos para a legislatura de 2019, oito (61,5%) são candidatos dessas duas regiões.

Gráfico 13 – Candidatos(as) do SD por cor

Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior

No que diz respeito à escolaridade dos candidato, por mais que um número expressivo tenha ensino superior completo (44%), há uma maior dispersão entre os níveis, principalmente quando se coloca o Partido Novo na comparação (com mais de 90% em superior completo). A legenda apresenta desde candidatos com fundamental incompleto até superior completo; 20,9% dos candidatos do PSD têm ensino médio completo, enquanto que o SD apresenta 29,6%.

Gráfico 14 – Candidatos(as) do SD por escolaridade



Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior Eleitoral

*Em números, são: dois candidatos(as) com ensino fundamental incompleto; 11 com ensino fundamental completo; seis com ensino médio incompleto; 45 com ensino médio completo; 21 com superior incompleto; e 67 com superior completo.

O Solidariedade é o partido, dentre os casos, com perfil mais diversificado em relação à cor e à escolaridade dos candidatos – o que será constatado na análise do NOVO a seguir. Já no que concerne à representação feminina, o SD é inferior a média nacional de candidaturas e ao percentual do PSD, tendência que prevalece no Partido Novo e que não é diferente dos percentuais do legislativo nacional.

3.4.3. Os candidatos do NOVO

O Partido NOVO apresenta um processo diferenciado quanto à seleção de candidaturas. Não apenas por meio das convenções partidárias, a legenda incorpora à seleção dos candidatos um processo de escolha de pré-candidaturas, o qual é composto por três etapas, incluindo uma taxa de inscrição de R\$300,00 para as “categorias” de deputado distrital e estadual, e R\$600,00 para a de deputado federal⁵⁴. Para as eleições

⁵⁴ Para mais informações, ver: PARTIDO NOVO. Bem-vindo ao processo de seleção de pré-candidatos do NOVO para as eleições 2018. Disponível em: <<https://querosecandidato.novo.org.br/>>. Acesso em: nov. 2018.

proporcionais de 2018, 460 pessoas se inscreveram, provindas de 13 estados, com participantes concentrados na região centro-sul do país⁵⁵.

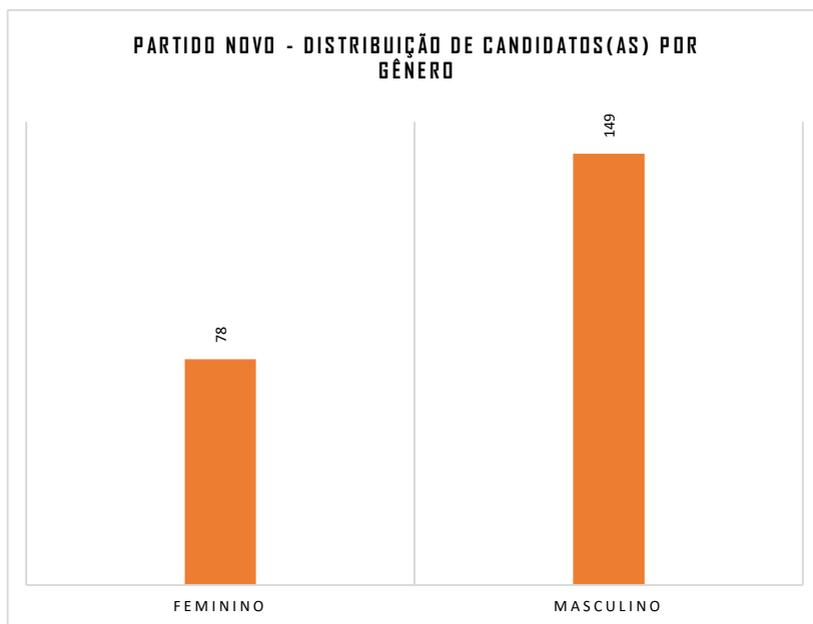
Houve controvérsias quanto à seleção dos candidatos por meio exclusivo de uma comissão avaliadora prévia às convenções partidárias. A alteração do estatuto da legenda foi parcialmente aprovada, no início de 2018, pelo Plenário do TSE, o qual decidiu excluir do documento os dispositivos que estabeleciam uma comissão de seleção como via obrigatória para a seleção de pré-candidatos. O TSE considerou que tal processo – caso instituído como obrigatório – abriria margem para condições arbitrárias de seletividade, não previstas pela legislação partidária⁵⁶. O NOVO manteve, contudo, as comissões de avaliação de pré-candidatos como processo recomendável não-obrigatório, sendo aberta a possibilidade ao filiado de propor candidatura diretamente à convenção partidária, como já previsto no edital de seleção de 2017 (PARTIDO NOVO, 2017). Por fim, foram registrados, junto ao TSE, 227 candidatos para o cargo de deputado federal, dentre os quais, oito foram eleitos.

Ao analisar os candidatos tendo em vista a proporção entre homens e mulheres, a representatividade feminina segue a tendência do perfil de candidatos dos demais partidos, atendendo à cota de 30% prevista pela legislação – exceto o caso do SD; 34% das candidaturas são de mulheres, percentual ainda abaixo dos números nacionais de eleitoras do sexo feminino e de mulheres filiadas. Essa relação cai pela metade quando se observa o percentual de filiadas do Partido Novo. Entre os cinco estados com maior concentração de filiados do NOVO (cerca de dois terços de filiados) a média de filiadas mulheres é aproximadamente 15%.

Dentre os oito eleitos para a Câmara dos Deputados – os quais tomam posse em 2019 -, um é do sexo feminino, o que equivale a um percentual de 12% da bancada.

⁵⁵ EXAME. 07/02/2018. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/brasil/o-curioso-metodo-do-partido-novo-para-escolher-seus-candidatos/>>. Acesso em: nov. 2018.

⁵⁶ Para mais informações, ver: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. TSE exclui do estatuto do Partido Novo criação de comissões prévias de seleção de candidatos. Brasília: 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Abril/tse-exclui-do-estatuto-do-partido-novo-criacao-de-comissoes-previas-de-selecao-de-candidatos>>. Acesso em: nov. 2018.

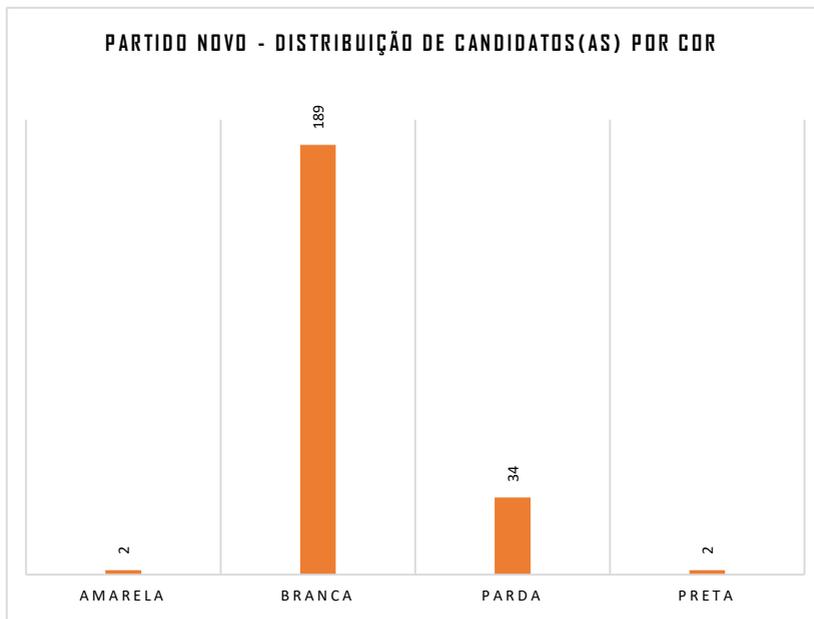
Gráfico 15 – Candidatos(as) do NOVO por gênero

Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior

Avançando para a análise da variável cor, é explícita a baixa representatividade de negros e pardos entre os candidatos do partido. Dos 227 registrados no TSE, 83% se declararam brancos e apenas 15,6% se consideram pardos, pretos ou amarelos. Esse déficit de representatividade torna-se ainda mais expressivo quando se constata que 29,4% das candidaturas são das regiões norte, nordeste e centro-oeste, as quais, juntas, compreendem em sua população uma média de 66% de pardos e negros. O próprio estado de São Paulo (maior concentração de filiados e candidatos da legenda), reúne 64,2% de autodeclarados brancos, 19 pontos percentuais a menos do que o de candidatos do partido. Por fim, a parcela de pardos e negros no total de candidatos está muito abaixo dos percentuais nacionais de 2016, de 46,7% de pardos e 8,2% de pretos (AGÊNCIA IBGE, 2018).

Esse predomínio de candidatos brancos é visto, posteriormente, no perfil dos candidatos eleitos: todos são brancos⁵⁷.

Gráfico 16 – Candidatos(as) do NOVO por cor

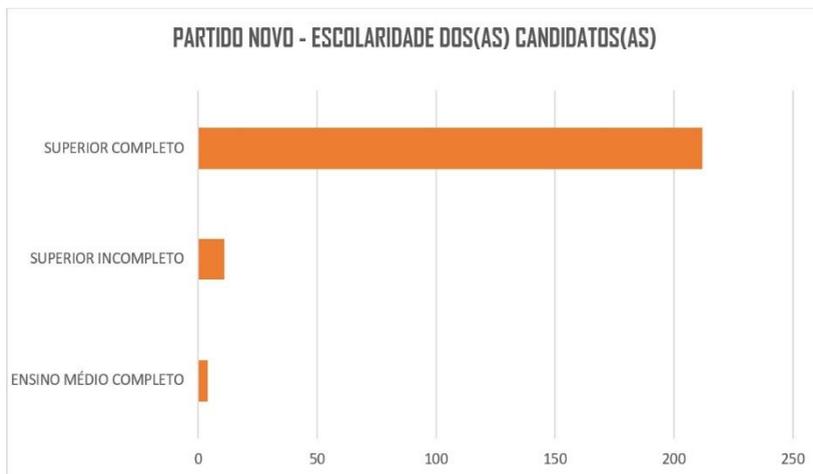


Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior

Quanto à escolaridade, 93,3% dos candidatos apresentam nível superior completo, enquanto que candidatos com níveis superior incompleto ou ensino médio completo somam uma parcela de 6,7%. O NOVO é o partido, portanto, com maior percentual de candidatos com ensino superior completo dentre os três casos. Tendo em vista que, segundo o censo de 2016 do IBGE, apenas 15,3% da população com 25 anos ou mais apresenta ensino superior completo no Brasil, o Partido Novo, em termos de candidatos, representa uma parcela demográfica muito pequena do país, e, considerando a presença baixíssima de pardos e negros, os dados de escolaridade refletem ainda mais essa condição quando leva-se em conta o fato de que apenas 8% dos negros adultos no país têm ensino superior completo (AGÊNCIA IBGE, 2017).

⁵⁷ Para mais detalhes sobre os candidatos eleitos para a Câmara Federal, ver: PARTIDO NOVO. Eleitos. 2018. Disponível em: <<https://novo.org.br/eleitos/>>. Acesso em: dez. 2018.

Gráfico 17 – Candidatos(as) do NOVO por escolaridade



Fonte: elaborado pela autora com dados exportados do Repositório do Tribunal Superior Eleitoral

*Em números, são: quatro candidatos(as) com ensino médio completo; 11 com superior incompleto; e 212 com superior completo.

Ademais, cabe aqui questionar a influência do processo seletivo de pré-candidatos em tais percentuais. O partido recomenda a inscrição no processo seletivo, já que não pode torná-lo obrigatório. Esse “filtro” para recomendação de pré-candidatos pode ser visto em mecanismos de seletividade como: a cobrança de R\$600,00 no ato da inscrição para candidaturas a deputado federal; o envio de currículo profissional; a prova de avaliação objetiva e discursiva; e uma banca de arguição com cinco membros do NOVO.

Por fim, a análise mais detalhada do Partido Novo, no que tange ao perfil de gênero, cor e escolaridade, mostra-se relevante ao apontar traços marcantes no que seria a “face” da legenda no sistema representativo, pois é um partido que reúne nos candidatos pessoas predominantemente brancas, em sua maioria, homens, e com níveis altos de escolaridade.

* * *

Visto o que fora apontado sobre os dados dos candidatos, ressalta-se a relação entre subrepresentatividade de mulheres, negros e pardos, e pessoas com baixa escolaridade, e o que é oferecido aos eleitores como opção de voto. Mais do que simples tradução matemática de preferências

eleitorais em cadeiras, uma bancada na Câmara dos Deputados é eleita a partir de uma oferta de candidatos, ou seja, os eleitores votam em candidatos a partir das opções oferecidas por cada partido. A Câmara dos deputados é majoritariamente composta por homens. Dentre as bancadas analisadas no capítulo dois, a grande maioria apresenta ensino superior completo. Nesse sentido, as variáveis categóricas utilizadas para comparação demonstram posições de desigualdade política sócio-estruturais que reverberam no âmbito da competição política e, por consequência, no sistema representativo.

As clivagens no sentido sistêmico que Lipset e Rokkan (1967) abordam poderiam apenas se aproximar do caso brasileiro sem a utilização restrita do termo na acepção dicotômica, mas em teor mais abrangente, já que, no Brasil, pensando nos grupos definidos por cor, gênero e escolaridade, essas divisões englobam milhões de brasileiros que não se definem apenas por um traço sociológico preponderante. As clivagens como identificação social se sobrepõem de modos variados em diferentes grupos e indivíduos (STOLL, 2013). Sendo assim, mais do que a leitura rígida de Lipset e Rokkan sobre as relações dicotômicas igreja-Estado, rural-urbano, indústria-proletariado, centro-periferia, os grupos sociais aqui apresentados podem ser vistos como clivagem em sentido mais flexível.

Isso posto, o que se constata é um déficit representativo quanto a essas clivagens, principalmente no tocante à representação de mulheres, as quais são mais da metade da população brasileira. Os partidos novos aqui analisados são indiscutivelmente constituídos por uma expressiva maioria masculina. Somadas as bancadas do PSD, SD e NOVO para a 56ª legislatura, do total de 55 deputados federais, duas são mulheres, 3,6% das cadeiras. Em suma, no que tange à representação de gênero, a título de exemplo, as novas legendas continuam tão velhas quanto às de décadas passadas.

3.5. Considerações finais

Enquanto o segundo capítulo apresenta enfoque direcionado a grupos sociais, agentes específicos atuantes na gênese dos partidos políticos e perfil de bancada, além de apontar algumas mudanças na legislação eleitoral e partidária que podem ter influenciado o comportamento dos atores a formarem novos partidos, o terceiro capítulo apresenta uma ênfase maior em aspectos nacionais sobre base das legendas, sobre percentuais comparativos de variáveis sociológicas e sobre o fôlego eleitoral de cada um. Isso posto, é válido ressaltar que

traços presentes na origem das organizações partidárias continuam marcando essas legendas ao longo dos anos, definindo as relações de poder de acordo com os recursos que estavam em posse de membros específicos. Esse raciocínio, por conseguinte, pode ser estendido ao exame do perfil de filiados, dos candidatos e dos votos. Os primórdios da existência de um partido político, com financiadores específicos, com determinadas elites e em regiões particulares, influem no perfil da base partidária, nos candidatos selecionados e nos próprios votos (preferências do eleitor). Desse modo, a maior penetração no território nacional do PSD e SD podem ser analisadas tendo em vista as elites presentes na sua formação. O perfil nacionalmente mais capilarizado dos dois partidos deve ser entendido também pelo perfil dos seus fundadores. As conexões entre elites políticas diminuem os custos de estabelecimento de uma legenda. No caso do Partido Novo, o que se vê é uma maior concentração regional, circunscrita, sobretudo, aos estados dos seus principais fundadores.

E por que trazer a questão da representatividade? Porque se constatou que, na análise da questão sobre qual é o perfil dos partidos novos, o caráter exógeno às elites políticas no poder daqueles atores que formam novos partidos não é garantia de maior heterogeneidade na composição das bancadas da Câmara. A emergência de novas legendas não resulta automaticamente no aumento da representação de grupos outrora postos à margem da competição política. As proporções percentuais nacionais de cor, gênero e de níveis de escolaridade, não são as mesmas observadas na câmara baixa federal. Cabe, aqui, frisar o que Pitikin (1972, p. 87) adverte sobre governos representativos: “the expansion of the suffrage is one long record of changing demands for representation based on changing concepts of what are politically relevant features to be represented”⁵⁸; a representação política está, assim, intimamente conectada com o que era considerado, ao longo da história, politicamente pertinente. Sendo assim, a emergência de novos partidos, tendo em vista os casos estudados, não implica em inclusão de grupos antes excluídos (inteira ou parcialmente) da competição política; e, ainda, o nível de fragmentação partidária, que chega a quase 17 partidos efetivos, não é sinônimo de diversificação de demandas e de representação.

⁵⁸ “a expansão do sufrágio é um longo registro de demandas mutáveis de representação, [e esta] baseada em conceitos mutáveis do que são consideradas características politicamente relevantes para serem representadas” (tradução livre feita pela autora).

CONCLUSÃO: NOVOS VELHOS PARTIDOS?

Tendo em vista uma metodologia baseada em estudo de caso e análise comparada, sendo o recorte restrito a três partidos, a intenção da pesquisa apresentada não está na construção de formulações teóricas gerais, mas sim no teor descritivo-exploratório, no qual o objetivo maior é agregar ao já fora produzido na pesquisa sobre formação de partidos no sistema partidário brasileiro. Isso porque se reconhece que o número de trabalhos específicos sobre novas legendas, especificamente, são poucos, enquanto se percebe uma gama de trabalhos voltados para qualidades mais sistêmicas do sistema partidário, ou que focalizam em regras eleitorais, ou que priorizam a relação executivo-legislativo e partidos tradicionais.

A tradução de clivagens em partidos políticos não é um movimento que se percebe no caso brasileiro. As diferenciações entre partidos são muito mais sutis e bem menos sociológicas. O que se verifica neste trabalho é que os partidos novos estudados são, em sua maioria (dois de três), originados de demandas da elite política. Todavia, se se parte do pressuposto descompromissado de que os partidos brasileiros são produtos de demandas de elites políticas e, praticamente, indiferenciáveis entre si, atribui-se a essas instituições uma homogeneidade de origem que prejudica a rigorosidade dos diagnósticos sobre novas legendas que emergem no sistema. Por isso, com legendas apresentando diferenciações não tão óbvias, sem a “lupa” do método de estudo de caso em perspectiva comparada, tais distinções de gênese e de perfil se perdem no discurso raso de que partidos políticos no Brasil são “fisiológicos, sem ideologia e não-representativos”. Aprofundar a análise é, assim, confirmar ou contestar tais afirmações de forma mais rigorosa e fundamentada.

O que foi visto é que cada partido apresenta particularidades que não podem se encaixar a partir de tipologias de origem baseadas na dualidade *exógeno* x *endógeno*. O Solidariedade, a título de exemplo, surge pela ação estratégica de atores políticos com recursos de competência e de gestão de relações – para usar Panebianco (2005) –, é legitimado externamente pelas bases sindicais ligadas à Força Sindical e, ainda, com auxílio financeiro dessas mesmas bases para recolhimento de assinaturas. O SD é criado para atender demandas de uma elite política que detinha recursos que eram tanto endógenos quanto exógenos.

Isso posto, há como afirmar que as novas legendas no sistema partidário brasileiro são categoricamente de origem exógena ou endógena? Ou é mais razoável afirmar, pelo que foi visto nos casos do PSD, SD e NOVO, que novos partidos podem surgir a partir de

mobilizações que, ora podem ser endógenas, ora exógenas, ora combinadas entre si? O que se verifica nos capítulos dois e três é que há uma elite (política ou não) empreendedora, como assinala Stoll (2013), que toma a frente do projeto de criação da legenda. Tais partidos, ressalta-se, são marcados predominantemente por fatores endógenos, com atores já presentes nas dinâmicas de competição política e com *expertise* para criar, desenvolver e estabelecer nacionalmente um partido, sendo pela conexão com elites locais situadas em outros estados (deputados, governadores e vices, prefeitos, etc), seja pela proximidade com o governo (aproximação com a coalização da situação e acesso a cargos), seja pela legitimação e financiamento de grupos mobilizadas fora do escopo político (sindicatos, grandes empresas, etc). Essas legendas, as quais nascem marcadas pela presença de elites políticas, surgem mais fortes, mais capilarizadas, com um custo mais baixo de consolidação da sua bancada e da sua base e com maior relevância eleitoral. O que pode ser verificada se comparados os casos do PSD e do Solidariedade com o Partido Novo.

Ressalta-se, ainda, que o PSD, sendo o maior dos partidos recentemente formados, também nasce grande devido à sua proximidade com o governo, cuja coalizão reunia maioria no legislativo e o maior número de governos dos estados. Essa saída da oposição para se aproximar do governo de Dilma Rousseff, em primeiro mandato, deu condições ao PSD para se estabelecer como partido relevante. Já SD e NOVO surgem como oposição. Paulo Pereira é enfático sobre ser oposição ao PT e à Dilma. O Partido Novo recusa os fundos públicos e se porta como alternativa às elites políticas no poder, apresentando uma bancada que não é fruto de migração partidária.

Quanto à possível “novidade” presente em novas legendas em relação àquelas que surgem no início da redemocratização, afirma-se que o caráter politico-elitista permanece em dois dos três casos. PSD e SD, surgem em diferentes conjunturas políticas e a partir de mobilizações diferentes, mas são fruto de “pressões de cima”. De outro lado, juntando-se ao “hall da exceção” do PT, está o Partido Novo (nas devidas proporções, que fique bem claro). O NOVO mostra-se como um partido político brasileiro que, de fato, forma-se externamente às elites políticas tradicionais, reunindo uma bancada na Câmara dos Deputados que não apresenta trajetória política nessa casa e em nenhuma outra (exceto por um deputado). Contudo, em termos de representação, o Partido Novo reproduz a velha situação de acessibilidade política no tocante à cor, gênero e educação.

Para afirmar, então, que um novo partido político é, também, novo em perfil e origem, faz-se necessário especificar a questão: a emergência de novas legendas é *nova* em relação a *quem?* sob quais *aspectos* e *fatores?* Sobre a composição representativa a partir das variáveis categóricas analisadas, não há novidade, sobre o perfil das elites empreendedoras e coletivos mobilizados, o Partido Novo é considerado, deveras, a novidade entre os três casos.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **População brasileira é formada basicamente de pardos e brancos, mostra IBGE**. Brasília: EBC, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-11/populacao-brasileira-e-formada-basicamente-de-pardos-e-brancos-mostra-ibge>>. Acesso em: jan. 2019.

AGÊNCIA IBGE. **IBGE mostra as cores da desigualdade**. Rio de Janeiro: Agência IBGE, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>>. Acesso em: jan. 2019.

_____. **PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo**. Rio de Janeiro: Agência IBGE, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensino-fundamental-completo>>. Acesso em: jan. 2019.

ALDRICH, John. **Why Parties?: The Origin and Transformation of Political Parties in America**. The University of Chicago Press: Chicago, 1995.

AMARAL, Oswaldo. Ainda Conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 17, nº 1, Junho, 2011, p.01-4

_____; BRAGA, Maria S.; RIBEIRO; Pedro F. El sistema de partidos en brasil: estabilidad e institucionalización (1982-2014). In: FREIDENBERG (Ed.). **Los sistemas de partidos en América Latina (1978-2015) TOMO 2 – Cono Sur y Países Andinos**. Mexico, Universidad Autónoma de México, 2016 (pp. 69-133).

_____. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**. Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013.

A PÚBLICA. **As bancadas da Câmara**. São Paulo: 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>>. Acesso em: dez. 2018.

ARROW, Kenneth, J. **Social choice and Individual Values**. 2nd ed. New York: John Wiley, 1951 [1963].

BATISTA, Carlos M.; FERREIRA, Denise P.; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.432-453.

BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano; ROEDER, Karolina M. **A nova direita brasileira**: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador *in* CODAS, Gustavo; CRUZ, Sebastião V.; KAYSEL, André (org.). **Direita Volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

BRAGA, Maria do Socorro de S. Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. **Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 83-95, nov. 2012.

_____. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro**: padrões de competição política (1982-2002). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Bancada Atual**. Brasília: 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/bancadas/bancada-atual>>. Acessado em: set. 2018.

_____. **Quem são os deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>. Acesso em: dez. 2018

CÂMARA, Rafael; MELO, Carlos R. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 1, 2012 (pp. 71-117).

CAREY, John; SHUGART, Matthew S. **Presidents and Assemblies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CARREIRÃO, Yan. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 14, 2014 (p. 255-295).

<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n14/0103-3352-rbcpol-14-00255.pdf>

CORTEZ, Rafael; LIMONGI, Fernando. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos**, 88, 2010.

COX, Gary W. **The efficient secret: the cabinet and the development of political parties in Victorian England**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. **Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems**. New York: Cambridge University Press, 1997.

DIERMEIER, Daniel; KREHBIEL, Keith. Institutionalism as a Methodology. **Journal of Theoretical Politics**. London: Sage Publications, 2003.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1970.

_____. Sociología de los Partidos Políticos in G. Gurvich (dir.). **Tratado de Sociología**. Buenos Aires: Kapelusz, 1963.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**. 1998, n.44, pp.81-106.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. **Todos os Membros**. Brasília: 2018. Disponível em:
<<https://fpagropecuaria.org.br/integrantes/todos-os-integrantes/>>. Acesso em: dez. 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Força Sindical**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: CPDOC, 2018. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/forca-sindical>>. Acesso em: dez. 2018a.

_____. **SILVA, Paulo Pereira da**. Biografia. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de

Janeiro: CPDOC, 2018. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-paulo-pereira-da>>. Acesso em: dez. 2018b.

GERARDI, Dirceu A.; KRAUSE, Silvana; SCHAEFER, Bruno M. **As Coligações do Novo PSD: da máquina aos grotões, da métrica aos resultados** in KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis F (Org.). **Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JUSTIÇA ELEITORAL. **Resultados: Eleições 2018 (Geral Ordinária)**. Brasília: 2018. Disponível em: aplicativo “Resultados” da Justiça Eleitoral Brasileira.

KATZ, Richard S; MAIR, Peter. **Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party**. Party Politics. Vol. 01, Nº 01, pp. 05–28. 1995.

KECK, Margaret. **PT - A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2010.

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana; LUCCA, Juan B. “Break-In Parties” and Changing Patterns of Democracy in Latin America. **Brazilian Political Science Review**. 10(1), 2016.

KINZO, Maria D’Alva G. **A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo em Perspectiva, 15(4), 2001.

_____. Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 19, n. 54, fevereiro, 2004, p. 23-40.

_____. **Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB, 1966-79**. São Paulo, Idesp/Vértice, 1988.

KIRCHHEIMER, Otto. **The Transformation of the Western European Party Systems** in: LA PALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (ed.). *Political Parties and Political Development*. Princeton: PUP, 1966.

LAAKSO, M.; TAAGEPERA, Rein. The “effective” number of political parties: a measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, 1979.

LAMEIRA, Rafael F; PERES, Paulo. **O lugar do PMDB na política brasileira**: o limite das tipologias partidárias. I Seminário Internacional de Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **The Origin and Development of Political Parties** in LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **Political Parties and political Development**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 3-42.

LIMONGI, Fernando. Introdução in BRAGA, Maria do S. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro**: padrões de competição política (1982-2002). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2006.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. **Cleavages Structures, Party Systems and Voter Alignments**: an Introduction. Free Press: New York, 1967.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova**. n. 28-29, 1993 (p. 21-74). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

_____. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/ Mercado Aberto, 2001.

_____; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**. Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 249-286.

MELO, Carlos R. The 2014 Elections and the Brazilian Party System. **Brazilian Political Science Review**, vol. 9, n.1, 2015.

MENEGUELO, Rachel. **PT**: a formação de um partido (1979-1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NICOLAU, Jairo M. Como aperfeiçoar a representação proporcional no Brasil. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.4, n.7, 2015 (pp. 101-121).

_____. **Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

NORRIS, Pippa. **Driving Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2008.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PASQUINO, Gianfranco. **Curso de Ciência Política**. Editora Principia: Portugal, 2009.

PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA. Programa. Brasília: Portal PMB, 2018. Disponível em: <<http://www.pmb.org.br/o-programa-do-pmb/>>. Acesso em: ago. 2018.

PARTIDO NOVO. **Edital**. Brasília: 2017. Disponível em: <<https://querosecandidato.novo.org.br/>>. Acesso em: nov. 2018.

_____. **Por que o Novo? De onde viemos**. Brasília: 2018. Disponível em: <<https://novo.org.br/de-onde-viemos/>>. Acesso em: dez. 2018.

PERES, Paulo S. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23, núm. 68, outubro, 2008, pp. 53-71.

_____. **O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

PIERSON, Paul. **Politics in time: history, institutions and social analyses**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

PITKIN, Hanna F. **The Concept of Representation**. London: University of California Press, 1972.

PORTA, Donatella. **Comparative analysis: case-oriented versus variable-oriented research** in KEATING, Michael; PORTA, Donatella (org.). **Approaches and methodologies in the social sciences: a pluralista perspective**. New York: Cambridge University Press, 2008.

RAE, Douglas W. **The Political Consequences of Electoral Laws**. New Haven: Yale University Press, 1967.

RIBEIRO, Fernando. Institucionalismo da Escolha Racional e Institucionalismo Histórico: divergências metodológicas no campo da ciência política. **Pensamento Plural**. Pelotas, 89-100, janeiro-junho 2012.

RIKKER, William. **The Theory of Political Coalition**. New Haven: Yale University Press, 1962.

ROKKAN, Stein *et al.* **Citizens, Elections, Parties**. Oslo: Universitetsforlaget, 1970.

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17 no 49 junho/2002.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982.

STOLL, Heather. **Changing Societies, Changing Party Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TAVARES, José G. **Reforma Política e Retrocesso Democrático**. Porto Alegre: 1998.

_____. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teorias, instituições, estratégia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Doações de pessoas jurídicas estão proibidas nas Eleições 2016**. Brasília: TSE, 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Agosto/doacoes-de-pessoas-juridicas-estao-proibidas-nas-eleicoes-2016>>. Acesso em: nov. 2018

_____. **Estatísticas do eleitorado**. Brasília: TSE, 2018a. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/eleitorado>>. Acesso em: nov. 2018.

_____. **Estatística do eleitorado - Eleitores filiados**. Brasília: TSE, 2019. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>>. Acesso em: jan. 2019.

_____. **Íntegra das contas anuais dos diretórios nacionais dos partidos e seus demonstrativos**. Brasília: TSE, 2018b. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas/contas-anuais/prestacao-de-contas-partidarias>>. Acesso em: dez. 2018.

_____. **Lei dos Partidos Políticos**. Brasília: TSE, 2018c. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-dos-partidos-politicos/lei-dos-partidos-politicos-lei-nb0-9.096-de-19-de-setembro-de-1995>>. Acesso em: out. 2018.

_____. **Mulheres Representam 52% do Eleitorado Brasileiro**. Brasília:TSE, 2018d. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Partidos Políticos Registrados no TSE**. Brasília: TSE, 2018e. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acessado em: ago. 2018.

_____. **PSD terá aumento em cota do fundo partidário**. Brasília: TSE, 2012. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2012/Junho/psd-tera-aumento-em-cota-do-fundo-partidario>>. Acesso em: nov. 2018.

_____. **Repositório de Dados Eleitorais**: arquivos de candidatos das eleições 2018. Brasília: TSE, 2018f. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: nov. 2018.

_____. **Série Inclusão**: a conquista do voto feminino no Brasil. Brasília: TSE, 2013a. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>>. Acesso em: jan. 2019.

_____. **Série Inclusão**: a luta dos analfabetos para garantir seu direito ao voto na República. Brasília: TSE, 2013b. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica>>. Acesso em: jan. 2019.

_____. **Série Inclusão**: antes excluídos, hoje índios e negros participam ativamente do processo eleitoral. Brasília: TSE, 2013c. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias>-

tse/2013/Abril/serie-inclusao-antes-excluidos-hoje-indios-e-negros-participam-ativamente-do-processo-eleitoral>. Acesso em: jan. 2019.

_____. **Sete partidos detêm quase dois terços do número de eleitores filiados.** Brasília: TSE, 2018g. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Junho/sete-partidos-detem-quase-dois-tercos-do-numero-de-eleitores-filiados>>. Acesso em: out. 2018.

_____. **TSE aprova registro do Solidariedade.** Brasília: TSE, 2013d. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Setembro/tse-aprova-registro-do-solidariedade>>. Acesso em: nov. 2018.

VILLAZÓN, Córdova. **Velhas e novas direitas religiosas na América Latina:** os evangélicos como fator político *in* CODAS, Gustavo; CRUZ, Sebastião V.; KAYSEL, André (org.). **Direita Volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOLIDARIEDADE. **Histórico do Partido Solidariedade.** Brasília: 2018a. Disponível em: < <http://www.solidariedade.org.br/omovimento/historia-solidariedade/>>. Acesso em: nov. 2018.

_____. **Revista Época:** por que registrar um partido foi tão fácil para Paulinho da Força – e é tão difícil para Marina?. Rio de Janeiro: 2018b. Disponível em: < <http://www.solidariedade.org.br/noticias/revista-epoca-por-que-registrar-um-partido-foi-tao-facil-para-paulinho-da-forca-e-e-tao-dificil-para-marina/>>. Acesso em: dez. 2018.

Anexo 1

Distribuição entre os dez primeiros partidos da bancada da Câmara Federal na posse (1999-2007)

1999			2003			2007		
PARTIDO	BANCADA	%	PARTIDO	BANCADA	%	PARTIDO	BANCADA	%
PFL	105	20,4	PT	90	17,5	PMDB	90	17,5
PSDB	99	19,2	PFL	75	14,6	PT	83	16,1
PMDB	84	16,3	PMDB	69	13,4	PSDB	64	12,4
PPB	60	11,6	PSDB	63	12,2	PFL	62	12
PT	59	11,5	PPB	43	8,3	PP	41	7,9
PTB	31	6	PTB	41	7,9	PR	34	6,6
PDT	25	4,8	PL	33	6,4	PSB	28	5,4
PSB	17	3,3	PSB	28	5,4	PDT	23	4,4
PL	12	2,3	PPS	21	4	PTB	21	4
Partidos na bancada: 18			Partidos na bancada: 16			Partidos na bancada: 20		

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

Distribuição entre os dez primeiros partidos da bancada da Câmara Federal na posse (2011-2015) e bancada atual (2018*)

2011			2015			2018		
PARTIDO	BANCADA	%	PARTIDO	BANCADA	%	PARTIDO	BANCADA	%
PT	87	16,9	PT	69	13,4	PP/PODE/ AVANTE*	72	14
PMDB	78	15,2	PMDB	65	12,6	PT	61	11,8
PSDB	53	10,3	PSDB	54	10,5	MDB	51	9,9
PP	44	8,5	PP	38	7,4	PSDB	49	9,5
DEM	43	8,3	PSD	36	7	DEM	43	8,3
PR	40	7,7	PSB	34	6,6	PR	40	7,7
PSB	34	6,6	PR	34	6,6	PSD	37	7,2
PDT	26	5	PTB	25	4,8	PTB/PROS	27	5,2
PTB	22	4,2	PRB	21	4	PSB	26	5
Partidos na bancada: 22			Partidos na bancada: 28			Partidos na bancada: 25		

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

*Os dados foram computados em março de 2018 pela autora.

Anexo 2

Distribuição de votos nas eleições proporcionais 2018 para deputado(a) federal (estados agrupados por região)

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO				
UNIDADE FEDERATIVA	VOTOS	%	DEPUTADOS ELEITOS	CADEIRAS DISPONÍVEIS POR ESTADO
AC	12.049	0,2	0	8
AP	10.580	0,1	0	8
AM	183.347	3,3	1	8
PA	413.046	7,8	3	17
RO	44.009	0,7	1	8
RR	17.401	0,3	1	8
TO	17.336	0,3	0	8
AL	139.691	2,5	1	9
BA	732.263	13,6	4	39
CE	147.095	2,6	1	22
MA	122.753	2,2	1	18
PB	6.992	0,1	0	12
PE	118.641	2,1	1	25
PI	110.804	1,9	1	10
RN	74.453	1,0	1	8
SE	102.899	1,8	1	8
DF	31.379	0,5	0	8
GO	118.828	2,1	1	17
MS	103.441	1,8	1	8
MT	56.912	1,0	0	8
ES	53.787	0,9	0	10
MG	445.397	8,0	3	53
RJ	513.798	9,6	3	46
SP	660.999	11,9	2	70
PR	913.362	16,8	4	30
RS	175.799	3,1	1	31
SC	214.022	3,8	2	16
Total	5.541.083	100	34	513

Fonte: elaborado pela autora com dados da Justiça Eleitoral

SOLIDARIEDADE				
UNIDADE FEDERATIVA	VOTOS	%	DEPUTADOS ELEITOS	CADEIRAS DISPONÍVEIS POR ESTADO
AC	22.219	1,1	1	8
AP	6.478	0,3	0	8
AM	55.477	2,9	1	8
PA	68.461	3,6	0	17
RO	28.577	1,5	0	8
RR	23.735	1,2	1	8
TO	120.654	6,7	2	8
AL	7.437	0,4	0	9
BA	56.245	3,0	0	39
CE	140.967	7,5	1	22
MA	81.317	4,3	0	18
PB	44.143	2,3	0	12
PE	146.808	8,1	1	25
PI	26.358	1,4	0	10
RN	102.667	5,5	0	8
SE	64.621	3,4	1	8
DF	24.634	1,3	0	8
GO	78.431	4,2	1	17
MS	10.596	0,5	0	8
MT	52.714	2,8	1	8
ES	43.988	2,3	0	10
MG	114.658	6,4	1	53
RJ	153.486	8,5	1	46
SP	248.762	13,6	1	70
PR	67.125	3,6	0	30
RS	34.619	1,8	0	31
SC	33.987	1,8	0	16
Total	1.859.164	100	13	513

Fonte: elaborado pela autora com dados da Justiça Eleitoral

PARTIDO NOVO				
UNIDADE FEDERATIVA	VOTOS	%	DEPUTADOS ELEITOS	CADEIRAS DISPONÍVEIS POR ESTADO
AC	0	0	0	8
AP	0	0	0	8
AM	0	0	0	8
PA	0	0	0	17
RO	5.093	0,2	0	8
RR	0	0	0	8
TO	0	0	0	8
AL	12.768	0,5	0	9
BA	62.963	2,5	0	39
CE	34.313	1,4	0	22
MA	0	0	0	18
PB	12.299	0,5	0	12
PE	43.303	1,7	0	25
PI	0	0	0	10
RN	24.462	1,0	0	8
SE	6.154	0,2	0	8
DF	61.026	2,5	0	8
GO	38.215	1,5	0	17
MS	18.693	0,7	0	8
MT	35.195	1,4	0	8
ES	32.165	1,3	0	10
MG	405.519	16,8	2	53
RJ	175.628	7,3	1	46
SP	727.927	30,1	3	70
PR	132.341	5,4	0	30
RS	424.178	17,6	1	31
SC	1.794.38	7,4	1	16
Total	2.431.680	100	8	513

Fonte: elaborado pela autora com dados da Justiça Eleitoral